



Diego Carvalho Corrêa

*O futuro do passado: uma cidade para o progresso e, o progresso para cidade em João Durval Carneiro. (1967-1971)*

Universidade Estadual de Feira de Santana  
Feira de Santana, 2011.

Diego Carvalho Corrêa

*O futuro do passado: uma cidade para o progresso e, o progresso para cidade em João Durval Carneiro. (1967-1971)*

Dissertação do Curso Mestrado em História, apresentado à Banca Examinadora na Universidade Estadual Feira de Santana, como exigência parcial para obtenção do título de mestre em História.

Orientador: Prof. Eurelino Teixeira Coelho Neto.

Universidade Estadual de Feira de Santana  
Feira de Santana, 2009.

Banca Examinadora

Feira de Santana, \_\_\_\_\_de agosto de 2011.

---

Professora. Dra. Maria Letícia Corrêa  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

---

Prof. Dr. José Alves Dias  
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

---

Prof. Dr. Eurelino Teixeira Coelho Neto  
Universidade Estadual de Feira de Santana  
(Orientador)

## AGRADECIMENTOS

Para começar devo fazer o que todos fazem e agradecer a família, que hoje são minha mãe, irmã e pai, principalmente a irmã e mãe, que é com quem moro e a quem dou trabalho, amo muito as duas. Em segundo lugar a minha tia Sandra, companheira de cachaça que eu amo muito também e seus filhos Bruno e Dani, esses cinco são minha família de sangue e alma. Acho que gostaria mais páginas do que no mirrado texto da dissertação para agradecer meus amigos todos que são milhares e sempre andam em bandos. Mas em especial citarei o nome de alguns, em primeiro lugar Yuri Atanásio, que merece estar sempre junto a minha mãe e irmã, e a minha tia e filhos, pois é meu grande irmão, sempre me deu força para tudo e sempre estamos juntos, no que compete claro, cada qual com sua dama, mesmo que ele ainda não tenha uma, irmão, até sempre. Lembra a teu pai, Cremildo, que muito ajudou também este texto, da minha herança.

A CAPES, Coordenação de aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pela bolsa de estudos oferecida sem a qual não teria condições de concluir o curso.

Aos companheiros de luta e batalhas, Maria Araújo que é meu amor também, Edson rua nova, Carminha movimento negro, Manoel Aquino e Macedo do “Pomba de Malê”, Maria da Paixão (in memoriam), Solange Guerra, e muitos outros, milhares para falar a verdade. Aos povos indígenas da Bahia pela oportunidade de aproximação das lutas, a comunidade Tuxá nas pessoas de Juninho, Sandro, Fabinho e Socorro. Aos tupinambás da Serra do Padeiro, Célia e Babau. A Ana Magda, antropóloga que muito me ensinou e me deu o prazer da companhia na luta, e Cristiane, antropóloga que me iniciou nos embates históricos.

“Efeito Zumbi”, minha banda preferida na cidade, Zói, Leo, Lito, Du que saiu, e agora Da Cross, parceiros de luta, frases de efeito com muito rap. Novos companheiros de Santa Bárbara, Marcinho, Nina, Vânia e Sinésio, Hugo comparsa velho, meu irmão também, estaremos sempre juntos. Aos companheiros do Feira Coletivo Cultural, Jó, Paulo e todos os outros, agora terei mais tempo pra me dedicar a este. Ao sindicato de trabalhadores rurais da cidade. Ao movimento estudantil, aos milhares de amigos da UEFS.

Em especial gostaria de agradecer a Wilson Mário, jornalista dedicado que agora demonstra mais valores para nós com seu empenho em pesquisar a guerrilha no município, textos promissores, agradeço muito a documentação do exército que me

cedida por este, abração amigo. Na UEFS temos que lembrar sempre do Labelu, onde as minhas loucuras se desenvolvem e ganha coletivamente o formato de seminários e de textos de História, galera, aquele abraço.

Meus amigos e amigas, Lívia Gozzer, Luana, Lívia Blumetti, meu irmão gordo Chintamani, Mel, Aline feia e Tiago meu fã n°1, sempre tentando disputar Emilia comigo, “A pala Revista” e a saga de alguns jumentos celestinos como nós que tentam oferecer ao público externo à UEFS uma leitura de sua cidade, Rafael, meu irmão, João meu irmão, Henrique, Will, André, todos muito bons. Mateus “Massacration”, Binho cabeça de pão, Dom Maths Luis Gabriel, Mateus Pessoa, Rã, Vitor Moraes meu poeta, Tiago galego branco da peste, meu irmão gringo. Ao monte de amigos eu tenho como Thaia. Lembro-me dela me pedindo uma ponta de cinco, disse que não fazia essas coisas, depois ela explicou que era de grafite 0.5, tomara que ninguém leia isso. A todas as meninas que eu adoro. Nay Fac minha irmãzinha, minha super-amiga. O Adilson, dono do espaço onde eu produzi a maior parte do texto, quase que ele quem me dá o título, grande amigo que sempre me apoiou.

Minha novíssima e linda família, Carol meu amor, irmãzinha que me suporta, Tininha a criança mais linda do mundo e a minha sogra que é igualmente linda. A Emilia Maria, meu ”amorção”, grandíssima amiga.

Ao mestre Yoda pelos ensinamentos e por sempre acreditar que a força estava comigo. A todos os historiadores comprometidos, aqueles que não são, vão tudo refletir sobre seu papel.

A Zani, meu amigão do Jeca Total, valeu as contas no bar e a amizade, muitas conversas amigas.

Ao meu orientador, que acho que com toda a capacidade e talento que tem como gigante da História, e muito disso compartilhou comigo, me ensinou muito mais sobre compreensão e amizade, Coelho você realmente é meu grande amigo, é chato e feio, estaremos juntos sempre, com você pagando a conta do bar. A Che e o Sup. Marcos que me ensinaram sobre a sensibilidade de um homem, sobre o mundo que vivemos, me inspiraram na luta, *hasta siempre!*

A Elizete Silva, coordenadora do programa, minha véia preferida, muito inteligente e esforçada, sempre apoiou muito todos os seus discentes e muito fez por esta universidade, tanto no campo da pesquisa como da luta política por avanços.

Aos professores, Rinado Leite, Márcia Barreiros, Ione, Onildo Reis, Charles, Ricardo e tantos outros que muito me ajudaram. Minha turma de graduação, Fabrício e

Acma, Rodolfo, Ricardo negão, Saulo, Celeste, Joice, a todos os outros, meus amigos. Minha turma de mestrado, principalmente Lú minha amiga, Manu, Tom, Davi meu irmão e todos os outros.

Em especial agradeço ao amado mestre dos magos, Rogério Fátima (in memoriam), por tudo, pelos segredos contados, pela atenção e cuidado como se fosse um filho seu.

Andreifuss e Lari Penelu, meus grandes amigos para sempre, por tudo, pesquisa em que foram fundamentais por seus conhecimentos, agradeço muito. Diana do colegiado de História, minha mãe também, e a todos do DCHF, aos funcionários da ACMAV, Ana, Marinalva e todos os outros. Yole e Danilo amigos de tempos apoiadores de sempre. O Zé Carlos (Neno), reitor desta universidade, amigo e companheiro de luta, obrigado pela minha qualificação que esteve presente, agradeço também a José Dias que igualmente debateu meu texto.

A todos que eu lembrei e aqueles que a preguiça não deixou escrever, são milhares e milhares, mas já tá chato isso aqui, acho que ninguém vai ler.

Minha linda Itana, meiga, sensível, delicada, compreensível, companheira em tudo, cuidadosa e carinhosa. Não cabe em palavras a admiração que tenho por você. Te amo minha linda B. Parker, minha namorada e esposa.

Para todo o povo feirense!  
Que esteja com você a força!  
Mestre Yoda

## RESUMO

Esta dissertação teve como objeto o projeto de modernização da cidade empreendido no governo João Durval Carneiro (1967-1971) à frente da prefeitura de Feira de Santana. Sua questão norteadora foi como este sujeito se torna representante e condutor de um projeto de modernização local - que se caracterizaria como uma formulação de hegemonia - e um *político em ato* (Gramsci). Analisamos o contexto que precede o governo de Durval, a administração do prefeito biônico Joselito Amorim (1964-1967), importante para compreendermos o momento de transição e os esforços para efetivação da modernização desenvolvimentista local sob influência do Plano de Ação Econômica. Estudamos as alianças políticas entre grupos da sociedade civil, como industriais e comerciantes, e da sociedade política, com grupos externos a cidade, frações de classe local em sincronia com o contexto nacional e baiano que favoreceu em Feira de Santana a construção e viabilização de um modelo próprio de modernização. Neste texto analisamos a UDN e a ARENA em Feira de Santana atentando para sua característica de partido organizador de um discurso do progresso e modernização da cidade no recorte entre 1954 a 1971 que ganhou força quando transformado em projeto/plano de modernização local empreendido no governo João Durval Carneiro sujeito se torna representante e porta voz de um projeto de busca por dominação política, direção intelectual e moral da sociedade local, portanto, o partido foi visto como um príncipe moderno na cidade.

**Palavras-chave:** modernização, João Durval, hegemonia.

## ABSTRACT

This thesis had as its object of city modernization undertaken by João Durval Carneiro's government (1967-1971) in Feira de Santana. Its main question were how did Durval become representative and driver of such modernization project – which is characterized a formulation of hegemony – and, therefore, a *politician in act* (Gramsci). We analyze the context that precedes Durval government, the “bionic” administration of Joselito Amorim (1964-1965), which is important for understanding the transition time and the efforts for realization of modernization under the influence of local Economic Action Plan. We studied political alliances between civil society groups such as industrialist and businessmen, and political society, with groups outside the city, local class fractions synchronized with the national and Bahia's context, which allowed the uprising of the particular model of modernization in Feira de Santana. In this work analyze The UDN and ARENA in Feira de Santana paying attention to its characteristic of party that organized a speech of progress and modernization in the city between 1954 to 1971, speech that has gained strength when turned into project / modernization plan assumed by João Durval Carneiro government. This mayor became the representative and spokesperson for as a project of political domination, intellectual and moral direction of the local society, so his party was seen as a modern prince in the city.

**Key-words:** modernization; João Durval Carneiro; hegemony



## SUMÁRIO

Introdução .....	09
Capítulo 1: Uma cidade para o progresso.	
1. Previas de um <i>político em ato</i> : a UDN na década de 1950. ....	15
2. A Folha Udenista. ....	25
3. A década de 1950 e João. ....	26
4. Precedentes de uma gestão renovada. ....	35
5. Renov (ação). ....	37
6. Um novo (se) Abril no Brasil. ....	43
Capítulo 2: Um progresso para cidade.	
1. Um novo (se) Abril em Feira: um presente para João! .....	51
2. O “Bicho” está em Feira! .....	54
3. A transição de Joselito Amorim em Feira. ....	58
4. O progresso para cidade e o reino do urbano: Feira de Santana e a inserção compulsória e voluntária (1967-1971). ....	66
5. A cidade técnica. ....	73
6. A cidade racional e a modernização em obras como política de classes. ....	76
Capítulo 3: O futuro do passado.	
1. O trabalho de enquadramento da memória pós-64. ....	82
2. O endurecimento do regime: testemunho de acusações e o ataque as oposições. - .....	87
3. A sociedade civil e o projeto de modernização da cidade. ....	93
4. A Associação Comercial de Feira de Santana. ....	97
5. Um Príncipe moderno feirense .....	102
Conclusão. ....	111
Fontes. ....	114
Referências Bibliográficas. ....	118

## **SIGLAS**

ESG - Escola Superior de Guerra.

CONCLAP - Conselho Nacional de Classes Produtoras.

ACEFS - Associação Comercial de Feira de Santana.

FIEB - Federação das Indústrias do Estado da Bahia.

FUNDINOR - Fundação para o Desenvolvimento Industrial do Nordeste.

GTDN - Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste.

IBAD - Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IPES - Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais.

PAEG - Plano de Ação Econômica do Governo.

PCB - Partido Comunista Brasileiro.

PDLI - Plano de Desenvolvimento Local Integrado.

PEI - Política Externa Independente.

PRODEFESA - Promotora de Desenvolvimento Econômico de Feira de Santana.

PROINTER - Programa de Industrialização do Interior.

PSD - Partido Social Democrático.

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro.

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem da Indústria.

SERFHAU - Serviço Federal de Habitação e Urbanismo.

SESI - Serviço Social da Indústria.

SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.

SURFEIRA - Superintendência de Urbanização de Feira de Santana.

UDN - União Democrática Nacional.

UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana.

USAID - United States Agency for International Development.

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa começou de uma forma quase acidental, quando me encontrei por acaso com uma matéria no jornal Folha do Norte (1967) que apresentava a vinda de uma visitante do Departamento de Estado dos EUA para a cidade e contava que esta viu aqui a “maior obra administrativa do interior baiano”.<sup>1</sup> O fato me chamou atenção por época militava no movimento popular de Feira de Santana, onde enfrentávamos a administração do prefeito José Ronaldo, semelhante administração a matéria referia aos fins de Joselito Amorim (1964-1967) e início da gestão de João Durval e, combatíamos, um discurso de modernização que mascarava os problemas sociais vividos.

Particularmente me incomodava o fato de que muitas pessoas, mesmo aquelas que estavam à margem dos todos os benefícios sociais deste dito progresso, reproduziam esse discurso mantendo sempre uma avaliação positivada do governo de João Durval. Movido a entender melhor a questão, resolvi ler a História local e cheguei a pesquisas que destacavam o período entre 1967 e 1984, aproximadamente, como momento em que teria ocorrido um processo modernizador local, com destaque para a gestão de João Durval no executivo municipal. Logo obtive a informação que Ronaldo possuía laços políticos importantes com João Durval que teria sido seu padrinho político.

A entrada no Laboratório de História, Memória da Esquerda e Lutas Sociais (Labelu - UEFS) em 2007, alavancou os estudos.

Esta dissertação teve por objeto o projeto de modernização da cidade empreendido no período em que João Durval Carneiro (1967-1971) esteve à frente da prefeitura de Feira de Santana. Qual seu papel na articulação do projeto de modernização da cidade e suas estratégias de ação política? João Durval seria o prefeito do planejamento da cidade? A que setores da sociedade feirense o projeto de modernização estava ligado? Seria uma estratégia de busca de uma hegemonia política sobre a cidade? E, por fim, qual caráter do projeto de modernização empreendido? Foram as questões que apontaram os caminhos para se pensar a respeito de um projeto de modernização local que teria trazido as bases para projeção política, enquanto gestor de um planejamento da cidade, de João Durval Carneiro no Estado da Bahia e no Brasil, além do destaque da cidade entre outras no país, enfatizando que queríamos

---

<sup>1</sup> Jornal Folha do Norte, 14/01/1967.

compreender os elementos que fizeram este sujeito ser lembrado como “grande prefeito”. Não nos interessou neste momento da pesquisa problematizar os conceitos de modernização, mas sim, identificar como surge a planificação do que alguns grupos locais chamaram de modernização da cidade e de como estes fizeram dessa idéia um projeto que escondia sentidos políticos mais amplos.

Temos a intenção de contribuir para o desenvolvimento de uma historiografia sobre a cidade e sua “modernização” a partir da década de 1950. O período proposto para a pesquisa foi palco do processo que conferiu à cidade um destaque no Estado e no país. Essa pesquisa ousa com certo pioneirismo no estudo da história política local haja vista que não há nenhuma pesquisa que tenha se dedicado a investigar o referido período com o destaque temático aqui proposto.

As pesquisas desenvolvidas sobre a modernização e industrialização da cidade não aprofundaram a investigação sobre o papel político de João Durval, embora, algumas o situem como prefeito importante para o desenvolvimento da cidade no período de 1967 a 1971. Dentre estas a dissertação de Santos<sup>2</sup> sobre um *sonho de industrialização* local, uma utopia de modernização, não têm como objeto a prática real de João Durval e grupos locais que planejavam um modelo de cidade na cidade. Os caminhos do “sonho” a levam a refletir como se previa a cidade por um olhar de agentes externos, porém, sem pensar uma realidade projetada e articulada politicamente, concretizada nos projetos e sua implementação por grupos, frações de classe, sujeitos locais. O “sonho” foi estudado em sua elaboração prática, sendo que João Durval foi uma personagem articuladora e desencadeadora deste(s) projeto(s) como a autora já apontava.

Para Durval, fazer vencedor o seu projeto político envolveu uma série de táticas e mecanismos para consolidação de novos objetivos para a cidade, articulando o velho passado comercial e pecuarista que a cidade vivia<sup>3</sup>, com novas perspectivas de higienização, modernização acelerada, com reforma urbana, industrialização e reorganização econômica.

---

<sup>2</sup> SANTOS, Alane Carvalho. **Feira de Santana nos tempos da modernidade: o sonho da industrialização**. UFBA, 2002. (Dissertação de Mestrado)

<sup>3</sup> Em monografia, Pacheco (2007) defende que a retirada da feira do centro da cidade, através do projeto CABANA envolveu a articulação de João Durval com setores de comerciantes que queriam um centro urbano limpo para exibição de suas vitrines posto que estas estivessem em contraste com o ‘antigo’ representado pela feira que tinha ligações com a zona rural e comercialização de seus produtos.

Para concretizar seu projeto de “modernização” local, articulou a inserção da cidade no plano nacional de modernização conservadora e descentralização da indústria, que previa o Nordeste como um dos pontos a se beneficiarem de pólos industriais.

A chegada de Durval ao poder marcou o momento de avaliar a primeira fase da “revolução”<sup>4</sup> e refletir sobre os novos governos e o regime militar numa perspectiva progressista, que na consideração feita pelo colunista da Folha do Norte<sup>5</sup>, Adalberto da Costa Dórea, era um governo mais “democrático para as classes rebeldes, pois; (...) o dialogo com a classe operaria é maior, também com a estudantil”<sup>6</sup>. Em tempos de ditadura militar, na cidade o Folha Norte enunciava certa redução de conflitos entre as classes sociais em conflitos, e entre essas e o governo ‘democrático’, um ponto de chegada, a harmonia social.

A democracia entrava no discurso das classes dominantes organizadas na ARENA, como aquilo que foi defendido e deveria se perpetuar sob comando dos golpistas. Esta linha de intervenção refletia no seu órgão de imprensa, Folha do Norte, que defendia e definia a ditadura como a própria democracia. Não fosse a “revolução” de 31 de março, ela iria ser destituída pelos trabalhadores e o governo sindicalista de Goulart na presidência da república e com Chico Pinto na prefeitura de Feira de Santana.

No recorte temporal escolhido, as realizações do governo de João Durval chamaram atenção pelo seu caráter antecipatório, que se evidenciava no planejamento futurista da cidade, precipitando o que seria, segundo previsões de seu grupo e apoiadores, o progresso econômico e social. Os planejamentos desse grupo, associados os discursos políticos e jornais propagadores desse ideal de progresso posto em prática por Durval, criam em torno da personalidade de João Durval uma representação de político futurista, portador da modernidade.

No seu governo deu-se a implantação do Centro Industrial do Subaé (CIS), a realização de obras públicas para higienização e reorganização espacial da cidade, como

---

<sup>4</sup> Período de institucionalização do golpe na Bahia, ou seja, consolidação e adequação das novas forças políticas nas instituições do Estado e re-elaboração e conformação de grupos políticos e novos personagens que surgem na cena política, a exemplo de ACM em Salvador. Dantas Neto (p.21, 2003)

<sup>5</sup> Jornal criado no início do século XX, no qual muito circulou discursos sobre ideais de cidade, civilidade e modernidade de setores das elites locais. Os editores e diretores do jornal Folha do Norte tomavam partido de determinados candidatos veiculando apoio entre as décadas de 60 e 70 durante campanhas da UDN e Arena. Ver Oliveira (2008). No período de governo de João Durval, este divulgava textos sobre o projeto de modernização da cidade, e discursos de elogio ao empreendimento alçado e realizações do prefeito.

<sup>6</sup> Jornal Folha do Norte. 29/04/1967.

a construção do bairro Cidade Nova<sup>7</sup>, que nas palavras de Raymundo Pinto seria à época “maior que a maioria das cidades baianas ”<sup>8</sup>. A implantação das obras foi “devidamente programada; Um grande mérito do governo foi ter sempre trabalhado com base no planejamento” (PINTO, 1971, 59). Isso lhe dava a característica de precipitação e planejamento que não era comum entre prefeitos. Feira de Santana foi a primeira cidade da América Latina a possuir um Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano<sup>9</sup>, o que significa e amplia a noção de caráter antecipatório de Durval a frente da prefeitura. As realizações e a conjuntura propiciam certo prestígio e destaque para cidade e ao prefeito no cenário político nacional, que a época de seu governo, passa a receber visitas de prefeitos de outros Estados que se surpreendem com a modernização de Feira e a tomam como exemplo.<sup>10</sup>

O colunista do jornal Folha do Norte e secretário de educação Raymundo Pinto escreveu sobre o projeto modernizador em elogio a Durval, caracterizando-o como visionário quanto ao futuro da cidade. R. Pinto põe em circulação uma imagem, uma classificação e um julgamento sobre JD que tem evidentes efeitos de poder, é instituinte sobre a análise do discurso Foucault afirma: “discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou sistemas de dominação, mas é aquilo pelo qual e com o qual se luta, é o próprio poder de que procuramos nos assenhorar”.<sup>11</sup>

Buscava-se a consolidação de uma imagem do governo de Durval e da ditadura, onde conflitos sociais desapareciam do cotidiano para dar lugar a um ideal político já “realizado” e a partir daí, conquistar uma legitimidade dentro do ideal democrático, mesmo governando em um regime ditatorial. Nas palavras de Miranda<sup>12</sup>:

Construía-se uma representação de cidade e de sua memória histórica como fundamentadora de um ideal político e social intermediado pelo presente - por isto a seleção de certos símbolos e omissão de certos aspectos, temas ou fatos.

Porém, as novas forças políticas no poder e seus projetos, no governo local, estadual e nacional enfrentaram as oposições. Em Feira esboços de resistência armada,

<sup>7</sup> Jornal Noite e Dia, setembro de 2006, Caderno IV, Comemorativo de oito anos do Jornal Noite e Dia & PINTO, Raymundo A.C. **Pequena história de Feira de Santana**. Feira de Santana: Sicla, 1971. p.58.

<sup>8</sup> PINTO, Raymundo A.C. **Pequena história de Feira de Santana**. Feira de Santana: Sicla, 1971. p.58.

<sup>9</sup> FREITAS, Nacelice Barbosa. **Urbanização em Feira de Santana**. Salvador: s.n., 1998.

<sup>10</sup> No jornal Folha do Norte entre 1969 e 1971 são diversos os textos que enaltecem o prefeito como sendo o portador da modernização da cidade.

<sup>11</sup> FOUCAULT, Michael. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciado em 2 de dezembro de 1970. 3.ed. São Paulo: Loyola, 1996. p.1.

<sup>12</sup> MIRANDA, Luciana de Oliveira. **Em Busca da Memória: Práticas e Representações do Movimento Estudantil em Feira de Santana (1964-1969)**. Feira de Santana UEFS, 2001. p.10.

como o MR8, que tinham na cidade o militante Luis Antônio Santa Barbara, morto no interior da Bahia na luta pela guerrilha que seria desencadeado sob o comando do Capitão Carlos Lamarca. O PCB teve a participação de militantes como Hosanah Leite e Sinval Galeão na Associação Feirense de Estudantes Secundaristas e sindicatos da cidade, e o MDB era particularmente eficaz na oposição à ARENA.

A disputa de Durval dava-se também contra seu principal opositor, vencedor das eleições de 1962 por uma diferença de 43 votos. Francisco Pinto havia deixado sua “marca” política junto às classes populares da cidade. Pinto havia ganhado popularidade por estabelecer um governo de aproximação com grupos subalternos da cidade.

Os planejamentos formulados em sua gestão como o Plano Diretor, Plano de Desenvolvimento Local Integrado (1967), o Projeto Cabana (1968), seus projetos de Lei aprovados, e discursos, nos apontaram os objetivos da modernização da cidade em consonância com os projetos do governo do estado e do governo federal de interiorização da indústria. Os planos foram instrumentos de captação de recursos e ao mesmo tempo de procura de adesão voluntária dos trabalhadores e empresários locais.

Para compreensão do caráter do projeto de modernização de João Durval, seu conteúdo explícito, tipos de modernização empreendidos, estudamos o projeto Cabana (1968), Plano Diretor do Centro Industrial do Subaé e o Plano de Desenvolvimento Local Integrado (1967), Plano Diretor do Centro Industrial do Subaé (1970).

Para estudo dos caminhos de articulação do governo municipal com o governo do Estado e a relação histórica construída na UDN/ARENA; utilizamos depoimentos o Plano de Fomento à Indústria do Interior (1967). O Jornal Folha do Norte e principalmente a bibliografia produzida sobre o período, tese e dissertações.

No estudo das estratégias articulatórias, grupos e interesses de grupos específicos no empreendimento de João Durval tivemos os projetos, jornais, atas da Câmara de Vereadores, acervos de entidades e particulares.

O Jornal Folha do Norte divulgava debates do poder legislativo, ações do prefeito e seus pronunciamentos. Publicava atas da Câmara de vereadores, decretos, portarias, leis aprovadas pelo executivo, servindo também o periódico para publicação de atos do poder judiciário. Suas colunas publicavam críticas sociais aspirações sobre rumos da cidade, olhares de pessoas de fora sobre a cidade. Também como colunista Raymundo Pinto, Secretário Municipal de Educação e Cultura. A Gazeta do Povo fornece outro olhar sobre a política e os movimentos sociais e a cidade por ser

produzido pelo PSD em um período que este se aproximava dos moimentos populares da cidade e de seus distritos, marcadamente de oposição ao projeto udenista nacional.

O livro de Raymundo Pinto (1971) serviu à análise do projeto modernizador de Durval e à legitimação de uma memória histórica sobre o período. A obra de Pinto relata, entre outros temas da historia local, o potencial que o governo de Durval teve para antecipar o progresso e desenvolver as vocações da cidade. Por fim alguns documentos do Exército vieram em boa hora para contextualizar o momento de perseguição política na cidade no momento do governo de João Durval e articular o argumento de aproximação deste com os militares.

No primeiro capítulo buscamos compreender momentos que antecedem o governo de João Durval, sua carreira política, aparelhos privados que disputam concepções de cidade como o Rotary e o Lions Club, configurações políticas da câmara municipal de vereadores, a UDN como partido e o fortalecimento de uma concepção de cidade para o progresso no contexto de um Estado que se ampliava na cidade.

O segundo capítulo é orientado para o argumento da busca de uma hegemonia na cidade. Para isso contextualizamos a ditadura na cidade e identificamos os primeiros grupos industriais que defendiam interesses de classe. Examinamos a breve passagem de Joselito Amorim como prefeito biônico e sua função de preparar as bases para o futuro projeto de modernização em consonância com as possibilidades históricas arrançadas pelo governo do presidente Castelo Branco. Empenhamo-nos em analisar os projetos de modernização globalizada da cidade entendendo seus pormenores e avançando na compreensão de sua configuração enquanto projeto de hegemonia.

Por fim, no terceiro capítulo, defendemos argumento de um momento histórico no qual podemos definir como marco para ampliação do Estado em Feira; a participação de grupos organizados enquanto protagonistas da sociedade civil e política na construção de uma hegemonia a partir de suas organizações e partidos. Houve uma busca de solucionar o problema da ocupação do poder com busca da hegemonia através do projeto de modernização da cidade, articulações dentro da sociedade política e civil para efetivação deste, e o papel que a UDN/ARENA desenvolveram na cidade, atentando para o papel de João Durval enquanto arauto deste, o que nos levou pela sugestão de Andrei Valente a considerá-lo *político em ato*.



## **CAPÍTULO 1**

### ***Uma cidade para o progresso.***

*A legenda da “eterna vigilância” lembra, para simpatizantes ou adversários, a marca austera e altiva da União Democrática Nacional. Lembra, igualmente a história de um partido que nasceu da luta contra uma ditadura, cresceu apesar de sofridas derrotas – sempre em nome dos ideais liberais de sua inspiração primeira – para finalmente, quase vinte anos depois, surgir vitorioso num esquema de poder que instalaria, por tempo indeterminado, um regime militar de repressão e arbítrio.<sup>13</sup>*

#### **Prévias de um político em ato: a UDN na década de 1950.**

Neste primeiro momento identificamos o que era a UDN e, como partido local, identificamos os grupos que a compõe, os setores sociais que fazem parte do partido são os mesmos que defenderão o projeto de modernização da cidade. Atentamos para o início da vida política de João Durval, indícios que permitem localizá-lo historicamente e elaborar uma compreensão sobre os primórdios do que seria a escolha deste sujeito enquanto arauto do futuro projeto de hegemonia local.

Não nos interessa aqui a descrição de uma biografia do sujeito, mas sim apresentar elementos que situem quem foi João Durval e possibilite a análise da transformação futura dele em *político em ato*<sup>14</sup>, para tanto, verificaremos o contexto em que este começa carreira política na cidade e seu empenho enquanto vereador que o fará o representante de um projeto político udenista, que em 1967 se constituiu num projeto

---

<sup>13</sup> BENEVIDES, Maria Victoria. **A União Democrática Nacional**. In: FLEISHER, David V. **Os partidos políticos no Brasil**. Brasília: EDUNB, 1981. p. 90.

<sup>14</sup> O “político em ato é um criador, um suscitador, mas não cria a partir do nada nem se move na vazia agitação dos seus desejos e sonhos. Toma como base a realidade efetiva...”. In: GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2000, Vol.3 p. 35.

local de desenvolvimento modernizante da cidade através da Aliança Renovadora Nacional.

João Durval chega a Feira de Santana aos seis anos de idade, filho do casal João Batista, lavrador<sup>15</sup>, e D. Durvalina Almeida Carneiro. Recém chegados a Feira de Santana em 1936, tornam-se residentes da rua de Aurora. Nascido na Fazenda Mãe Maria no povoado de Ipuacu no dia 08 de maio de 1929, em 1946 teria se tornado diretor do Jornal Santanópolis<sup>16</sup> ele teria acumulado experiências políticas na presidência do Diretório Acadêmico do Curso de Odontologia, curso no que concluiu em 1954.<sup>17</sup>

Convencido a candidatar-se à vereança por “influencia de virtuosos lideres locais”<sup>18</sup>, filiou-se à UDN, partido constituído em finais do Estado Novo que coligia as forças de oposição ao varguismo. Porém, na cidade o PSD conseguiria manter-se no poder executivo até o ano 1954, perdendo a supremacia para recuperar novamente em 1963, com a eleição de Francisco José Pinto (Chico Pinto) no ano anterior.

Em 1954, mesmo ano em que a União Democrática Nacional (UDN) tenta o “golpe branco”, forçando junto a aliados a renúncia de Getúlio<sup>19</sup>, João Durval elege-se vereador com 369 votos, sendo o quarto candidato mais votado pelo partido. O resultado da eleição demonstra que este não detinha grande expressão política e social, sendo comparado a Wilson da Costa Falcão (UDN), candidato mais votado, a diferença é de 782 votos, enquanto que a diferença comparada ao candidato menos votado, Jorge Watt da Silva (PTB), é de 161 votos.<sup>20</sup> Nesta mesma eleição a UDN conseguiu derrotar o PSD na cidade elegendo para o executivo João Marinho Falcão, sobrepujando a preeminência do PSD que se mantinha desde 1947, ano das primeiras eleições para cargos municipais pós-ditadura Varguista.<sup>21</sup>

<sup>15</sup> MATTOS, José Batista. **Um Sertanejo no Governo**. 3º Edição. S/E, S/L, 1983.

<sup>16</sup> Jornal do Colégio Santanópolis.

<sup>17</sup> Informações obtidas In: MATTOS, José Batista. **Um Sertanejo no Governo**. 3º Edição. S/E, S/L, 1983. Importante ressaltar que apesar de se tratar de uma pequena biografia de João Durval, é a única que se encontra disponível, sendo possível comparar as informações contidas nesta com outros relatos publicados. Ver: **Prestando Contas**: Senador João Durval Carneiro. Senado Federal: Brasília-2007; Jornal Noite e Dia, setembro de 2006, Caderno IV, Comemorativo de oito anos do Jornal Noite e Dia.

<sup>18</sup> MATTOS, José Batista. **Um Sertanejo no Governo**. 3º Edição. S/E, S/L, 1983. P. 19.

<sup>19</sup> Segundo BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A UDN e o Udenismo**: Ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965). Paz e Terra, 1981. p. 91.: “ (...) uma tentativa freada pelo suicídio de Getúlio, de uma transformação revolucionária, como um embrião, o ensaio geral de 1964. Outras tentativas de deposições foram focadas sem êxito, (...) até no 31 de março de 1964, quando a UDN poderia considerar-se vitoriosa”, para Otávio Mangabeira significou uma “revolução pela metade”.

<sup>20</sup> LINS, Rafael Quintela. Informações sobre eleições. (Não publicado)

<sup>21</sup> PINTO, Raymundo A. C. **Pequena historia de Feira de Santana**. Feira de Santana: Siela 1971. p. 73.

João Marinho Falcão era um grande empresário local, tinha negócios principalmente na área comercial. Foi eleito para o mesmo pleito para o legislativo municipal, seu primo Joselito Falcão Amorim, e seus filhos, com reeleição de Wilson da Costa Falcão e eleição de João Falcão para deputado federal pelo PTB, momento de “reorganização da política local não mais sob tutela dos intendentos, prefeitos interventores, comuns na Primeira Republica e na Ditadura Vargasista”<sup>22</sup>. A campanha que elegeu os udenistas foi realizada pela **Frente Democrática Feirense**<sup>23</sup>, composta inclusive pelo Partido Comunista que no período se encontrava clandestino<sup>24</sup>. Interessante observar que houve uma tentativa de impugnação das eleições presidenciais por parte da UDN nesta mesma ocasião, a alegação foi o apoio dos comunistas clandestinos, a coligação Kubitschek e Jango (PSD-PTB).

A União Democrática Nacional surgiu da desagregação da ditadura Vargas, sendo que a UDN aglutinou sujeitos e grupos de oposição à política trabalhista, pois,

O espírito de luta contra o Estado Novo e contra Getúlio Vargas, em suas varias encarnações, das idealistas às mais pragmáticas, formou, plasmou e reuniu os diversos grupos que se comporiam no partido da “eterna vigilância”. Foi, portanto, como num movimento – ampla frente de oposição...<sup>25</sup>

A UDN foi um misto quanto a sua base socioeconômica, pois, fora composta por membros militares e civis de frações da burguesia nacional e regional principalmente. Agregava setores médios da sociedade, intelectuais, esquerdistas, empresários, profissionais liberais, latifundiários, industriais e etc. Esta conforma o seu grupo em

---

<sup>22</sup> OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. **Feira de Santana em Tempos de Modernidade: olhares, imagens e práticas do cotidiano. (1950-1960)**. Universidade Federal de Pernambuco, 2008. (Tese de Doutorado). p.69.

<sup>23</sup> A Frente Democrática foi composta pela UDN, Partido Republicano, Partido Democrata Cristão, PCB e da ala dissidente do PSD. FALCAO, João. **A vida de João Marinho Falcão: vitória do trabalho e da honra**. Brasília: Pax, 1993. p. 93.

<sup>24</sup> Ver: FALCAO, João. **A vida de João Marinho Falcão: vitória do trabalho e da honra**. Brasília: Pax, 1993. & PAULO, Olney São. **Pinto vem aí**. Documentário, 1976. Acervo do Labelu. Em depoimento para o filme “Pinto Vem Aí”, Francisco Pinto afirma que o PCB em Feira de Santana sempre deu apoio a campanhas da UDN local, aproximando-se do PSD somente na campanha eleitoral de 1962 que o elegeu prefeito. Interessante notar também que João Marinho Falcão será pai de comunistas, sendo que o próprio Wilson, Walter, Manoel e João haviam sido filiados ao PCB.

<sup>25</sup> BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A UDN e o Udenismo: Ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)**. Paz e Terra, 1981. p. 23.

torno de uma base ideológica de sustentação que propalava o anticomunismo, anti-getulismo<sup>26</sup>, e o liberalismo econômico e político ambíguo<sup>27</sup>.

Identificava-se principalmente pela idéia de fim dos governos populistas e a conquista do poder político para construção de um Estado liberal, o que definiu sua identidade e organização até o fim do governo Goulart e início da ditadura, no intuito de retirar do Estado a orientação política que utilizava este como mecanismo de medição dos conflitos de classes através do populismo, o que permitia a apropriação por parte dos trabalhadores do discurso trabalhista em benefício de sua classe.<sup>28</sup>

A UDN foi marcadamente contraditória e existiu por uma luta de seus componentes pela unidade e identidade, “surgiu como *frente*, organizou-se como *partido* e identificou-se, também, como um *movimento*<sup>29</sup> (o udenismo)”. Seu arranjo interno era diverso, desde liberais democráticos, até radicais antidemocráticos conservadores, porém, reivindicou sempre uma “tradição” liberal de militantes que a organizaram nacionalmente com base na experiência de luta pela abertura democrática e deposição da ditadura getulista.<sup>30</sup>

Desprezada por alguns autores, a União foi considerada não como um partido, porém, assumimos aqui a proposição de análise de Benevides, na qual, se referindo à polêmica conceitual sobre esta, considera

(...) os partidos como expressões legítimas de determinadas forças sociais atuando no Legislativo, ou na sociedade como um todo, na medida que ofereciam uma certa imagem que permita identificar correntes de opinião, de interesses e etc. recuperando-se, assim, seu sentido político e sua unidade sociológica.<sup>31</sup>

<sup>26</sup> Aqui pode ser entendido como anti-populismo/trabalhismo, pois a UDN será importante agremiação na desagregação do bloco-histórico populista. Ver: DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do estado** : ação política, poder e golpe de classe. 4. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1986. passim.

<sup>27</sup> Ambíguo, pois foi a favor do monopólio estatal do petróleo nacional e votou contra a cassação de mandatos dos comunistas. Ver: BENEVIDES, Maria Victoria. **A União Democrática Nacional**. In: FLEISHER, David V. **Os partidos políticos no Brasil**. Brasília: EDUNB, 1981. p. 91.

<sup>28</sup> Para compreender o que foi o trabalhismo ver: GOMES, Ângela Maria de Castro. **A invenção do Trabalho**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV Ed., 2005.

<sup>29</sup> BENEVIDES, Maria Victoria. **A União Democrática Nacional**. In: FLEISHER, David V. **Os partidos políticos no Brasil**. Brasília: EDUNB p. 92. Ressaltamos que neste primeiro momento nos interessa entender a UDN enquanto partido, portanto o udenismo será analisado em outro tópico.

<sup>30</sup> Dois momentos importantes que evidenciam a ambigüidade da democracia udenista são a luta pela deposição de Vargas pelos seus futuros membros em 1945 e, a luta pela defesa da democracia contra a suposta infiltração comunista no governo do presidente João Goulart que definha no golpe civil/militar de 1964 e na ditadura, momento de afastamento dos liberais históricos da UDN.

<sup>31</sup> BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **O Governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961**. 3. ed Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 61.

Ampliando o debate sobre ser a UDN um partido político, Benevides toma como referencia as concepções de Antônio Gramsci, este escreve que “um partido político pode existir em situações independentes da ação política imediata”<sup>32</sup>. Logo o partido poderia existir como uma força superior<sup>33</sup> reconhecida pelo público, Benevides considera, assim como Gramsci, que esta funcionalidade pública pode ser analisada a partir de jornais, ou revistas e etc., todos estes sendo compreendidos como partidos, frações de partido, ou funções de um partido. Nas observações empíricas, em seu ensejo enquanto partido percebe-se que diferente das “facções ou clique a UDN teve uma estrutura permanente e uma organização ‘burocrática’ extensa da cúpula dirigente ao nível municipal em todos os estados do país”<sup>34</sup>.

Em Feira de Santana o único partido que conseguiu ter a seu favor um órgão de propaganda permanente, uma tribuna, foi a UDN, que contava com o mais velho jornal da cidade, o Folha do Norte<sup>35</sup>. No ano de 1953, a **Frente Democrática** utilizou deste órgão que “empenhou-se inteiramente na campanha, divulgando mensagens, artigos e telegramas de apoio ao candidato”<sup>36</sup> a prefeito. Assim a UDN feirense disputava a opinião pública, que

(...) está estreitamente ligada à hegemonia política, ou seja, é o ponto de contato entre a ‘sociedade civil’ e a ‘sociedade política’, entre o consenso e a força. (...) <sup>37</sup>

A busca por este ponto de convergência entre sociedade política e civil mencionado por Gramsci, é perceptível na cidade na difusão de textos do Folha do Norte que demarcavam as características que definiam a UDN enquanto um partido, e mais, defendiam publicamente os atos políticos de seus membros no executivo e

---

<sup>32</sup> BENEVIDES, Maria Victoria. **A União Democrática Nacional**. In: FLEISHER, David V. **Os partidos políticos no Brasil**. Brasília: EDUNB, 1981. p. 95.

<sup>33</sup> Idem, Ibidem.

<sup>34</sup> Idem, Ibidem. p. 93.

<sup>35</sup> No período de governo de João Durval, o Folha do Norte divulgava textos sobre o projeto de modernização da cidade, e discursos de elogio ao empreendimento alçado e realizações do prefeito. Era publicada no Jornal a propaganda do Laboratório de Prótese São Paulo; com “Trabalhos, perfeitos executados com o máximo de rapidez”. Localizado a rua Cons. Franco, 555, pertencente a João Durval Carneiro. Forma encontradas textos assim e propagandas de seu consultório nos Jornais Folha do Norte entre 1957e 1958.

<sup>36</sup> FALCAO, João. **A vida de João Marinho Falcão: vitória do trabalho e da honra**. Brasília: Pax, 1993. p. 96.

<sup>37</sup> GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 265.

legislativo municipal, sendo o jornal a principal fonte para analisarmos o partido localmente. Na busca da construção de consenso, Gramsci descreve que,

A opinião pública é o conteúdo político da vontade política pública, que poderia ser discordante: por isto, existe luta pelo monopólio dos órgãos da opinião pública – jornais, partidos, Parlamento-, de modo que uma só força modele a opinião e, portanto, a vontade política nacional, desagregando os que discordam numa nuvem de poeira individual e inorgânica.<sup>38</sup>

No período do pleito do prefeito João Marinho Falcão (1955-1959), o Jornal Folha do Norte expressava de forma mais contundente opiniões, e concepções que o faziam ser reconhecido enquanto órgão Udenista<sup>39</sup>.

A UDN local e nacional entrava em uma nova fase. Desde a eleição de Kubitschek esta começa a transformar-se, e em 1957 no Congresso Nacional do Partido, a UDN defende a superação do capitalismo liberal, do socialismo marxista e do socialismo reformista, porém não demonstra alternativa bem definida<sup>40</sup>.

O governo de Kubitschek foi dividido entre a coligação PSD-PTB, que tinha João Goulart como vice-presidente. No cálculo eleitoral da campanha entrariam os votos urbanos do PTB e os rurais pertencentes ao PSD. O que teria saldos positivos também para a estabilidade do governo, pois o PTB detinha a máquina trabalhista através do controle do Ministério do Trabalho e órgãos vinculados a este, dentre eles os sindicatos, proporcionando assim segurança a Kubitschek. No Congresso Nacional a aliança com preeminência do PSD<sup>41</sup> garantia votações favoráveis ao principal objetivo do governo que era a efetivação do “plano de metas”<sup>42</sup>:

(...) o Congresso através da maioria PSD/PTB, dava apoio as questões orçamentárias (viga mestra do programa de desenvolvimento acelerado)

<sup>38</sup> Idem, Ibidem. p. 265.

<sup>39</sup> O ex-prefeito e empresário Arnold Silva era proprietário, diretor e jornalista do Folha do Norte. FALCAO, João. **A vida de João Marinho Falcão: vitória do trabalho e da honra**. Brasília: Pax, 1993. p. 96.

<sup>40</sup> Ver: BENEVIDES, Maria Victoria. **A União Democrática Nacional**. In: FLEISHER, David V. **Os partidos políticos no Brasil**. Brasília: EDUNB, 1981.

<sup>41</sup> “Enquanto dispôs de uma maioria parlamentar tranqüila, o PSD pôde conduzir o jogo político conferindo ao sistema o caráter de moderado e atraindo os outros partidos para o centro”. HIPOLITO, Lúcia. **De Raposas e Reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 83.

<sup>42</sup> O Plano de Metas representava a mudança no padrão acumulativo nacional, que passava a privilegiar a expansão sem precedentes do setor de “bens de consumo para capitalistas, bens de consumo duráveis”. Para mais ver: OLIVEIRA, Francisco de. **A economia da dependência imperfeita**. 4. ed Rio de Janeiro: Graal, 1984.

porque, de certa forma, seus interesses também estavam sendo atendidos pelo Executivo.<sup>43</sup>

A estratégia de Kubitschek também atraiu setores militares, principalmente devido à atuação do General Lott na defesa da legalidade da eleição<sup>44</sup> contra a tentativa de impugnação da UDN, o que gerou conseqüentemente apoio de outros setores das forças armadas. Portanto, contra a estabilidade<sup>45</sup> do governo havia uma tentativa exacerbada de abalo por parte da UDN.

### ***A Folha udenista.***

Na década de 1950, uma forte oposição ao governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960) No mesmo período era governador da Bahia Antônio Balbino pelo PSD. e ao comunismo é dos temas mais evidentes em colunas do Jornal Folha do Norte<sup>46</sup>, surgindo no ano de 1958 textos emblemático no folhetim, mesmo que o ataque anticomunista seja identificado anos antes e se estenda por outros posteriores. Samuel Pitombo em janeiro de 1958 acusa que,

(...) se faz necessário que penetremos profundamente no conceito desses exemplos, e procuremos nos armar eficientemente, para enfrentarmos em breve o temível inimigo comunista, lutando contra as forças do mal que pensam extinguir vida das nações e dos homens.<sup>47</sup>

A convocação da sociedade contra o mal comunista continua por dizer que estes “desvairados” pretendiam dominar o mundo. Em outra coluna, “Nos Bastidores do Mundo”, quase que especializada no anticomunismo e escrita por Al Neto, havia sempre textos que dividiam sua temática entre a falta de espiritualidade do governo comunista Russo e a perseguição “mortal” às religiões pelo Kremlin. Dois textos, de janeiro e

<sup>43</sup> BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **O Governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961.** 3. ed Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 68.

<sup>44</sup> Estamos nos referindo ao caso da afirmação do Coronel Jurandir Bizarria Mamede que havia dito ser “uma mentira democrática” as eleições de 1955. Este foi punido por articulações do General Lott. Idem, *ibidem*.

<sup>45</sup> Benevides propôs um modelo de análise reconhecendo a estabilidade, mesmo que com crises, do governo Kubitschek. Neste modelo leva em consideração política partidária, política econômica e a política militar. Para mais ver: BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **O Governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961.** 3. ed Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 51-54.

<sup>46</sup> Foram dirigentes do Folha do Norte entre 1950-1970, Raul Ferreira da Silva, Oyama Pinto da Silva, Dálvaro Ferreira da Silva, José Luiz Navarra da Silva e Hugo Navarro da Silva. OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. **Feira de Santana em Tempos de Modernidade: olhares, imagens e práticas do cotidiano. (1950-1960).** Universidade Federal de Pernambuco, 2008. (Tese de Doutorado). p. 31.

<sup>47</sup> Folha do Norte, 04 de janeiro de 1958.

fevereiro de 1958, intitulados “Contra Deus” e “Fôrça Espiritual”, evidenciam bem a ofensiva ao governo soviético. A intenção dos dois textos é mostrar como o Kremlin estava oprimindo o povo russo -- com o categórico “slogam {SIC} de Lênin – a religião é o ópio do povo”<sup>48</sup>, um povo tradicionalmente religioso. O primeiro texto reproduz o que seriam passagens do PRAVDA<sup>49</sup> que, afirmavam que “Deus é o próprio homem” e convocava a sociedade para acabar “de uma vez por todas com o mito da religião”<sup>50</sup>. O segundo debate a ciência soviética que, “em nada se preocupa com o povo”, preocupasse “em dotar o Estado dos meios para expansão imperialista”<sup>51</sup>, diferentemente da ciência livre não só na forma material, mas espiritualmente a humanidade.

O anticomunismo é privilegiado no jornal, sendo crescentes a partir de 1958 as aparições de textos relacionados ao tema. O crescimento do anticomunismo local no da UDN no Folha do Norte cresce paralelamente a atuação de militantes do PCB na cidade e suas influência nas disputas locais, mas o Folha do Norte não foi único Jornal a identificar-se com o combate aos comunistas. O Jornal Gazeta do Povo, fundado em 1959 por empresários e membros do PSD reproduzia constantemente texto contra os inimigos vermelhos, declarando sua oposição de forma agressiva muitas vezes. Em 26 de julho de 1959 o dito jornal publica um texto criticando o Ministro das Relações Exteriores da União das Repúblicas Socialistas e Soviéticas, Andrei Gromyko, sobre sua propaganda enganosa em relação à aceitação do povo da Alemanha Oriental do regime comunista.<sup>52</sup>

Apesar da marca sólida do discurso anticomunista no Jornal Folha do Norte, discutia-se política nacional e local, economia, esporte, lazer e etc., tendo destaque textos que debatiam assuntos mais gerais que se achavam no cerne da identidade da UDN. Assim é que amiúde apareciam textos contra a política econômica nacional, a favor liberalismo, como no escrito “Livre Iniciativa”, em defesa do Estado liberal, pois, “os países mais prósperos do mundo, baseiam sua economia no principio da livre iniciativa” sendo que “O Estado industrial administrador, gerente ou patrão, só existe

---

<sup>48</sup> Folha do Norte 01 de fevereiro de 1958.

<sup>49</sup> O PRAVDA foi o Jornal fundado por Leon Trotsky em 1908, sem sucesso. Em 1912 os Bolcheviques fundam em São Petersburgo um jornal com o mesmo nome, organizado por Stalin e dirigido ideologicamente por Lênin. Este se tornou órgão oficial do Estado soviético. In: <http://www.marxists.org>. Visto em 29 de fevereiro de 2010.

<sup>50</sup> Folha do Norte 01 de fevereiro de 1958.

<sup>51</sup> Está é segundo o Jornal uma Fala do presidente dos EUA Eisenhower. Folha do Norte 08 de Fevereiro de 1958.

<sup>52</sup> Jornal Gazeta do Povo. 26/07/1959.



nas ditaduras em que ele é o senhor absoluto da produção da terra e do trabalho humano”<sup>53</sup>.

Havia espaço amplo para a coluna social de Eme Portugal, que registrava os acontecimentos da cidade no que tange às personalidades públicas, intelectuais, empresários e etc. Era comum que aparecessem notas sobre João Durval e família<sup>54</sup>. Além da coluna social em que os políticos apareciam em suas andanças cotidianas que não tinham relação direta com as contingências políticas da cidade, estes também freqüentemente eram citados em textos na primeira página do Jornal. João Durval aparece em diversos desses textos, um em especial, impresso em letras “garrafais” quando da inauguração do Ginásio Estadual Noturno, “graças aos esforços do vereador João Durval Carneiro que conseguiu, com o Município, a verba para instalação elétrica do velho prédio da Rua Conselheiro Franco”<sup>55</sup>.

Foi comum também a publicação de notas, muito provavelmente pagas, de entidades de classe como a Associação Comercial, Rotary Club de Feira de Santana<sup>56</sup>. Não sem sentido o Rotary se mostra na cidade como um órgão beneficente que atua para modernização local e assistência, dividindo com os poderes públicos municipais uma parceria longa na realização de eventos. As festas realizadas pela entidade sempre reuniam personagens locais de prestígio, empresários, políticos, gente de aparições em colunas sociais. Além desta parceria público-privada, os rotarianos se confundem com os udenistas e vereadores. Comum encontrar sujeitos membros dos dois “partidos”, como é o caso do próprio João Durval<sup>57</sup>, Joselito Amorim, Wilson Falcão, João Marinho Falcão e outros.

Comprendemos o Estado como um dos mecanismos de operacionalização de poder, que é movido e controlado para expandir ao máximo um grupo social e seus interesses que são incorporados socialmente como uma influência universal e manifestam-se nacionalmente nos territórios. O Estado resulta das mediações dos

---

<sup>53</sup> Folha do Norte 08/02/1958.

<sup>54</sup> “Dias atrás veio ao mundo o brotinho Márcia Carneiro, que a cegonha trouxe para o casal amigo João Durval Carneiro”. Folha do Norte 04/01/1958.

<sup>55</sup> Folha do Norte 08 de março de 1958. A notícia se refere ao projeto de lei nº 37/58, que cria uma escola municipal e dá outras providências. Ver: Projetos de lei do Vereador João Durval Carneiro. Câmara de Vereadores de Feira de Santana. Os atos do vereador Joselito Amorim também são temas freqüentes do Jornal Folha do Norte.

<sup>56</sup> Este um Clube de serviço de âmbito mundial. Segundo Gramsci, um partido internacional. Ver: GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 42.

<sup>57</sup> Ele foi 2º Secretário do Rotary Club no ano de 1958. Ver: Jornal Folha do Norte 12/07/1958.

conflitos de interesses entre subalternizados e dominantes onde prevalece - mesmo que o equilíbrio de forças possa pender para o lado oposto - interesses dos grupos dominantes<sup>58</sup>. Os grupos sociais estão sujeitos as influências das ideologias internacionais, “Uma ideologia, nascida num país desenvolvido, difunde-se em países menos desenvolvidos, incidindo no jogo local das combinações”<sup>59</sup>, que são estas combinações? São os equilíbrios das relações de forças, luta de classes, que geram resultados variáveis em situações múltiplas que podem levar os grupos subalternizados ou dominantes, ao desenvolvimento histórico de opressões e resistências observáveis para, no nosso caso, o pesquisador.

O Rotary Club se enquadra na categoria de partido internacional que difunde ideologias exteriores. Chega à cidade em 1941 e suas primeiras reuniões são realizadas na casa João Marinho Falcão. Andrei Valente iniciou a análise deste grupo:

Parece que seu programa essencial e a difusão de um novo espírito capitalista, ou seja, a idéia de que indústria e comércio, antes de serem um negócio, são um *serviço social*, ou, mais precisamente de que são e podem ser um negócio na media em que são um serviço.”<sup>60</sup>

O Rotary Club teria por função a difusão desse novo espírito e funcionaria como mais um elemento de integração entre Feira de Santana e o capital internacional, como podemos comprovar através das diversas visitas registradas nas páginas dos jornais Feira hoje e Folha do Norte, de estrangeiros recepcionados por esta organização bem como pelas lojas maçônicas da cidade.<sup>61</sup>

A chegada do Rotary Club na década de 40 em Feira de Santana coincide com a atuação dos empresários no sentido de diversificar suas atividades econômicas vinculando- se, num primeiro momento, a uma industrialização incipiente e pouco qualificada mas que a partir da década de 60, após o golpe civil/militar, passa a receber diversos incentivos de aparelhos de hegemonia como o CEDIN (financiado por capital externo) e SUDENE servindo também como elo de articulação entre o capital nacional e internacional que passam a instalar indústrias na cidade.<sup>62</sup>

---

<sup>58</sup> Ver: GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. P.41-42.

<sup>59</sup> GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. P.42

<sup>60</sup> GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**: volume 4. 2. ed Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 295-296.

<sup>61</sup> VALENTE, Andrei de Brito. **Estado e direção de classe: algumas reflexões sobre o processo de industrialização em Feira de Santana**. Comunicação apresentada no I Seminário Anual do Laboratório de História e Memória da Esquerda e das Lutas Sociais. Feira de Santana, UEFS, 2006. p. 10. (no prelo)

<sup>62</sup> VALENTE, Andrei de Brito. **Estado e direção de classe: algumas reflexões sobre o processo de industrialização em Feira de Santana**. Comunicação apresentada no I Seminário Anual do Laboratório de História e Memória da Esquerda e das Lutas Sociais. Feira de Santana, UEFS, 2006. p. 10. (no prelo)

Grupo afim é o Lions Club, que parece constituir as mesmas funções do Rotary com poucas diferenças. Ganha notoriedade por ser oferecido pelo Jornal Folha do Norte a publicação gratuita de seu boletim nas páginas do jornal, e por exercer papel semelhante ao Rotary, o qual foi considerado pelo Lions como um parceiro constante,<sup>63</sup> como na fundação da Associação Rural da cidade<sup>64</sup>, órgão existente até a atualidade que representa os ditos produtores, neste caso os proprietários rurais da região, apesar de na época dizer-se representante de patrões e lavradores.

No imbricado mundo político feirense as trajetórias de membros dos poderes públicos da cidade que conseguiam avançar para cargos estaduais compartilhavam trajetos comuns percorridos. Todos estes políticos tinham passagens ou ainda estavam passando pelo exercício de cargos em órgão civis que eram retratados todo o tempo pelo Jornal Folha do Norte.

A percepção maior desta identificação do Jornal Folha do Norte com a UDN e o udenismo apreciam em suas páginas principalmente nas campanhas eleitorais da Frente Democrática Feirense, dos prefeitos<sup>65</sup> candidatos pela UDN e vereadores e na descrição do exercício dos cargos. Desde a primeira eleição para prefeito em Feira de Santana pós Estado varguista, o jornal apoiava udenista, como foi o caso de Carlos Bahia (UDN) filho do ex-intendente da cidade Bernadino Bahia depois do fim do estado varguista. Isto tinha certa obviedade já que o órgão de imprensa pertencia a Arnold Silva que foi membro do diretório local do partido, chegando a ocupar inclusive o cargo de presidente. O jornal apoiou, através de seus articulistas, as candidaturas e/ou os governos udenistas e arenistas de João Marinho Falcão (1955-1959), Arnold Silva(1959-1962), Joselito Amorim (1964-1967)<sup>66</sup> e de João Durval (1967-1971)<sup>67</sup>.

### *A década de 1950 e João...*

A composição da UDN feirense não era disforme com a nacional. Empresários, setor agrário, intelectuais e etc. Havia uma forte presença da família Falcão, que terá

---

<sup>63</sup> Foram membros do Lions Club, Fernando Pinto de Queiroz, Wilson Falcão, Hugo Navarro, Arnold Silva e outros.

<sup>64</sup> Folha do Norte. 10/05/1958.

<sup>65</sup> Jornal Folha do Norte. 02/08/1947 & 09/08/1947.

<sup>66</sup> Joselito Amorim não foi candidato, assumiu a prefeitura através de indicação pós o golpe de 1964 que destituiu Francisco Pinto do poder.

<sup>67</sup> OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. **Feira de Santana em Tempos de Modernidade: olhares, imagens e práticas do cotidiano. (1950-1960)**. Universidade Federal de Pernambuco, 2008. (Tese de Doutorado). p. 32.

prefeitos como o já citado João Marinho, Joselito Amorim Falcão, Newton Falcão, além de vereadores eleitos. João Durval Carneiro, diferentemente da grande “família UDN Falcão”, assim era um profissional liberal, porém o que conseguiria maior expressão na carreira política local na passagem pela UDN<sup>68</sup>.

João Marinho (1955-1959) e Arnold Silva (1959-1962) seu sucessor e correligionário desde tempos áureos<sup>69</sup>, herdou da administração anterior, uma cidade afogada em dívidas<sup>70</sup>, o que teria inspirado João Marinho a propor a não remuneração do prefeito e vereadores até a amortização das dívidas<sup>71</sup>, porém importante observar que a administração de Almaquio Boaventura, antecessor de João Marinho é responsável por uma série de projetos de leis que previam melhorias para cidade. Porém na sua substituição por João Marinho Falcão, o Folha do Norte descreve sua estada no poder municipal como uma experiência negativa, acusa o ex-prefeito de falsificação de documentos, desvio de dinheiro da Santana Casa de Misericórdia e da Fazenda Nacional e também de mandar jagunços seus agredir no dia 12 de setembro de 1952 o editor do Jornal. Sobre varias acusações contra Almaquio Boaventura é que a UDN ganha posições importantes e derrota o PSD.<sup>72</sup> Na intensa disputa pelo crescimento do partido, o Jornal Folha do Norte relatava semanalmente realizações de seus membros no executivo e no legislativo.

Há indícios que João Durval era político talentoso, respondia devidamente a anseios da população local e de setores dominantes da cidade. Reclamações que freqüentemente apareciam em forma de debates nos Jornais locais eram alvo dos projetos de lei proposto pelo “edil” e pelo seu companheiro partidário Joselito Amorim. É assim que a abertura do Ginásio Noturno, ampliação de verbas para rede elétrica da escola, calçamento de ruas, destinação de verbas para o lar do Irmão Velho, Sociedade Baiana de Medicina, Associação Cultural Filinto Bastos e a Liga Contra Tuberculose<sup>73</sup>, aparecem como projetos, e esta última entidade com importância destacada, já que

<sup>68</sup> No Nordeste a UDN tinha as mesmas bases do PSD. Ver: BENEVIDES, Maria Victoria. **A União Democrática Nacional**. In: FLEISHER, David V. **Os partidos políticos no Brasil**. Brasília: EDUNB, 1981.

<sup>69</sup> Arnold Silva era proprietário, diretor e jornalista do Folha do Norte. FALCÃO, João. **A vida de João Marinho Falcão: vitória do trabalho e da honra**. Brasília: Pax, 1993. p. 93.

<sup>70</sup> Segundo matérias do Folha do Norte e livro de João Falcão e Adnil Falcão, op. Cit.

<sup>71</sup> FALCAO, João. **A vida de João Marinho Falcão: vitória do trabalho e da honra**. Brasília: Pax, p. 105.

<sup>72</sup> Importante observar que nas eleições de 1953 para prefeito, a coligação nacional e Estadual entre PSD e PTB é desfeita em Feira de Santana sendo que Hamilton Cohim como candidato do PTB obteve 3.058 votos contra 3.671 de Eduardo Froés da Mota pelo PSD e o eleito João Marinho Falcão pela UDN com 5.477. Jornal Folha do Norte. 23/01/1954

<sup>73</sup> Folha do Note. 08/03/1959 e 15/03/1958. Ano de intensificação da campanha contra a tuberculose.

campanhas de prevenção a doença são vistas sempre no jornal desde o início da década de 1950.

O mandato de João Marinho foi marcado pela reorganização da administração municipal, o fim da era dos pessedistas que perdem espaço inclusive na Câmara Municipal.

#### Vereadores da Gestão de João Marinho Falcão (1955-1959)

PATIDOS	VEREDORES	TOTAL
União Democrática Nacional – UDN	Joselito Amorim Falcão, Wilson Falcão da Costa, Walter Nick, Arthur Vieira de Oliveira, João Durval e Augusto Mathias	06
Partido Social Democrático – PSD	Dorival Oliveira, Osvaldo Monteiro Pirájara, Antonio Araújo e Colbert Martins.	04
Partido Trabalhista Brasileiro	Jorge Watt, Mário Porto e Antonio Lourenço Nery	03

Fonte: LEONY, Yolanda Cruz Barreto. **Experiência de Organização de trabalhadores Urbanos em Feira de Santana (1945-1964)**. UEFS, 2009. p.30-31.

A disposição da maioria na Câmara Municipal facilitava a aprovação de projetos e denotava a dominação udenista, e o prefeito conseguiu também o apoio do PTB, proclamado por Jorge Watt, e do PSD. Para a candidatura de João Marinho foi intentada uma coalizão entre os partidos de oposição que não deu certo, porém, parecia ser um momento oportuno para a gestão desafogar a município das dívidas e retomar o progresso para a cidade, o que registra entendimento entre os grupos políticos em torno dessa pauta.<sup>74</sup> Eram debatidos projetos que garantissem o embelezamento da cidade, higiene pública, comércio e etc. João Durval foi presidente da câmara entre 1959 e 1961, biênio em que “sua popularidade em Feira de Santana cresce assustadoramente” por não medir “esforços em função do progresso de sua terra”<sup>75</sup>, era o edil que mais propunha projetos de leis ou que atuou em projetos de resolução. Os projetos de lei

FALCAO, João. **A vida de João Marinho Falcão**: vitória do trabalho e da honra. Brasília: Pax, 1993. p. 89 - 99. OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. **Feira de Santana em Tempos de Modernidade: olhares, imagens e práticas do cotidiano. (1950-1960)**. Universidade Federal de Pernambuco, 2008. (Tese de Doutorado).

<sup>75</sup> MATTOS, José Batista. **Um Sertanejo no Governo**. 3º Edição. S/E, S/L, 1983. p. 19

versavam sobre temas diversos, como abertura de créditos para encontro de juventude católica, nome de ruas, etc<sup>76</sup>. Segundo Mattos, havia uma memória de feirenses contemporâneos que retinha momentos de superlotação da Câmara, para ver os debates em que este estava envolvido<sup>77</sup>. Descreve ainda que João Durval havia sido o vereador que mais “aprovou projetos”, principalmente em benefício a zona rural do município<sup>78</sup>.

Apesar de mais projetos aprovados entre 1959-1961, o ano de 1956 foi marcante para o crescimento de João Durval enquanto vereador, pois, encaminhou à Presidência da República solicitação da conclusão da BR-324<sup>79</sup>, enviou à Companhia de Energia Elétrica da Bahia (CEEB)<sup>80</sup> reivindicação de nova rede telefônica na “segunda cidade mais importante do Estado” e ainda no mesmo ano um requerimento à Presidência pedindo soluções para os problemas da indústria fumageira do recôncavo baiano que passava por dificuldades<sup>81</sup>.

Inaugurado um novo tempo administrativo na cidade<sup>82</sup>, convinha reconhecer pelo executivo e legislativo do município o contexto de modernização pelo qual a cidade passava: pavimentação de ruas, comércio crescente, estradas e um simbólico trânsito moderno, complexo, com carros, caminhões e bicicletas.

Entre 1959 e 1962, durante a segunda gestão de Arnold Ferreira da Silva, os Currais Modelo foram transferidos dos arredores da zona central (atual quarteirão onde se encontram o Museu de arte Contemporânea, o Ginásio Municipal, a Biblioteca Municipal, o Fórum Filinto Bastos, a SUCAM e uma Loja Maçônica) para um local mais distante, no bairro da queimadinha (...)<sup>83</sup>

<sup>76</sup> Projetos e Leis do Vereador João Durval Carneiro. Câmara Municipal de Vereadores de Feira de Santana

<sup>77</sup> MATTOS, José Batista. **Um Sertanejo no Governo**. 3ª Edição. S/E, S/L, 1983. p. 19.

<sup>78</sup> Idem, *Ibidem*. p. 19.

<sup>79</sup> Ata Da Câmara Municipal de Feira de Santana. 6º Sessão Extraordinária 03/09/1956. Ofício do Rotary Club a Câmara enviando cópia de um telegrama, sobre o reinício da obras da rodovia Bahia-Feira. Ata Da Câmara Municipal de Feira de Santana. 7º Sessão Extraordinária 05/09/1956. “... o sr. João Durval apresentou Requerimento subscrito por toda a Casa, no sentido de dirigir-se um apelo ao Sr. Presidente da Republica, pela conclusão da pavimentação da rodovia Bahia-Feira”. O Ofício foi enviado também ao governador do Estado da Bahia.

<sup>80</sup> João Durval aparece em atas da Câmara Municipal debatendo necessidade de iluminação publica para cidade e para o funcionamento do Ginásio Noturno. Ata da Câmara Municipal de Feira de Santana. 80º Sessão Geral. Câmara Municipal de Feira de Santana. Reproduzida também pelo Jornal Folha do Norte. 05/04/1958.

<sup>81</sup> MATTOS, José Batista. **Um Sertanejo no Governo**. 3ª Edição. S/E, S/L, 1983. p. 20.

<sup>82</sup> Referimo-nos ao mandato de João Marinho Falcão e Arnold Silva.

<sup>83</sup> OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. **Feira de Santana em Tempos de Modernidade: olhares, imagens e práticas do cotidiano. (1950-1960)**. Universidade Federal de Pernambuco, 2008. (Tese de Doutorado). p. 43.

O centro era alvo de disputa por espaço em uma cidade onde eram observáveis sentimentos de modernidade<sup>84</sup>. Momento onde

As elites em ascensão ao requererem prestígio social e político dentro da cidade procuravam na tentativa de legitimação do aparato do Estado, através da valorização das instituições jurídicas e policiais, uma maneira de afirmarem-se no poder em oposição em oposição as antigas autoridades – “fidalgos e vaqueiros”- que tinham em torno de si uma concepção própria de justiça que orientava suas ações, e a dos indivíduos a elas ligada, no cotidiano da cidade.<sup>85</sup>

São esses grupos das chamadas elites “em ascensão, - intelectuais, judiciários, profissionais públicos e comerciantes”, principalmente os membros do setor comercial que buscam “inserir a cidade em todos os aspectos da modernidade que embalava as outras cidades brasileiras”<sup>86</sup>. O aparelho de representação desse grupo dos comerciantes é organizado em 1945, a Associação Comercial de Feira de Santana (ACFS) que viria a ser um dos órgãos que mais pressionaria publicamente pela reorganização da cidade. Segundo Poppino<sup>87</sup> já em 1950 a feira semanal havia perdido a primazia enquanto mercado mais rentável para a cidade pois era agora o comércio quem detinha maior importância possibilitada pelo crescimento do volume de transações. Ana Maria de Carvalho<sup>88</sup> identifica que na década de 1950 o comércio era muito dinâmico e que o crescimento era tamanho entre 1960 e 1970, que a cidade teria “duas vezes mais números de estabelecimentos comerciais e de serviços”<sup>89</sup>. Essa ascensão comercial possibilitou a maior organização dos comerciantes enquanto fração da classe dominante.

---

<sup>84</sup> O sentimento de modernidade é identificado historicamente no século XIX definido como (...) viver uma vida de paradoxo e contradição, [...], é encontra-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor - mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos tudo que sabemos tudo que somos [...]. Ver BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 24. Sobre o trânsito citadino e os sentimentos de modernidade ver: OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. **Feira de Santana em Tempos de Modernidade: olhares, imagens e práticas do cotidiano. (1950-1960)**. Universidade Federal de Pernambuco, 2008. (Tese de Doutorado). passim

<sup>85</sup> SOUZA, Eronize Lima. **Prosas da Valentia: Violência e Modernidade na Princesa do Sertão(1930-1950)**. UFBA, 2008. (Dissertação de Mestrado). p.243.

<sup>86</sup> Idem, p.14.

<sup>87</sup> POPPINO, Rollie E. **Feira de Santana**. Salvador: Ed. Itapuã, 1968. p. 242.

<sup>88</sup> : OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. **Feira de Santana em Tempos de Modernidade: olhares, imagens e práticas do cotidiano. (1950-1960)**. Universidade Federal de Pernambuco, 2008. (Tese de Doutorado).

<sup>89</sup> OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. **Feira de Santana em Tempos de Modernidade: olhares, imagens e práticas do cotidiano. (1950-1960)**. Universidade Federal de Pernambuco, 2008. (Tese de Doutorado). p. 53.

O protagonismo do setor comercial da cidade por meio de seu órgão de classe implica na grande força de influência que o grupo teve para por em prática projetos políticos através da pressão sobre instituições públicas, como a prefeitura, o governo do Estado e mesmo a Presidência da República, esta alvo de solicitações por parte ACFS de resolução de problemas locais como o do abastecimento de água<sup>90</sup>.

A modernidade entendida por Souza como sendo a concepção dos feirenses do período, era o “status auferido” pelo “progresso material e melhoramentos urbanos que a cidade apresentava”<sup>91</sup>. Neste contexto os poderes públicos através de seus tentáculos ganham mais força e visibilidade, quando da necessidade de ampliação do controle dos comportamentos sociais, e as reformas necessárias para o desenvolvimento da cidade para expansão dos interesses principalmente de frações comerciais.

Um dos focos de afirmação da modernidade feirense era o comportamento de sujeitos que praticavam atos de violência, deslegitimando o controle do Estado. Este deveria tornar público a resolução de conflitos que antes eram resolvidos no âmbito do privado por indivíduos. O crescimento dos profissionais do direito e de um Estado monopolizador da violência gerava um complexo *campo jurídico*, sendo que este consiste na

(...) existência de um universo social relativamente independente em relação às pressões externas, no interior do qual se produz e se exerce a autoridade jurídica, forma por excelência da violência simbólica legítima cujo monopólio pertence ao Estado e que se pode combinar com o exercício da força física. As práticas e os discursos jurídicos são com efeito, produto do funcionamento de um campo cuja a lógica específica está duplamente determinada: por um lado, pelas relações de força específicas que lhe conferem estrutura e que orientam as lutas de concorrência ou, mais precisamente, os conflitos de competência que nele têm lugar e, por outro lado, pela lógica interna das obras jurídicas que delimitam em cada momento o espaço dos possíveis e deste modo, o universo das soluções propriamente jurídicas.<sup>92</sup>

---

<sup>90</sup> Ver: OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. **Feira de Santana em Tempos de Modernidade: olhares, imagens e práticas do cotidiano. (1950-1960)**. Universidade Federal de Pernambuco, 2008. (Tese de Doutorado). Passim. A tese identifica que essa ascensão comercial e dos comerciantes gera o ideal de cidade progresso e comercial, defendida pelo setor e adensada pelos Jornais locais e pelos poderes públicos da cidade. Foram utilizadas pela autora cartas da ACFS endereçadas à prefeitura, ao Ministério do Trabalho, presidência da república e governo do estado solicitando providências em relação a problemas que eram fonte de atraso para a “cidade progresso”.

<sup>91</sup> Idem, Ibidem.

<sup>92</sup> BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.p. 211.



Portanto o campo jurídico se caracteriza pela sua autonomia relativa dada pela “concorrência do monopólio do direito de dizer o direito”<sup>93</sup>, na luta pela apropriação da linguagem jurídica na interpretação de um *corpus* de textos e leitura legítima deste. Assim, nos conflitos deste campo, nas relações de força interna, ganha aquele que detiver mais habilidades desenvolvidas quanto ao uso do direito, “a apropriação de forças simbólicas” - neste caso os profissionais e não os sujeitos envolvidos diretamente nos conflitos - sendo que a autonomia é reconhecidamente relativa já que este campo é resultado do campo maior de poder, e que “a Justiça organiza segundo uma estrita hierarquia não só as instâncias judiciais e os seus poderes, portanto, as decisões e interpretações em que elas apóiam, mas também as normas e as fontes que conferem a sua autoridade a essas decisões”<sup>94</sup>.

Souza<sup>95</sup> identifica entre a década de 1940 e 1950 na cidade o crescimento deste campo cujo reflexo social é o aumento do controle social por parte de instituições públicas, a exigência cada vez maior de perseguição dos costumes de grupos de trabalhadores, mulheres, imigrantes e outros. Esta idéia propagada por vários países foi fundamentada em ideais de “progresso” e “civilização” amplamente estudados por Elias Norbert<sup>96</sup>, por conseguinte manifestações locais de ideais deste tipo foram identificadas e analisadas por Souza, Clóvis Frederico Ramaiana Oliveira e Ana Maria de Carvalho.<sup>97</sup> Segundo as elites descritas por Souza, “a ordem pública era condição imprescindível para que o trabalho e o avanço dos símbolos da modernidade pudessem ganhar espaço e visibilidade”<sup>98</sup>.

Neste período que os processos de perseguição ocorrem contra costumes comuns e há uma valorização do direito, permitindo a ascensão política de advogados

---

<sup>93</sup> Idem, p.212.

<sup>94</sup> Idem, p.214.

<sup>95</sup> SOUZA, Eronize Lima. **Prosas da Valentia: Violência e Modernidade na Princesa do Sertão**(1930-1950). UFBA, 2008. (Dissertação de Mestrado).

<sup>96</sup> ELIAS, Norbert. **O processo civilizador : formação do estado e Civilização**, V 2. 2. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1993.

<sup>97</sup> Ver: OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. **Feira de Santana em Tempos de Modernidade: olhares, imagens e práticas do cotidiano. (1950-1960)**. Universidade Federal de Pernambuco, 2008. (Tese de Doutorado). OLIVEIRA, Clóvis Frederico Ramaiana. **De Empório á Princesa do Sertão: utopias civilizadoras em Feira de Santana (1893-1937)**. Dissertação. (Mestrado em História) – UFBA, Salvador, 2000. SOUZA, Eronize Lima. **Prosas da Valentia: Violência e Modernidade na Princesa do Sertão (1930-1950)**. UFBA, 2008. (Dissertação de Mestrado).

<sup>98</sup> SOUZA, Eronize Lima. **Prosas da Valentia: Violência e Modernidade na Princesa do Sertão (1930-1950)**. UFBA, 2008. p. 69. (Dissertação de Mestrado).

como Jorge Watt e Francisco José Pinto que se elegem para câmara de vereadores<sup>99</sup>. Jorge Watt foi defensor da ordem (controle) pública através de ações jurídicas e atuou de forma incisiva em publicações no Jornal Folha do Norte em favor de uma polícia que trabalhasse bem em benefício de uma moralização dos costumes que este defendia o que pode ser traduzido por uma ordem pública vigilante e punitiva.

Na imposição de determinada relação de poder, os aparelhos municipais e estaduais eram criados, inclusive privados como o caso da Guarda Noturna financiada pelos comerciantes. Na pressão da imposição de um modelo civilizatório em oposição a modelos civilizatórios próprios dos feirenses populares ou da sociedade civil, os vereadores sempre respondem em consonância com sua representação de classe. É assim que resoluções da câmara resolvem ou compram a briga contra policiais, os costumes, o Estado e dos grupos locais dominantes, como na tentativa do controle das atividades policiais, já que seus executores também abusavam da sua posição e comportavam-se de forma incivilizada. A polícia era vigiada, pois na lógica do Estado como um mecanismo a ser operacionalizado por uma classe ou fração de classe, este grupo dominante deveria regular também os comportamentos dos policiais de acordo com o modelo de civilidade a ser seguido. Há uma tentativa crescente de controle por parte da sociedade política sobre a civil.

O controle da violência e sua reprodução é tema já amplamente pesquisado. Nas referências bibliográficas encontra-se a principal reflexão e conclusão sobre a passagem do processo punitivo para a vigilância como sendo muito mais produtiva para um modelo econômico sustentado por um grupo social (capitalista) que apóia e alarga a necessidade de um aparato de controle social e legitimação de sua posição de subordinador de outros grupos. O aparecimento de notícias sobre crimes e, constantes cobranças da presença da polícia e a cadeia como instrumento de controle público da violência, são reflexos de uma ampliação da possibilidade do Estado atingir cada vez mais a sociedade, ampliar sua atuação e controle, pois quanto mais notícia mais cresce o pedido da guarda, da polícia, e isso significa que o Estado é um pedido público consensuado entre dominantes e subalternizados como uma necessidade. O Folha do Norte freqüentemente relata atos de delinqüência na cidade e pede providência à polícia e aos poderes instituídos. “Sem delinqüência não há polícia. O que torna a presença

---

<sup>99</sup> Jorge Watt foi eleito pelo PTB em 1954, Francisco José Pinto teve o mandato entre 1951-1955 sendo estudante de direito na época que o exerceu.

policial, o controle policial tolerável pela população se não o medo do delinqüente?”

<sup>100</sup>Neste ponto encontramos a construção da necessidade social do controle policial na cidade. Portanto a conclusão de Foucault é pelo caminho da reprodução da delinqüência como um projeto da economia política moderna que percebeu resultados positivos quanto à elaboração dessa vontade coletiva de um aparato de controle do Estado.

Nesta cidade a polícia deveria controlar os divertimentos públicos e, também, o jogo, um dos principais alvos desse projeto de novas redefinições do comportamento dos feirenses, tanto no Jornal Gazeta do Povo quanto no Folha do Norte, o jogo é matéria constante, chegando a render reconhecimento elogioso para João Durval, enquanto prefeito interino, no Gazeta pela sua atitude perante o controle da jogatina e sua honradez e moral, por outro lado e como consequência das suas atitudes, desencadeou severas críticas ao prefeito Arnold Silva<sup>101</sup>

Os costumes mudavam de referencial, o homem urbano ganhava cada vez mais espaço na cidade, os representantes políticos que mais crescem são sujeitos de formação superior, acadêmicos que iam até a capital buscar conhecimento. Há uma desruralização das sociabilidades feirense e em contrapartida um avanço de práticas cidadinas, a organização da cidade pelos poderes públicos é intensificada, mesmo as ruas nomes que abrigavam nomes com significações emanadas da oralidade, passam a ser renomeadas por ações burocráticas que acabam por levar ao esquecimento as práticas costumeiras<sup>102</sup>. Ao ler a cidade através da obra de Eurico Alves, Clóvis Ramaiana percebe mudanças nessa, os grupos ascendentes na economia local “introduziam valores estranhos à sociedade pastoril e, em certa medida, destroçavam equilíbrio dos velhos solares rurais”<sup>103</sup>. Muda-se segundo Clóvis, a maneira de usar o solo, este uso ganha um valor utilitário, descartado assim o seu valor de uso em favor do valor de troca.

Neste tempo João Durval conseguia ascensão política e a partir principalmente de 1958, seu segundo mandato, ganhava popularidade nas páginas dos jornais e também na câmara municipal, aparecendo como representante do no novo perfil citadino de

---

<sup>100</sup> FOUCAULT, Michel; MACHADO, Roberto (Org.) **Microfísica do poder**. 13. Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998. p. 137-138. Ver principalmente FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 36. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

<sup>101</sup> Jornal Gazeta do Povo. 08/11/1959. Ver também: Jornal Gazeta do Povo 01/11/1959.

<sup>102</sup> Ver Oliveira, Clóvis Frederico Ramaina. Currais, clubes e modelos: Eurico Alves leitor de Feira de Santana, 1940-1960. Texto não publicado.

<sup>103</sup> Idem, Ibidem.p. 10.

Feira. A observação das atas da câmara confirma<sup>104</sup> que João Durval se destaca no acompanhamento e proposição de debates, o que rendeu louvores para si, sendo tratado pelos jornais locais como um sujeito político que provocava consenso sobre suas atividades mesmos entre aqueles que se posicionavam constantemente na oposição à seu partido. Mesmo o Jornal Gazeta, órgão de imprensa da oposição, rende galanteios a Durval. Na discussão sobre a proibição do jogo na cidade, em momento onde Durval assumia a Prefeitura de forma interina, disse que este vivia “(...) um dos dramas de consciência dos mais terríveis de sua vida”, resistindo o “bando da corrupção” que segundo o jornal “insistia em subornar as autoridades”. O prefeito foi descrito pelo como “Moço honrado...” que “vê-se acossado pelo sindicato do vício e da corrupção...”<sup>105</sup> Este era o João Durval, crescente representante de um projeto moral, conservador e dito “moderno” que conseguiu reunir em torno de si, ou foi reunido à harmonia de grupos e frações de classes distintas.

### ***Precedentes de uma renovada gestão.***

Para João Durval chegar ao governo municipal, precisou vencer oposições e, quando conseguiu, lutar pelo estabelecimento de referenciais novos de organização administrativa e modernização local para buscar resguardar na memória coletiva de Feira de Santana um papel relevante como homem que trouxe o “progresso” local e colocou a cidade entre os grandes pólos industriais e econômicos do país. Para tanto, João Durval deveria subjugar a recente memória política de participação popular demonstrada no governo de seu principal opositor político, Francisco José Pinto (1963-1964) ou simplesmente Chico Pinto. A carreira política destes sujeitos seria marcada por disputas acirradas, a começar pela eleição municipal de 1962.

As campanhas eleitorais de 1962 permitem-nos visualizar o crescimento local de personagens políticos que passam a desenvolver papéis de relevância em novos contextos políticos sociais locais e nacionais. Os momentos finais do governo de Arnold Silva levam à convenção local da UDN a escolha de um novo candidato, rapaz jovem,

---

<sup>104</sup> “Moção de Confiança ao Sr. João Durval Carneiro, Presidente da Casa que, ainda novo no mister, vem de maneira impecável, servindo com lisura e dignidade, a Casa do povo. Foi a mesma aprovada unanimemente”. Coluna Semana Legislativa. Jornal Gazeta do Povo. 10/05/1959.

<sup>105</sup> Jornal Gazeta do Povo. 01/11/1959.

de formação na capital, um representante legítimo dos novos comportamentos citadinos, prefeito interino, e acima de tudo um defensor da moral e dos bons costumes.

Repete-se a nível regional e local a coligação partidária estabelecida entre UDN-PTB para presidência e congresso nacional. Ao lado de Jânio Quadros (UDN) e João Goulart (PTB), o candidato baiano da coligação para o governo do Estado é Lomanto Jr.(PTB) e para prefeitura local, João Durval Carneiro. Em contrapartida o PSD local convida Chico Pinto a candidatar-se e disputar o pleito contra João Durval. Pinto relata que o convite se relacionava a seu ganho de popularidade devido o exercício da advocacia<sup>106</sup> em sindicatos de trabalhadores da cidade, o convite seria feito pela maior liderança do partido Eduardo Fróes da Mota na tentativa de renovação do partido<sup>107</sup>.

A eleição de 1962 é primeira disputa em que o PSD contaria com apoio do PCB local que, segundo Chico Pinto, sempre apoiava a UDN sendo a primeira vez que ficou ao lado de seu partido<sup>108</sup>. O PCB já contava com certo crescimento na cidade, havia conseguido eleger o vereador Humberto Mascarenhas para o pleito entre 1959 a 1962 e segundo militantes do partido havia uma participação expressiva destes em sindicatos e organizações como a Associação Feirense de Estudantes Secundaristas (AFES)<sup>109</sup>. O apoio do PCB levantou a desconfiança da UDN, tendo como consequência a intensificação no Folha do Norte de textos anticomunistas na disputa eleitoral.

Francisco Pinto foi freqüentemente associado ao comunismo pelo jornal Folha do Norte, e o principal articulador da campanha “vitoriosa de João Durval”<sup>110</sup> órgão crítico da candidatura de Pinto no órgão foi o sobrinho de Arnold Silva e candidato a Câmara Municipal, Hugo Silva.

Na campanha de 1962, o Folha do Norte intensifica seus ataques ao PSD, que já possuía seu próprio órgão de imprensa para desenrolar sua campanha<sup>111</sup>. Na briga entre

<sup>106</sup> Chico Pinto diz que seu primeiro mandato enquanto vereador não foi muito bom, pois este estudava em Salvador na Faculdade de Direito o que lhe tomava muito tempo aumentando sua distância para com a cidade. Ver: Pinto Vem Aí! Filme de Olney são Paulo, 1976.

<sup>107</sup>Ver: NADER, Ana Beatriz. **Autênticos do MDB: semeadores da democracia: historia oral de vida política.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. P.143. & CAMPOS, Ricardo da Silva. **O Putsh na Feira: sujeitos sociais, partidos políticos e política em Feira de Santana, 1959-1967.** (Monografia).

<sup>108</sup> Ver: Pinto Vem Aí! Filme de Olney são Paulo, 1976.

<sup>109</sup> Depoimentos de ex-militantes do partido contidos no vídeo do Seminário Chico Pinto: Democracia e Ditadura em Feira de Santana, realizado pelo LABELU – UEFS, em Setembro de 2007. (DVD)

<sup>110</sup> Folha do Norte, 11/08/1962.

<sup>111</sup> Para esta pesquisa só tivemos acesso a uma parte do Jornal Gazeta do Povo que compreende o período de 1959-1960 e encontra-se digitalizado no acervo do Labelu. À segunda parte do Jornal Gazeta do Povo que compreende o período entre 1960-1964 não foi encontrada.

os dois Jornais, alguns episódios foram marcantes, como o empastelamento do Gazeta do Povo em 1959, após o arrombamento realizado por Itamar Silva, sobrinho do prefeito Arnold Silva. As motivações estariam relacionadas à potencial disputa por espaços e leitores que o Gazeta fazia com o Folha, as críticas a gestão municipal do prefeito udenista e o provável crescimento do PSD através desse órgão<sup>112</sup>. As disputas eram mais antigas que as candidaturas de 1962, mas é neste momento que oposição e situação tornam-se mais duros uma com a outra.

As descrições e chamadas de campanha enunciadas no Folha do Norte davam a vitória certa para João Durval, sempre informava os locais dos seus comícios ou melhor “marcha para vitória” e constantemente havia a presença do “futuro governador da Bahia”<sup>113</sup> Lomanto Jr. A coluna social à época relatava os locais onde passavam os candidatos, pedia-se votos e chegou a descrever as atividades da sua esposa como sendo uma “candidata”<sup>114</sup> a primeira dama pela UDN, quando da instalação da campanha contra o câncer pela presidente da Liga Contra o Câncer Yeda Barradas Carneiro no dia 18 de agosto na biblioteca Municipal Arnold Silva<sup>115</sup>. A UDN ainda dispunha para desenrolar a campanha eleitoral de um posto Médico-dentário para atendimento público preparado pela “Ação Democrática”.<sup>116</sup>

Na construção da “vitória” de João Durval, não era exatamente o seu programa que tomava o tempo do principal articulador desta no Folha do Norte, eram Chico Pinto e o PSD que despendiam todo o tempo de Hugo Silva. A cada número do jornal as capas eram ocupadas por textos de ataques longos ao tipo de campanha desenvolvida pela oposição, e as características de um candidato que se quer sabia escrever<sup>117</sup>, que

Enverga trajes proletários, alardeia uma posição de esquerda, quase comunista, como se todos latifundiários pessimistas houvessem distribuído, ontem, com os pobres, suas vastas propriedades...<sup>118</sup>

A postura do PSD na escolha de Chico Pinto para candidato parecia ser um dos motivos do grande incômodo de Hugo Silva. O colunista escreveu textos sobre o que

---

<sup>112</sup> O arrombamento não ocasionou o fim do Jornal. Ver: CAMPOS, Ricardo da Silva. **O Putsh na Feira: sujeitos sociais, partidos políticos e política em Feira de Santana, 1959-1967.** (Monografia). p.30-31.

<sup>113</sup> Era assim que o Folha do Norte descrevia João Durval e Lomanto JR. Futuro prefeito e futuro governador. Ver: Folha do Norte, agosto e setembro de 1962.

<sup>114</sup> É sabido que ninguém se candidata a primeira dama em uma eleição formal.

<sup>115</sup> Folha do Norte. 25/08/1963.

<sup>116</sup> Folha do Norte. 11/08/1962.

<sup>117</sup> Folha do Norte. 15/09/1962 & 22/09/1962.

<sup>118</sup> Folha do Norte. 01/09/1962.

teria sido o abandono do PSD ao candidato Pinto, que havia se associado aos comunistas e homens de procedência duvidosa. Os comunistas eram de fato quem controlavam o partido, pois com o afastamento dos pessedistas Pinto “se deixou cercar, então, para não ficar sozinho nos comícios, de um grupo de homens perigosos”<sup>119</sup>, disse Hugo: “os comunistas, dirigem e orientam, conduzem os pessedistas”<sup>120</sup>. O PSD que prometia uma “renovação” na gestão da prefeitura em caso de vitória, não o faria segundo o colunista, pois o partido se intrometia nas gestões municipais de seus prefeitos, o que era colocava a política partidária acima dos interesses municipais, atrás do “Pinto haviam raposas”<sup>121</sup>, Pinto poderia ser enquadrado naquilo que Lúcia Hipollito chamou de reformistas do PSD, lideranças mais jovens, voltadas para as demandas do emergente leitorado urbano.<sup>122</sup>

Nesta perseguição gráfica e ortográfica ao PSD e Pinto, Durval aparecia em textos menores, mas de capa, como uma vitória certa e esmagadora sobre o adversário. Apesar do não acesso ao Jornal Gazeta do Povo desse período, o Folha do Norte nos traz uma imagem privilegiada da campanha de Pinto, pois Hugo Silva fazia questão de descrever seus comícios, sujeitos que compunham a sua base eleitoral, lugares freqüentados, trajes usados e mesmo o comportamento dos sujeitos nos atos públicos<sup>123</sup>, o fato é que a campanha de Pinto e contra Pinto apareciam mais que a da própria Frente Democrática-Trabalhista<sup>124</sup> e seus candidatos a prefeito e vereador. Para além, o jornal nos permitiu identificar grupos dos quais os candidatos se cercavam, enquanto Durval aparecia com candidatos do empresariado local, representantes dos grupos dominantes, Pinto surgia como o primeiro candidato a prefeito que circulava nos meios operários da cidade. Segundo o próprio Pinto, seus votos eram solicitados aos trabalhadores e não à “burguesia”<sup>125</sup> local. Enquanto a campanha de João Durval o colocava vitorioso e

---

<sup>119</sup> Folha do Norte. 25/08/1962.

<sup>120</sup> Folha do Norte. 08/09/1962

<sup>121</sup> Folha do Norte. 25/08/1962.

<sup>122</sup> HIPOLITO, Lúcia. **De Raposas e Reformistas**: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

<sup>123</sup> Foi comum a aparição no Jornal de denúncias de agressão a pessoas que acompanhavam a “marcha da vitória” de João Durval e a frente democrática-trabalhista.

<sup>124</sup> A Frente era composta pela UDN e PTB, sendo que João Durval conseguiu apoio de um setor do Partido Libertador através da Professora D. Laura Folly. Folha do Norte, 01/09/1962.

<sup>125</sup> Ver: Pinto Vem Aí! Filme de Olney são Paulo, 1976.

anunciava 85% de votos para este<sup>126</sup>, Pinto usava o slogan, “Francisco Pinto na prefeitura é o povo governando”<sup>127</sup>.

O episódio final dessa disputa é a derrota de João Durval para Francisco Pinto por 1960 por 43 votos<sup>128</sup>, eleição em que Pinto considerou-se “candidato sitiado, um candidato de guerra, e uma vitória penosa”<sup>129</sup>. Nota-se que o Folha do Norte só publica o primeiro resultado parcial, onde João Durval aparecia na corrida eleitoral a frente com 4.365 votos contra 4.277 de Pinto<sup>130</sup>. Após a apuração total o jornal permanece no silêncio da derrota tanto para prefeito, como para vereadores, pois o PSD conseguiu maioria na câmara e foi partido mais bem votado. A derrota da UDN só aparece explicita no jornal no ano seguinte quando este diz que o PSD

(...) obteve uma vitória de Pirro, já que uma prefeitura de nada vale sem o apoio do governo apenas serve para atrair desprestígio e antipatia, principalmente quando o prefeito eleito tem programas irrealizáveis...<sup>131</sup>

O governador eleito foi Lomanto JR. fazendo da frente democrático-trabalhista vitoriosa na Bahia. Por outro lado as promessas “irrealizáveis” às quais se referia o texto, eram ampliação do quadro de funcionários, centro de abastecimento, participação popular na gestão com a criação de novas secretárias e cargos, máquinas de costuras para mocinhas pobres, casa para operários, ferramentas de trabalho para trabalhadores, gêneros alimentícios pelo preço de custo, isenção de impostos para barraqueiros serviço eficiente de água, serviço de esgoto.<sup>132</sup>

### ***Renov(ação)...***

O governo de Pinto começa com uma acirrada disputa entre os periódicos Folha do Norte e Gazeta do Povo, e a contenda leva o Lions Club a pedir o fim da briga entre os jornais<sup>133</sup>. A diferença entre os dois se dava em acusações de perseguição por parte

<sup>126</sup> Folha do Norte. 29/09/1962.

<sup>127</sup> O slogan de João Durval dizia: “João Durval na prefeitura é João Durval governando”. SANTOS, Ana Maria Fontes dos. **O ginásio municipal no centro das lutas populares em Feira de Santana (1963-1964)**. Revista Sitientibus, nº 24, p31-44, Feira de Santana, UEFS, 2001. p. 36.

<sup>128</sup> Jornal Noite e Dia, setembro de 2006, Caderno IV, Comemorativo de oito anos do Jornal Noite e Dia. 2006.

<sup>129</sup> **PEQUENA HISTÓRIA DE UMA ÉPOCA**, documento do acervo do LABELU.

<sup>130</sup> Folha do Norte. 13/10/1962.

<sup>131</sup> Folha do Norte. 12/01/1963.

<sup>132</sup> Folha do Norte. 19/01/1963.

<sup>133</sup> Folha do Norte. 09/02/1963.



do opositor. Hugo Silva agora dispunha de um mandato na câmara, e sua atuação na cidade se desenvolveria entre os territórios da sociedade política e civil, através do jornal.

Em 1963, início da gestão de Francisco Pinto, Jânio Quadro (UDN) já havia abandonado a Presidência da República favorecendo a ascensão de seu vice João Goulart (PTB). Jânio não contava com maioria no Congresso Nacional, pois 64, 1% dos componentes eram de partidos de oposição<sup>134</sup> o que o levou a uma manobra de busca de diminuição da legitimidade do Congresso junto à sociedade, levando este a restituir sua influência causando implicações para o governo de Jango<sup>135</sup>.

O governo Goulart é um momento onde tensões sociais se acirram, “a luta de classe no Brasil alcançou um de seus momentos mais intensos”<sup>136</sup>. Há um aumento na participação popular no país, uma ampliação da democracia. Goulart fazia um governo que admitia como meta as reformas de base para o desenvolvimento do Brasil e a continuidade do programa de Jânio da Política Econômica Independente (PEI), que levantava a desconfiança de setores multinacionais<sup>137</sup>.

Em Feira a oposição udenista achava suas oportunidades de ataque ao governo federal na Câmara Municipal e no Folha do Norte. Assim é que acusa o colunista Fernando Mendes Filhos de ser a greve um instrumento de assalto ao poder, estando os sindicatos dominados em sua maioria,

por uma diretora chamada Comando Geral de Greve (CGT). Este por sua vez está nas mãos dos comunistas e é prestigiado, sustentado e incentivado pelo Governo, que lhe dá salvo conduto para realizar amplo programa de sovietação do país.<sup>138</sup>

---

<sup>134</sup> LOUREIRO, Felipe Pereira. **Varrendo a Democracia**: considerações sobre as relações políticas entre Jânio Quadros e o Congresso Nacional. Revista Brasileira de História. São Paulo, ANPUH, vol. 29, n° 57, jan-jun., 2009. p. 189.

<sup>135</sup> Um exemplo das conseqüências das manobras usadas pelo Congresso é a instalação do regime parlamentar em 1963. Ver: LOUREIRO, Felipe Pereira. **Varrendo a Democracia**: considerações sobre as relações políticas entre Jânio Quadros e o Congresso Nacional. Revista Brasileira de História. São Paulo, ANPUH, vol. 29, n° 57, jan-jun., 2009. p.2.

<sup>136</sup> TOLEDO, Caio Navarro de. **1964**: o golpe contra as reformas e a democracia. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 24, n. 47, 2004, p.2.

<sup>137</sup> Foram enviadas por Jânio missões diplomáticas a países socialistas para realização de acordos comerciais. LOUREIRO, Felipe Pereira. **Varrendo a Democracia**: considerações sobre as relações políticas entre Jânio Quadros e o Congresso Nacional. Revista Brasileira de História. São Paulo, ANPUH, vol. 29, n° 57, jan-jun., 2009. p. 202.

<sup>138</sup> Folha do Norte. 23/02/1963.

Não só o governo Jango é alvo de críticas pela UDN e seu órgão, mas Chico Pinto, este é o verdadeiro inimigo do povo feirense que deve ser visto com muita desconfiança pelos cidadãos. A ameaça estava sentada a cadeira do paço municipal e deveria ser contida em seu governo sindicalista, assim é que Pinto continua em capas do Jornal Folha do Norte.

Apesar das constantes acusações de esquerdismo<sup>139</sup>, comunismo, de ser contra a democracia e contra a família cristã, Francisco Pinto começa um governo com proposições formalizadas em projetos de leis<sup>140</sup> para concretização de seu programa de campanha<sup>141</sup>. O planejamento que memória política dominante considera associado ao governo posterior ao governo de João Durval (1967-1971) aparecia já na renovação de Pinto. É assim que o vereador Colbert Martins apresenta em 10 de outubro de 1963 o conferencista Prof. Walter Gordilho para explanação "sobre o nosso Plano Diretor de Urbanismo"<sup>142</sup>. Em sua gestão são apresentados os mais variados projetos de lei que em sua maioria são reprovados pela Câmara em debates constantes com a oposição, principalmente a UDN. Nesse novo momento da história da cidade percebemos uma mudança nos debates realizados entre os vereadores. As disputas tornam-se mais incisivas<sup>143</sup>, falas mais agressiva, e a participação popular na Câmara aumentou no ano de 1963. Na época o

apoio das organizações sindicais e estudantis sob a orientação do PCB, a aproximação com propostas populares, que alimentavam a administração federal do presidente João Goulart, levou, em certa medida, a campanha de Francisco Pinto e sua administração aos limites do que parecia impossível em Feira de Santana; uma guinada para a esquerda dos discursos e práticas administrativas.<sup>144</sup>

Segundo Pacheco, "O histórico pessoal de Chico Pinto e a sua formação política podem ser apontados como justificativa para parte de suas atitudes como chefe

<sup>139</sup> Pinto afirma nunca ter sido comunista. Ver: Pinto Vem Aí! Filme de Olney são Paulo, 1976.

<sup>140</sup> Interessante que Pinto envia uma sugestão a Câmara, para quando da visita de Jango a Vitória da Conquista solicitar a construção de uma avenida de contorno na cidade, o que só seria realizado com o Plano de desenvolvimento Local e integrado no governo de João Durval Carneiro entre 1967-1971. Ata da 25ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Feira de Santana. 21/05/1963.

<sup>141</sup> Projetos de Lei do Prefeito Francisco José Pinto. Câmara municipal de Feira de Santana.

<sup>142</sup> Ata da 80ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Feira de Santana. 10/10/1963.

<sup>143</sup> Um exemplo é o requerimento do vereador Humberto Mascarenhas (PSD) solicitando ao Senado Federal uma reforma constitucional que possibilitasse a realização da reforma agrária, o que leva a debates intensos na Câmara. Ata da 30ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Feira de Santana. 29/05/1963.

<sup>144</sup> SANTOS, Ana Maria Fontes dos. O ginásio municipal no centro das lutas populares em Feira de Santana (1963-1964). *Revista Sitientibus*, nº 24, p31-44, Feira de Santana, UEFS, 2001. p. 36.

municipal em 1963”<sup>145</sup>. O próprio Pinto via-se como herdeiro do populismo getulista e das influências das idéias socialistas que havia aprendido na universidade, e mesmo da ética da UDN<sup>146</sup>. Sua atuação na administração provocou um “esvaziamento dos setores do PTB que estavam próximos a associações de trabalhadores e de bairro e daqueles que se vinculavam aos edis da UDN”<sup>147</sup>. Com a construção de uma Central de Abastecimento<sup>148</sup> na qual a Prefeitura eliminava o atravessador, que era comprador e revendedor de produtos para pequenos comerciantes da feira, o governo municipal caminhava para um modelo populista na mediação da relação entre Estado e trabalhadores, houve todo o estabelecimento de regras e lei tributárias que não haviam na cidade, para regular a venda de produtos e o apoio do executivo. Seu governo estabeleceu uma relação de proximidade com organizações de bairro e sindicatos no atendimento de demandas. Por fim o governo constituiu outros mecanismos, como farmácia popular, suspensão de pagamento de impostos para os devedores de menos de 5 mil cruzeiros, construção de albergues, e a participação em sua gestão de organizações sindicais, populares e estudantis como a AFES na Comissão de da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio<sup>149</sup>.

Um momento em particular evidenciou que a cidade vivia uma nova participação política popular. Em 29 de novembro de 1963, estudantes e trabalhadores ocuparam a Câmara, num protesto motivado pela necessidade da construção de mais uma escola de ensino secundário. A população quebra os móveis da Câmara e a sessão é suspensa<sup>150</sup>. Foi o primeiro registro encontrado por este pesquisador sobre o acompanhamento e intervenção de uma sessão da Câmara Municipal, por sujeitos que não detinha mandatos públicos, o que demonstra de fato a ocupação de novos espaços

---

<sup>145</sup> PACHECO, Larissa Penelu. Trabalho e costume de feirantes de alimentos (1960-1990). Feira de Santana: 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Feira de Santana. p. 93.

<sup>146</sup>Ver: NADER, Ana Beatriz. **Autênticos do MDB: Semeadores da Democracia**. História Oral de vida Política. Paz e Terra, 1998, p. 112.

<sup>147</sup> PACHECO, Larissa Penelu. Trabalho e costume de feirantes de alimentos (1960-1990). Feira de Santana: 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Feira de Santana. p. 93.

<sup>148</sup> A perspectiva do governo era eliminar os atravessadores, sendo que o produtor rural não teria um intermediador na venda do produto, garantindo um lucro maior para o trabalhador rural e um custo menor para o trabalhador urbano. Para essa discussão e um aprofundamento maior sobre as relações de Pinto e o populismo em seu governo, ver: PACHECO, Larissa Penelu. Trabalho e costume de feirantes de alimentos (1960-1990). Feira de Santana: 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Feira de Santana, p. 87-100.

<sup>149</sup> No governo de Pinto é criada também a figura dos administradores de bairros para lidar com problemas comunitários para o auxílio da administração municipal. Idem, *Ibidem*. p.98.

<sup>150</sup> Ata da 110ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Feira de Santana. 29/11/1963.

por novos sujeitos<sup>151</sup>. O protesto causou a perseguição à gestão do prefeito, que foi acusado de ser quem convocou o protesto Hugo Silva chegou a afirmar que “sempre previu” que isso aconteceria e, que “foi apenas o início do que pode acontecer”, continuando diz ainda que chegaram ao edil comentários de que a prefeitura mantinha um arsenal sob seu controle<sup>152</sup>.

Pinto havia despertado a ira de opositores por sua aproximação com o governador de Pernambuco, Miguel Arraes. Em um episódio conhecido como guerra dos currais<sup>153</sup> e o prefeito assumiu junto com a guarda municipal e homens dos subúrbios, a liderança de um enfrentamento aos fiscais do governo do estado contra a cobrança de impostos. Neste momento ele afastasse, até mesmo, das perspectivas do partido que lutava dentro das “regras do jogo democrático”.<sup>154</sup> A guerra dos currais já havia deixado lembranças fortes em seus opositores. Foi um momento de enfrentar o governo de Lomanto Jr. Que substituiu o secretário de finanças do governo municipal que era indicado pelo governo estadual, afinal o governo estadual queria garantir a cobrança de novas taxas também. O lugar escolhido teria sido os currais, devido esse local ser de grande importância para economia da cidade, segundo o Folha do Norte;

O prefeito municipal, todo o secretariado e os oficiais de gabinete de carreira disponíveis no momento estavam entrincheirados, nos Currais do Município fortemente armados e dispostos a repelir, à bala, os prepostos da fiscalização estadual caso pretendessem arrecadar os impostos.<sup>155</sup>

O quebra-quebra da Câmara foi o último acontecimento de relevância de que a oposição pôde apropriar-se contra o prefeito. Joselito Amorim, vereador pela UDN, disse que havia “algo de podre”<sup>156</sup> no governo, que o povo da terra poderia esperar por algo perigoso. Hugo Silva acusou que havia uma “comunização em nosso município por parte do governo”<sup>157</sup>. Assim a Câmara se despedia do conturbado ano de 1963 para dar início a seu recesso e voltar somente com os militares na presidência da república.

<sup>151</sup> Ver: SANTOS, Ana Maria Fontes dos. O ginásio municipal no centro das lutas populares em Feira de Santana (1963-1964). **Revista Sitientibus**, nº 24, p31-44, Feira de Santana, UEFS, 2001.

<sup>152</sup> Ata da 111ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Feira de Santana. 03/12/1963.

<sup>153</sup> Para ver mais sobre essa discussão: CAMPOS, Ricardo da Silva. **O Putsh na Feira: sujeitos sociais, partidos políticos e política em Feira de Santana, 1959-1967.** (Monografia). p.36-39.

<sup>154</sup> HIPOLITO, Lúcia. **De Raposas e Reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64).** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 45.

<sup>155</sup> Folha do Norte. 22/06/1963.

<sup>156</sup> Ata da 111ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Feira de Santana. 03/12/1963.

<sup>157</sup> Ata da 113ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Feira de Santana. 05/12/1963.

*Um novo (se) Abril no Brasil.*

Brasileiros pós ditadura  
 Ainda se encontram em estado de coma semi  
 profundo  
 E um dos sintomas mais visíveis é a falta de  
 percepção  
 Acariciam um lobo  
 Achando que é o seu animal de estimação  
 Não consegue diferenciar  
 Banqueiros de bancários  
 Mega traficantes de meros funcionários  
 E assim permanecem estagnados  
 Quando não regredindo enquanto o comando  
 delta  
 Tem cada vez mais motivos pra permanecer  
 sorrindo.<sup>158</sup>

O golpe de Estado brasileiro de abril de 1964 significou a ascensão de militares ao poder, e uma ditadura civil/militar que duraria duas décadas, controlada pelas forças armadas e respaldada por vários interesses do capital nacional e imperialista. Hoje já há uma série razoável de produções historiográficas e nas Ciências Humanas sobre o golpe e o período de governo da chamada “revolução”, resultando daí a evidência de diversos fatores a serem considerados sobre seus embriões e causas. A produção sobre o período nos permite e ao mesmo tempo exige certa divagação no tema, e nos apresenta algumas possibilidades interpretativas impondo a pesquisa uma posição quanto ao evento.

Das questões a serem levantadas sobre o golpe, há uma disputa historiográfica em torno da interpretação de causas. Posicionamentos são diversos, notadamente no tocante aos sujeitos envolvidos no golpe e sobre quais implicações teriam agido. Alguns pesquisadores defenderam e defendem a tese segundo a qual a saída para crise política gerada devido acentuação da luta de classes ao avanço ideológico da esquerda encontrada pelas frações de classe burguesa associadas ao capital internacional estar em seria o golpe. Tese que acaba por legitimar uma teoria do anti-democratismo da esquerda, defendido por militares e setores da classe dominante, e que recentemente foi muito bem aceita e divulgada em meios populares do país através da mídia<sup>159</sup>. Assim o

<sup>158</sup>Trecho da musica “Contexto”, composição de Marcelo D2 do grupo Planet Hemp, 1994.

<sup>159</sup> Um exemplo é a obra de Elio Gaspari. Ver: GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

golpe seria a alternativa contra uma possível república sindical constituída por uma revolução dos trabalhadores.

Em contribuição com a uma contestação dessa linha de leitura, pensar o governo de Jango colabora na compreensão do golpe. Aquele governo representou a tentativa de sanar problemas tanto econômicos ligados a uma alta inflação e uma estagnação na economia e ao mesmo tempo conter uma possível convulsão social relacionada ao avanço político-ideológico dos grupos oprimidos do campo e da cidade. Seu governo não se caracterizou como um projeto de grupos que tinham orientações programáticas e ideológicas em oposição aos grupos dominantes pertencentes a frações burguesas, seu fim último era solucionar os problemas referidos. Desenvolver o capitalismo e conter a inflação com desenvolvimento, segundo a orientação de Celso Furtado (Plano Trienal). A reforma agrária seria um passo do desenvolvimento industrial, a meta era converter latifúndios improdutivos, um dos fatores que gerou a maior discórdia com a burguesia agrária brasileira e levou a sua organização contra o governo. O apoio esperado da parte da burguesia industrial nacional não foi conseguido e sua principal reforma de base ficava sem respaldo. A saída encontrada era recorrer ao apoio popular e da esquerda, em troca evitaria perseguições políticas de organizações como o PCB, greves e resistência popular<sup>160</sup>.

Dreyffus realizou um estudo das organizações que articularam o golpe de classe. Assim a Escola Superior de Guerra o complexo IPES/ IBAD, junto a FIESP e CONCLAP, são organismos de construção de oposição ao regime populista a que Jango dava continuidade, constituindo estratégias de construção de uma contra hegemonia onde; “Essas atividades objetivavam conter forças populares, desagregar o bloco-historico populista e levar os interesses multinacionais e associados ao governo político através de um golpe de Estado civil-militar”<sup>161</sup>.

O Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) surgiu em 1959 com o objetivo de financiar candidatos opostos ao populismo e direcionar capital para propaganda anticomunista. O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) foi criado em 1962 por empresários brasileiros, especialmente do Sudeste, ansiosos por uma forma de organização capaz de enfrentar o crescimento qualitativo das organizações sindicais dos trabalhadores e

---

<sup>160</sup> Toledo, Caio Navarro de. A Democracia Populista Golpeada. IN: **1964**: Visões Críticas do Golpe: Democracia e Reformas no Populismo. Toledo, Caio Navarro de (Org.). Campinas SP, Editora Unicamp, 1997.

<sup>161</sup> DREIFUSS, Rene Armand. **1964**: a conquista do estado: ação política, poder e golpe de classe. 4. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.p.229

intervir na base do governo – ou contra ele – para reverter os efeitos da reforma de base em seus empreendimentos<sup>162</sup>.

Os grupos dominantes se apoiavam em organizações de classe como a CONCLAP, um dos principais órgãos fomentadores do golpe. A CONCLAP tinha relacionamentos estreitos com a ESG, muitos de seus integrantes eram ex-alunos ou professores da escola. Esses grupos se organizavam tanto para disputar ideologicamente as classes populares, como para aproximar a classe média de seus ideais e convencer industriais e banqueiros e setores dominantes de seus projetos políticos. Um dos aspectos mais importantes das estratégias desses grupos, a exemplo do IPES/IBAD, era a doutrinação ideológica através de aparelhos para estabelecimento de hegemonia. Jornais, revistas, televisão, eram os meios de controlar o juízo público, pois o que estava em jogo não era somente conquistar adeptos de seus ideais, mas também estabelecer padrões de julgamento de atitudes.

O golpe seria necessariamente uma estratégia construída não em torno somente de uma resposta à ameaça que surgia a partir dos trabalhadores em luta, mas uma alternativa que se figura como o bloqueio de forma brusca do conjunto do bloco histórico populista.

Marcelo Badaró<sup>163</sup> chamou atenção de posicionamentos historiográficos recentes, que tendem a legitimar uma visão interpretativa do golpe que corrobora com o discurso histórico das classes dirigentes da ditadura, mantendo a afirmação da alternativa golpista como única saída para classes dirigentes diante da ameaça antidemocrática e revolucionária de esquerda. Neste argumento ganha destaque a obra Argelina Figueiredo<sup>164</sup> que propõe essa perspectiva de análise de causas do golpe, contrapondo contribuições como a de Dreiffuss de um golpe preparado pela direita como estratégia de tomada de poder de classe. Argelina imagina o golpe como estratégia de um grupo de classes dominante, porém a elaboração da alternativa se dá com o desenrolar da ameaça da esquerda de criar uma república sindicalista. Do que se pode concluir da obra de Argelina sobre o golpe, é que este é uma fatalidade, porém, justificável, pois as classes econômicas do golpe e os militares agiram com a única alternativa encontrada para

<sup>162</sup> DIAS, José Alves. **Rumo ao Palácio: as estratégias de dominação dos espaços políticos na Bahia durante a ditadura (1966-1982)**. UFRJ, 2009, p.19. (Tese).

<sup>163</sup> BADARÓ, Marcelo. **Os trabalhadores e o golpe de 1964 um balanço da historiografia**. REVISTA História & Luta de Classes. Nº 1 - Abril – 2005

<sup>164</sup> FIGUEIREDO, A. C. **Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas a crise política: 1961-1964**. São Paulo: Paz e Terra. 1993.

conter a ameaça de uma revolução socialista. Quem perdeu e perderia de qualquer forma seria a democracia que estava sob ameaça da esquerda e da direita do país.

Dreiffus, segundo Carlos Fico<sup>165</sup>, havia supervalorizado o papel de organizações civis na preparação do golpe. Argelina e Jorge Ferreira<sup>166</sup> deram ênfase a certa maturidade organizacional e política de esquerda para encontrar suas alternativas sobre o papel do poder e do Estado. Uns ressaltavam o papel da direita, outros o da esquerda como causador do golpe. Atentamos para o desenvolvimento dialético que a luta de classes impôs nos longos anos precedentes do golpe. Os alargamentos ideológicos, organizacionais das classes se davam não de forma extemporânea às realidades conjuntas de suas experiências vividas a partir dos conflitos de classes. Se a direita amadurecia em suas estratégias e organização, a esquerda seguia o mesmo caminho, pois, o acirramento dos conflitos de classes gerou o desenvolvimento das estratégias de luta destas, não significando, porém, a pressuposição por parte da esquerda de uma insurreição contra o Estado democrático. Essa pressuposição foi produto de uma leitura inclinada de fontes, pois estas não indicam ser este, um período pré-revolucionário por uma pressão da esquerda e movimentos sociais, não são encontradas propostas ou organização de caráter golpista, e não havia também uma frente armada ou apoio de setores militares, o que minimamente fundamental para um golpe/revolução.

Caio Navarro de Toledo, um ano após a publicação de Argelina, replicou sua visão de ameaça da revolução da esquerda. Concordou sobre antecedentes do golpe, o governo de Goulart e seu caráter intimidante de setores conservadores nacionais por seu populismo, os avanços das esquerdas do ponto de vista ideológico e o acirramento da luta de classes nas cidades e no campo, porém, dissentiu de uma posição que é condescendente com uma ameaça revolucionária da esquerda nacional pregada por frações militares e grupos golpistas.

O apoio da esquerda nacionalista é dado, tensionando forças sociais a lutar por reformas de base no apoio a Jango, porém, sem saber que o que os esperava era a opção por parte da direita e setores militares pelo golpe. A ilegalidade da direita se dá com o afundamento do Estado civil de direito em defesa de interesses de latifundiários,

---

<sup>165</sup> FICO, Carlos. **Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar**. Revista Brasileira de História. São Paulo, vol.24, nº47, p 29-60. 2004.

<sup>166</sup> FERREIRA, Jorge. **A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, nº 47, p.181-212 – 2004.



industriais, financistas, militares e o imperialismo norte-americano. Estava se definindo o caminho da lutas sociais entre grupos populares e setores dominantes de interesses distintos para a elite que iria dirigir o Brasil pós-golpe.

Jango se movia para conseguir o apoio popular que necessitava, a 13 de março de 1963, isso é refletido na passeata dos 200 mil que em contrapartida enfrenta uma manifestação contrária com cerca de 500 mil pessoas - a “Marcha com a Família com Deus pela Liberdade” - onde os caminhantes solicitavam o impeachment do presidente acusando-o de comunização do país e de estar conspirando em favor de uma republica sindicalista.

Continuando a observação da análise de Argelina às causas, das proposições da esquerda antidemocrática. Linha interpretativa seguida também por Jorge Ferreira<sup>167</sup>, pois a esquerda não propunha a defesa da democracia, estando disposta a irrompê-la. A Frente de Mobilização Popular (FMP) passa a ser a principal fonte de sustentação para argumentação de Ferreira. À esquerda sob a direção de Brizola e a FMP, estava em um estágio de grandes avanços organizativos, ameaçavam as classes dominantes que se viram sem alternativas, pois estariam prestes a serem golpeadas. Ao contrário dessa leitura, Badaró considera como irreal este anti-democratismo de esquerda, argumenta com subsídios de uma pesquisa sobre os trabalhadores no pré golpe. A supervalorização da FMP por Argelina e Ferreira, segundo estes organizando um processo que antidemocrático e golpista também apoiado em sua base popular de movimentos sociais<sup>168</sup>, sugere uma visão que respalda o argumento de golpistas quanto o único caminho de escape de uma república sindicalista a maneira soviética. Se a FMP era uma frente tão ameaçadora por parte dos trabalhadores, e outra ameaça vinha das ligas camponesas, tão poderosas quanto a FMP, perdemos na história a análise mais aprofundada de uma outra frente ampla de direita, a UDN - que desde seus primórdios era golpista - que surgiu mais de uma década antes do aparecimento da FMP.

Outra crítica a Dreiffus é escrita por Gláucio Ary Soares<sup>169</sup>, que inverte a proposta elucidativa de compreensão de Dreyffus quanto ao caráter do golpe enquanto conspiração de grupos econômicos com militares, para militares com grupos

---

<sup>167</sup> FERREIRA, Jorge. **A estratégia do confronto**: a Frente de Mobilização Popular. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, nº 47, p.181-212 – 2004.

<sup>168</sup> A FMP nos estudos de Jorge Ferreira só é entendida com revolucionária a partir de seus discursos, pois ele não aprofunda o estudo para compreender se havia ou não bases para uma possível revolução sob sua direção e de Brizola.

<sup>169</sup> SOARES. G. A. D., CASTRO. C. (Org.). **Visões do Golpe**. A memória sobre 1964. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

econômicos. O que está em jogo é a interpretação correta dos grupos dirigentes do golpe, sujeitos principais e coadjuvantes, se de fato tem mais responsabilidade militares enquanto vanguarda golpista ou grupos econômicos associados. Sua perspectiva partiu principalmente das análises de entrevistas do CPDOC, onde era perceptível um grau de vanguardismo dos militares.

Na tentativa de solução, ou ao menos uma reflexão para possibilidades, está o estudo mais aprofundado e um recuo mais longo no debate dos precedentes no que refere à história militar nacional. Sodré<sup>170</sup> propõe uma análise deste tipo, porém exagera o papel dos militares, mas contribui ao analisar a organização militar nacional onde existe uma mentalidade de longa duração que se enraíza no desejo de governo do país desde o início do período republicano. Este fez uma análise sobre esse papel no Estado que os militares tomam para si, inclusive com o ato da Proclamação da República.

Dadas as dimensões propositivas de Sodré, os militares não são homogêneos em sua prática política e em perspectivas sociais, é uma organização que não está isenta de disputas, contradições equivalentes a de classe. Concordamos com a possibilidade real de uma supremacia de um pensamento de um grupo do alto escalão militar que sempre se posicionou como assegurador da paz interna no país e de ditos interesses de nação, pois é um discurso que foi encontrado também fora das forças armadas, sempre que se definiu como necessário estas foram convocada para salvaguardar os interesses nacionais. Há grandes divergências entre frações de militares, mesmo que ao fim se sobreponha uma proposta hegemônica. Desobediência, protestos de sargentos e oficiais e mesmo disputas de concepção entre Generais levam a uma crise dentro das forças armadas<sup>171</sup>,

A crise social e política do governo Goulart foi adensada por vários movimentos contestatórios, inclusive, motins dentro das forças armadas, a exemplo do motim de suboficiais da Aeronáutica e da Marinha que eclodira em Brasília, em 1963, exigindo direito de voto e melhores condições na tropa.<sup>172</sup>

---

<sup>170</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. **Vida e morte da ditadura: vinte anos de autoritarismo no Brasil**. 2. ed. Petropolis: Editora Vozes, 1984

<sup>171</sup> CARVALHO, José Murilo de. **Forças armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2005.

<sup>172</sup> SILVA, Elizete da. Protestantes e o governo militar: convergências e divergências. IN: ZACHARIADES, Grimaldo Carneiro. (Org.) **Ditadura Militar na Bahia: Novos Olhares, Novos Objetos**, Novos Horizontes. Salvador: EDUFA, 2009, p. 35.

Havia mesmo um setor militar que se dispôs a resistir ao golpe junto a movimentos de trabalhadores.<sup>173</sup>

Há aspectos que precisam de estudos mais aprofundados sobre os antecedentes do golpe, como o papel articulador da UDN, enquanto frente golpista, que é de grande relevância para reconsiderar a preparação do golpe. A UDN em sua trajetória organizacional se configura a partir de posições contrárias a Getúlio Vargas e o comunismo. Este movimento constrói uma série de tentativas de golpear o Estado, sendo a primeira vez em 1945, forçando o abandono de Getúlio, em 1954 com o “golpe branco”, forçando, junto a aliados, a renúncia de Getúlio, que na tese de Otávio Mangabeira significou uma “revolução pela metade”, “uma tentativa freada pelo suicídio de Getúlio, de uma transformação revolucionária, como um embrião, o ensaio geral de 1964”. Outras tentativas de deposições foram focadas porém sem êxito “até no 31 de março de 1964, quando a UDN poderia considerar-se vitoriosa”<sup>174</sup>.

Carlos Fico<sup>175</sup> prefere referenciar seu estudo em causas macroestruturais e micro-lógicas, produzindo um estudo mais denso com uma perspectiva abrangente. Para ele o IPES, os militares e condições históricas pela qual o país passava sob o governo João Goulart, são todas causas do golpe, em menor ou maior grau tudo deve ser considerado.

Dreiffus não aprofundou em sua análise o papel da UDN para aglutinar setores dominantes enquanto movimento de classe, que só pode ser entendido a partir dos conflitos no interior do capital. A UDN representava os anseios de setores de classes econômicas dominantes, assumindo esse papel e o priorizando como um movimento liberal que se assombrava com qualquer avanço das classes trabalhadoras, conseguindo organizar-se somente em torno do medo do avanço das classes trabalhadoras e pela conquista do Estado. Em seguida ao seu objetivo atingido, se desfaz o núcleo duro da própria União. Entender a entrada de João Durval na carreira política local as relações de seu partido com o ideal de modernização da cidade e a participação da UDN como

---

<sup>173</sup> BADARÓ, Marcelo. **Os trabalhadores e o golpe de 1964 um balanço da historiografia**. REVISTA História & Luta de Classes. Nº 1 - Abril – 2005

<sup>174</sup> BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A UDN e o Udenismo: Ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)**. Paz e Terra, 1981. p. 91.

<sup>175</sup> FICO, Carlos. **Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar**. Revista Brasileira de História. São Paulo, vol.24, nº47, p 29-60. 2004.

partido golpista em 1964, nos ajudam a constituir os indícios de um projeto de modernização (hegemonia) que se assentara em alguns pilares morais, éticos e políticos. A forma udenista, o discurso de modernização local, o surgimento de órgãos de classe que se orientavam pelo discurso do progresso, todos eles estão sendo relidos a partir de sua posição política e de sua disposição ao enfretamento dos problemas que diziam respeito à manutenção do poder local e assegurando a ordem capitalista ficar livre de ameaças.

## CAPITULO 2

### *Um progresso para cidade.*

Havia comparecido, em traje de gala, a várias festas de São João e São Pedro, tendo comido canjica e ensaiado passos de baião; era homem culto, poliglota, cujos pais, alemães da região polonesa dos Sudetos, haviam sido mortos pelos comunistas e que por isso se dedicava, sob o signo de Cristo, a combater o Mal onde quer que este se apresentasse. Um modernizador, o homem.<sup>176</sup>

### *Um novo (se) Abril em Feira: um presente para João...*

Com o desenrolar do golpe a partir do sudeste e centro-oeste do país, a Bahia se curva, ou melhor, parte de seus grupos dominantes e oligárquicos aderem prontamente à nova combinação política nacional. Mesmo a configuração do governo Estadual se modifica em um novo acordo político. Lomanto Jr., que desenvolvia um governo próximo das proposições reformista de João Goulart<sup>177</sup>, ficou sem alternativas, sendo forçada sua adesão aos golpistas,

<sup>176</sup> SODRÉ, Muniz. **O bicho que chegou a Feira**. Rio de Janeiro. Francisco Alves, 1994, 58.

<sup>177</sup> Lomanto Jr. era adepto das proposições reformista que se gestavam no governo Jango e outras anteriores, queria autonomia para por em prática as reformas no estado e lutava para recolocar a Bahia como um Estado de destaque na configuração política e econômica nacional. Ver: FERREIRA, Muniz Gonçalves. **O golpe de estado de 1964 na Bahia**. Disponível em: <[http://www.fundaj.gov.br/licitacao/observa\\_bahia\\_02.pdf](http://www.fundaj.gov.br/licitacao/observa_bahia_02.pdf)>, p. 14. Acesso em 07/ 09/2009.

O triunfo da Conspiração de Mourão Filho representou, no plano local, a derrota do “populismo moderado” de Lomanto Jr. e o colapso da política pendular da ala liberal da UDN<sup>178</sup>.

Ressaltamos que o golpe permitiu aos setores mais conservadores daquele partido, uma posição política privilegiada. Por outro lado, houve o abandono da UDN por setores mais abrandados e liberais que se posicionaram contra o golpe. Neste novo tempo que surgia para a Bahia atores políticos locais e regionais iriam engrandecer-se, a ditadura permitiria o surgimento de novos homens representantes de projetos políticos, que não eram tão novos, de grupos dominantes na Bahia e ao mesmo tempo os surgimento de novas qualidades políticas com novos sujeitos a exemplo do carlismo, estava se “abrindo caminho a uma democracia átona, sem “irracionalidade” sindicalista e ideologias “exóticas”<sup>179</sup>.

A cidade de Feira foi um dos lugares do Estado onde esboços de resistência ao golpe foram encontrados. Francisco Pinto ficou mais de um mês após o golpe no governo, tendo tempo suficiente para manifestar planos de resistência. O prefeito, juntamente com outros sujeitos, planejava uma aliança da guarda municipal com o Tiro de Guerra para resistir ao golpe, o que não aconteceu. Pinto tinha por intenção fortalecer uma resistência regional para ajuntar-se com o governo federal, sendo forçado a desistir depois da notícia do abandono da capital federal pelo presidente<sup>180</sup>. Há muitos relatos de ex-militantes que contam versões sobre essa tentativa frustrada de Pinto, e mesmo o deslocamento de militantes de outras cidades para a Feira com a intenção de incorporar a resistência<sup>181</sup>. Porém, nos interessa mais neste momento o comportamento da UDN em relação ao golpe.

---

<sup>178</sup> Lomanto Jr. era adepto do comício de 13 de março de 1964 do presidente Goulart em Salvador, a intenção era aproximar-se do executivo nacional já que a Bahia precisa do apoio deste devido a seu panorama econômico complicado pela estiagem. Ver: DIAS, José Alves. O Golpe de 1964 e as dimensões da repressão em vitória da conquista. In: ZACHARIADES, Grimaldo Carneiro. (Org.) **Ditadura Militar na Bahia: Novos Olhares, Novos Objetos, Novos Horizontes**. Salvador: EDUFA, 2009, p. 69. & FERREIRA, Muniz Gonçalves. **O golpe de estado de 1964 na Bahia**. Disponível em: [http://www.fundaj.gov.br/licitacao/observa\\_bahia\\_02.pdf](http://www.fundaj.gov.br/licitacao/observa_bahia_02.pdf), p. 14. Acesso em: 07/09/2009.

<sup>179</sup> DANTAS, Paulo Fábio. **Quebra da casca do ovo: A elite baiana e a obra do golpe 1964**. [http://www.fundaj.gov.br/licitacao/observa\\_bahia\\_01.pdf](http://www.fundaj.gov.br/licitacao/observa_bahia_01.pdf), p. 221. Acesso em 08/04/2008.

<sup>180</sup> Idem, Ibidem, p.46.

<sup>181</sup> Ver; ZACHARIADES, Grimaldo Carneiro. (Org.) **Ditadura Militar na Bahia: Novos Olhares, Novos Objetos, Novos Horizontes**. Salvador: EDUFA, 2009. Depoimentos de Chico Pinto em: NADER, Ana Beatriz. **Autênticos do MDB: semeadores da democracia: historia oral de vida política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. Depoimentos de ex-militantes de organizações políticas como o PCB em Feira de

Foi da UDN local que saiu a deposição de Francisco Pinto, caso normal em todo país no período. Na Bahia o golpe também criou a possibilidade de afastamento de inimigos políticos em prefeituras, como as deposições do prefeito de Vitória da Conquista, Pedral Sampaio e de Salvador, Vigildásio Senna, e também em câmaras de vereadores, além claro de militantes de oposição. É com o golpe que os quadros da UDN poderiam, enfim, afastar o mal da administração local, afinal esta “sempre obedeceu a orientação comunista”<sup>182</sup>. Com a volta dos vereadores depois do recesso da Câmara e instalado golpe, Hugo Silva faz questão de propor uma moção de congratulação às “Forças Armadas do Brasil e a todos os brasileiros que se empenharam na luta contra o comunismo”<sup>183</sup>, sugerindo na mesma fala a deposição do prefeito por realizações de atividades subversivas. Era a tão sonhada oportunidade da UDN local de voltar ao poder e interromper a participação popular nas atividades políticas da cidade.

Feira de Santana contava com atividades desenvolvidas pelo IBAD, instalado em um “Posto Médico-Dentário” desde 1962, mesmo posto que foi destinado a atividades de atenção à população pela Frente Democrática Trabalhista na eleição de 1962. No Folha do Norte, muito obviamente, foram publicados alguns textos que faziam referência ao IBAD<sup>184</sup>.

Com a montagem do golpe, prefeitos que tinham posicionamentos favoráveis às reformas de base e aproximações com movimentos populares, passam a “despertar atenção do comandante Manuel Mendes Pereira – responsável pela coordenação e execução das ações repressivas no interior -, da 6º Região Militar, em Salvador”<sup>185</sup>. Esse despertar do comandante seria também responsável pela prisão de prefeitos, mas a delação de inimigos políticos seria fundamental para as ações de deposição. Na pesquisa não encontramos indícios de uma perseguição ao prefeito Chico Pinto de forma espontânea pelo comandante, mas uma delação pública e o projeto de lei que o depôs.

---

Santana, ver: Seminário Chico Pinto: Democracia e Ditadura em Feira de Santana, realizado pelo LABELU – UEFS, em Setembro de 2007. (DVD)

<sup>182</sup> Ata da 113º Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Feira de Santana. 08/04/1964.

<sup>183</sup> Moção Nº 01/64. Ata da 13º Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Feira de Santana. 08/04/1964.

<sup>184</sup> Sugerimos aqui o obvio, que a atuação do IBAD junto ao Folha do Norte e da UDN local, no combate a Pinto e ao comunismo são indícios de uma articulações anteriores para em prol da deposição do Prefeito. Sobre o IBAD em Feira ver: MONTEIRO, Jhonatas Lima. **Interesses Hegemônicos na Margem da Periferia:** ação política de dirigentes industriais em Feira de Santana (1963-1983), Feira de Santana, 2009, p. 45. (Dissertação)

<sup>185</sup> DIAS, José Alves. O Golpe de 1964 e as dimensões da repressão em vitória da conquista. In: ZACHARIADES, Grimaldo Carneiro. (Org.) **Ditadura Militar na Bahia:** Novos Olhares, Novos Objetos, Novos Horizontes. Salvador: EDUFA, p. 76.

O conjunto do governo do PSD, entre 1963 e 1964, incomodava a UDN, mas em especial alguns episódios jamais registrados antes na cidade, chamavam mais a atenção. Daí a grande revolta de Hugo Silva com o quebra-quebra da câmara em 1963. Enquanto este acusava o governo de comunização, Joselito Amorim afirmava que não recuariam os vereadores diante do fato<sup>186</sup>. Mas o golpe permitiria a Hugo Silva uma nova empreitada junto a seus correligionários. Apesar do atraso da reação, articulação e, adesão pública udenista ao golpe (devido o recesso da Câmara), esta veio, e em uma data especialmente simbólica Hugo Silva e a UDN presenteariam seu homem de força. No dia 08 de maio<sup>187</sup> de 1964, um mês depois do recesso da Câmara, pouco mais de um mês pós-golpe, e no dia do aniversário do candidato derrotado da UDN a eleição de 1962, Hugo Silva propõe, depois de aprovada uma moção de congratulações a João Durval pelo seu aniversário - estaria por vir ainda o maior presente - o Projeto de Resolução nº 55/A64, “declarando impedido no cargo de Prefeito do Município de Feira de Santana o Bel. Francisco José Pinto dos Santos”<sup>188</sup> aprovado por 08 votos a favor contra 05 depois de vários constrangimentos aos edis em sucessivas tentativas frustradas devido a não formação de quórum em reuniões. Na mesma data assumiu a prefeitura o vereador Joselito Amorim (UDN)<sup>189</sup>, e o poder local começava a se recomodar na prefeitura com um golpe civil, desencadeado pelos *velhos mandões udenistas*<sup>190</sup>. Após a resolução de impedimento do prefeito, o fato foi comunicado a Juracy Magalhães e este comunicou a Castelo Branco<sup>191</sup> a solicitação de deposição do prefeito, ocorrendo como consequência à prisão de Francisco Pinto<sup>192</sup>. Juracy e Castelo previam que Feira de Santana seria um ponto estratégico de refúgio caso a “revolução” não desse certo<sup>193</sup>, logo essa cidade certamente não poderia oferecer nenhum tipo de perigo ou resistência ao golpe.

<sup>186</sup> Ata da 111ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Feira de Santana. 03/12/1963.

<sup>187</sup> Vale a pena informar os leitores que esse que vos escreve também nasceu aos oito dias de maio.

<sup>188</sup> Ata da 16ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Feira de Santana. 08/05/1964.

<sup>189</sup> Ata da 17ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Feira de Santana. 11/05/1964

<sup>190</sup> SODRÉ, Muniz. **O bicho que chegou a Feira**. Rio de Janeiro. Francisco Alves, 1994, 146.

<sup>191</sup> CAMPOS, Ricardo da Silva. **O Putsh na Feira**: sujeitos sociais, partidos políticos e política em Feira de Santana, 1959-1967. (Monografia), p. 49.

<sup>192</sup> Há um relato que diz que o convidado a assumir a prefeitura da cidade teria sido João Durval, este não aceitou por não ter sido eleito para o cargo. A hipótese deve ser considerada já que o ocupante natural do cargo deveria ser o presidente da Câmara, que a época não era Joselito Amorim e sim Jackson Amaury. Ver: Jornal Noite e Dia, setembro de 2006, Caderno IV, Comemorativo de oito anos do Jornal Noite e Dia.

<sup>193</sup> Joselito Amorim: O Prefeito da Revolução. Entrevista. **Revista Panorama de Feira de Santana**, nº 2., Feira de Santana: Bahia Artes Gráficas, 1º de outubro de 1983, p. 20.

## *O “Bicho” está em Feira!*

Enfim... Feira de Santana entra em um novo momento, novos experimentos políticos serão realizados e a cidade seria ocupada por um “Bicho” que vinha com a função de higienizá-la de um tipo de sujeito e sobretudo práticas que ameaçavam velhos poderes restabelecidos. Feira se integrava às novas conformações políticas do Brasil que tinha seu reflexo em configurações locais. O ano de 1964 acarretou para Feira um tempo de perseguições, prisões e exílios.

Aqui iniciamos a apresentação desse período na cidade através de sensações que foram mediadas para nós pela literatura. Impressões retomadas por uma memória que foi provocando este autor. Muniz Sodré<sup>194</sup> descreveu na forma literária este período repleto de curiosidades, aquilo que aqui estamos dando passos para realizar em forma de tese acadêmica.

Estamos nos referindo à nova conformação em que ocorre uma retomada de posições no campo político local de velhos ocupantes deste; velhos ou antigos que pretendiam renovar-se e renovar a cidade; sendo a principal uma reacomodação, já descrita anteriormente, a volta da UDN ao executivo e agora a sua preeminência no poder legislativo. O “Bicho” que chega a Feira de Santana vem para reformar a cidade e seus sujeitos. Ao referir-se ao sujeito que foi apelidado de “Bicho da Feira”, Muniz realiza uma alusão a um antigo burburinho vivido na cidade por um estranho bicho que assustava a população por atacar animais domésticos, o “Bicho” foi o termo utilizado para significar um novo momento e um sujeito, retomado por causar uma sensação popular de espanto e medo como no ocorrido com a aparição do primeiro bicho da Feira.

O famoso “bicho” era, na verdade, o capelão Militar Edmundo Jukevics<sup>195</sup>, que em suas ações perseguiu pessoas que supostamente eram a antítese do comportamento necessário para a consolidação da “revolução”. O capelão perseguiu bares, salões onde eram praticados jogos, casas de prostituição e etc., ganhando notoriedade em páginas do Folha do Norte.<sup>196</sup> Na saga de diálogos de Antão<sup>197</sup>, personagem principal, em seus

---

<sup>194</sup> SODRÉ, Muniz. **O bicho que chegou a Feira**. Rio de Janeiro. Francisco Alves, 1994.

<sup>195</sup> Este teria vindo a Feira de Santana na tentativa de encontrar armas da liga camponesa. SODRÉ, Muniz. **O bicho que chegou a Feira**. Rio de Janeiro. Francisco Alves, 1994, 41.

<sup>196</sup> O espanto e medo popular causado pela aparição do segundo “Bicho da Feira” podem ser vistos nos relatos de pessoas que viveram neste momento, principalmente as vítimas da perseguição deste. Ver: Depoimento de Sinval Galeão, 17/11/1995. Disponível no CEDOC/UEFS, classificador 39. Seminário



debates acirrados compostos de análises sociológicas e históricas da cidade com autoridades locais, Muniz apresenta o capelão como baluarte do discurso da modernização e da nova moral que deveria acompanhar os empreendimentos para uma Feira de Santana atualizada com padrões nacionais de produção e consumo. “Os modos de vida locais, a cultura do gado, a arte, a movimentação política juvenil é renegada e condenada por este símbolo da aplicação da ideologia que deu sustento ao regime militar”.<sup>198</sup>

Nas palavras de Muniz Sodré a modernização da cidade era um desejo de “velhos mandões udenistas”<sup>199</sup> possibilitada pela volta destes ao poder local através do golpe. O empreendimento da modernização é todo tempo relatado no texto, ganha força com a chegada do “Bicho” que faz um serviço de higienização social da oposição ao regime militar<sup>200</sup>, e os velhos udenistas se esforçam para, em sincronia com estes, modernizar a cidade. São criados planos, projetos, comissões como a de desenvolvimento industrial, obras são realizadas, o Tiro de Guerra torna-se sede de detenção e torturas dos atrasados que impediam a modernidade. Porém, na avaliação de Muniz Sodré, isso não passava de uma estratégia política de grupos dos poderes locais associados aos grupos nacionais. A síntese desta estratégia que envolvia um discurso e uma prática que seria modernizadora é o próprio capelão, “Um modernizador, o homem”<sup>201</sup> Esse foi o segundo “Bicho”, um modernizador, e seu projeto de modernização rápida que assustava uma cidade que se desenvolvia lentamente, pois o “progresso é rápido, e era irritante para o capelão a “lentidão com que pessoas agem e caminham em Feira de Santana”.<sup>202</sup>

Com a nova configuração política nacional, a UDN local no poder é atravessada por uma onda discursiva que tem também seus aspectos objetivados em uma prática de governos. Estamos nos referindo a alguns termos que ganham notoriedade cada vez maior pela sua capacidade de se popularizar no discurso político e se tornar algo

---

Chico Pinto: Democracia e Ditadura em Feira de Santana, realizado pelo LABELU – UEFS, em Setembro de 2007. (DVD). Documentário “Chuvas de Março”.

<sup>197</sup> Esta foi uma referência a seu pai. Ver: Entrevista com Muniz Sodré IN: **A Pala Revista**, n° 01, Feira de Santana: UEFS, 2011, p. 60.

<sup>198</sup> PACHECO, Larissa Penelu Bitencourt. **Trabalho e costumes de feirantes de alimentos:** pequenos comerciantes e regulamentações do mercado em Feira de Santana (1960/1990). Feira de Santana, 2009. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Feira de Santana.

<sup>199</sup> SODRÉ, Muniz. **O bicho que chegou a Feira**. Rio de Janeiro. Francisco Alves, 1994, p. 146.

<sup>200</sup> Na gestão de Joselito Amorim, eram entregues relatórios “elucidativos” para o Comando Revolucionário. Joselito Amorim: O Prefeito da Revolução. Entrevista. **Revista Panorama de Feira de Santana**, n° 2,. Feira de Santana: Bahia Artes Gráficas, 1° de outubro de 1983, p. 20.

<sup>201</sup> Idem, 58.

<sup>202</sup> Idem, Ibidem.

comum, porém, que necessita de uma genealogia<sup>203</sup> que nos ofereça um melhor entendimento.

Modernização e industrialização passam a ser esse discurso comum, que até a atualidade ainda é tão utilizado, os termos ganham um uso ideológico difundido. Partimos da concepção que a partir do século XVIII o desenvolvimento urbano foi impulsionado, em muitos lugares, diretamente ou não, pelo processo de industrialização. Outros, por processos comerciais e de exploração de matérias primas que muitas vezes eram destinadas a manufatura. Temos o exemplo no Brasil dos estados da federação que atingiram os maiores índices de urbanização, como São Paulo e Rio de Janeiro, associados a um processo de montagem de parques industriais. Em Feira, esse discurso de modernização torna-se cada vez mais, principalmente pós-golpe, o centro das atenções e motivações políticas udenistas. Entre os termos que mais chamam atenção na década de 1960 nos jornais Folha do Norte, Situação e Feira Hoje (a partir de 1971), estão: industrialização e modernização. Não é apenas em jornais que encontramos o uso dos termos, mas em atas da Associação Comercial e atas da Câmara de Vereadores. Porém aquelas palavras que tinham desde a década de 1950 um uso comum ao discurso dos profissionais da política local, passavam a ganhar cada vez mais o que poderíamos chamar de um lastro prático, ou seja, a objetivação de um discurso.

Neste momento, a cidade e seus representantes no executivo e legislativo acompanham a situação dos poderes governamentais no Estado, e a sede política do governo é o melhor lugar para percebermos como estes termos estavam na moda. Paulo Fábio Dantas<sup>204</sup> nos oferece uma análise do desenvolvimento de ACM até a construção de uma política que ganharia notoriedade nacional pela sua organização e conquista de poder. Paulo nos mostra não só como o *Carlismo* nasce enquanto mecanismo, mas como o próprio sujeito fundador cresce dentro de possibilidades históricas nas quais soube atuar. Dentre os meios usados por este sujeito que ocupou vários cargos de

---

<sup>203</sup> Interessante método é proposto por Foucault para análise discursiva, é necessária a compreensão de procedimentos internos e externo de domínios da produção discurso. Para Foucault não é qualquer um que fala, é preciso estar autorizado a isto por regras históricas, exorcizam-se os acasos de seu aparecimento. Há um meio de preparar o receptor do discurso e, quando enunciado, o discurso perde a autoria e o pertencimento. Ver: FOUCAULT, Michael. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciado em 2 de dezembro de 1970. 3°. Ed. São Paulo: Loyola, 1996.

No nosso caso, apesar da brevidade da análise, estamos nos referindo a um discurso que perde seu pertencimento, passa a ser de todos, porém lhe é autorizada a disseminação por elementos que ocupam determinados lugares sociais.

<sup>204</sup> Ver: DANTAS NETO, P. F. **Tradição, autocracia e carisma**: a política de Antonio Carlos Magalhães na modernização da Bahia (1954-1974). 1. ed. Belo Horizonte: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.

importância, desde a presidência regional da UDN depois de 1964, até o governo do Estado ainda na ditadura, está o discurso da modernização de Salvador, tanto como Deputado Estadual como prefeito municipal em 1967. Sua capacidade, e aqui importância para compreensão da tão falada modernização, estava em sua sincronia política com o novo regime e as suas transformações. ACM era capaz de se mover sempre acompanhando os rumos da ditadura, mesmo em pequenas reorientações que aconteciam com as mudanças de presidentes<sup>205</sup>.

Tanto Joselito Amorim quanto João Durval tiveram essa característica de sincronia do local com o regional e nacional. A nova onda que UDN acompanha em Feira é a da modernização, seguindo em um ritmo quase musicado<sup>206</sup>, uma maré que puxava esta cidade. Para tal prática, surge um herói, ou melhor, anti-herói transformador, no caso local o capelão Edmund Jukevics sustentáculo da revolução na cidade, responsável por reorganizar os comportamentos, famoso por uma insistência em disciplinar a cidade, era a própria modernização, sujeito que sintetizava o novo momento de Feira de Santana.

### *A transição de Joselito Amorim em Feira.*

Se nos referíamos à ocasião de chegada do capelão e à sincronia<sup>207</sup> que os grupos locais no poder buscam em relação às esferas de poder superiores, é preciso demarcar o período com maior análise. Este é o momento do Governo Castelo Branco (1964-1967) consolidar as novas conformações nacionais da “revolução”. A grande questão do governo do novo presidente se situava nessa transição, superação de uma crise econômica. Na grande arena política em que o PSD e o PTB eram contrários ao golpe e mesmo a UDN tinha divergências internas que a impediam de ser homogênea, somadas as dificuldades encontradas por um Congresso ocupado por um conjunto de treze partidos, Castelo Branco buscava através do diálogo a unidade, método usado por

<sup>205</sup> Ver: DIAS, José Alves. **Rumo ao palácio**: as estratégias de dominação dos espaços políticos na Bahia durante a ditadura - 1966/1982, URJ, Rio de Janeiro, 2009. (Tese de Doutorado)

<sup>206</sup> Infelizmente não tivemos fontes de áudio para a pesquisa, porém a sonoridade da escrita de vários discursos na câmara de vereadores e nos jornais locais nos permite uma experiência sensitiva quase musical.

<sup>207</sup> O termo sincronia aparece bastante no texto, este é tomado por referência da tese de José Dias quando da sua afirmação sobre a política de ACM na Bahia depois do golpe como a capacidade que este sujeito tinha de caminhar conforme o passo dos ditadores, concluímos aqui nesta pesquisa que o período estudado na cidade demonstra uma tentativa semelhante das principais personagens da política local. Ver: DIAS, José Alves. **Rumo ao Palácio**: as estratégias de dominação dos espaços políticos na Bahia durante a ditadura (1966-1982). UFRJ, 2009, (Tese).

grupos nacionais “para reorganização do país os moldes do capitalismo industrializado”<sup>208</sup>. Os problemas e os métodos econômicos para superar a inflação eram o grande desafio do presidente que encontrava oposições às suas escolhas constantemente em sua equipe de governo. Porém, como afirmava seu fiel ministro Luis Viana, este estava ciente de seu papel de “preparar a economia do país para um desenvolvimento ulterior”<sup>209</sup>. A unidade somente seria alcançada, com seus limites, através de duas pautas aglutinadoras, o anticomunismo e o desenvolvimentismo acarretado pelo processo de ampliação da indústria no país.<sup>210</sup> Após o golpe, sérias dificuldades de consolidação de unidade política no governo eram visualizadas. Muitas divergências sobre as ações de governo surgiam, críticas a uma “revolução” sem projeto. As oposições foram enfrentadas por Castelo com perseguições e destituições autorizadas pelo AI N°1. As oposições internas, na UDN, o Ato Institucional n°2 e a criação do bipartidarismo por este, dariam conta de sanar. Previa o presidente que isso solucionaria a questão, porém, o partido de governo (ARENA) se revelou possuidor das mesmas divergências internas.

No aspecto econômico o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) visava combater a inflação, reativar o desenvolvimento econômico e sanear o balanço de pagamentos. De fato o PAEG logrou êxito no primeiro trimestre de 1964, conseguindo reduzir a inflação anual em quase 100%, porém o plano foi perdendo notadamente sua capacidade de diminuição progressiva da inflação, chegando a 20% em 1969.<sup>211</sup> O PAEG tem seus lances importantes e gera transformações fundamentais para o que seria o futuro do país e da ditadura, tendo reflexos intensos em aspectos locais. Mas aqui vamos recuperar outro fato relevante para nossa pesquisa, a missão moralizadora do Governo Castelo e o controle político que era necessário obter em relação aos partidos e oposições ao regime.

Alguns pesquisadores acreditaram que o governo Castelo Branco<sup>212</sup> teria sido uma gestão mais amena no que refere ao aspecto de perseguições políticas, exílios e

---

<sup>208</sup> DIAS, José Alves. **Rumo ao Palácio: as estratégias de dominação dos espaços políticos na Bahia durante a ditadura (1966-1982)**. UFRJ, 2009, 24. (Tese).

<sup>209</sup> Idem, Ibidem. Ver também: FILHO, Luis Viana. *O governo Castelo Branco*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1975.

<sup>210</sup> Idem.

<sup>211</sup> Resende, André Lara. **A política brasileira de estabilização: 1963/68**. Visto em 25/02/2011 em: <http://www.ppe.ipea.gov.br/index.php/pppe/article/viewFile/395/336>

<sup>212</sup> Notadamente quem mais influenciou essa concepção que dividia a ditadura em momentos mais duros foi Elio Gaspari. Ver: GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

torturas, tema que já revisado por Calos Fico<sup>213</sup> que mostrou tratar-se de um período onde percebemos uma intensa perseguição, sendo este o momento de “saneamento” do país. Sanear, entre outros aspectos, incorporava a necessidade de limpeza política, exílios e prisões. Por mais que Castelo não fosse representante daqueles que ficaram conhecidos por linha dura; capitães, majores, tenentes-coronéis e coronéis que, com “discurso anticorrupção”<sup>214</sup>; não impediu que em seu governo houvesse torturas, pois a tortura “existiu desde sempre no Brasil, inclusive nos momentos iniciais no novo regime”<sup>215</sup>. Não queremos aqui salvaguardar um lugar menos negativo para Castelo na ditadura, mas reconhecer momentos piores que o de seu governo. As perseguições foram imediatas assim que tomou posse e, na Bahia já citamos o nosso caso particular com a deposição do prefeito em Feira de Santana seguido da sua prisão.

A passagem “saneadora” e a construção de bases para o futuro desenvolvimento do país atraem o executivo e o legislativo municipal em Feira de Santana. Joselito Amorim Falcão era um sujeito de formação superior. Bacharel em odontologia optou pela a profissão de professor, lecionando durante anos no Ginásio Santanópolis pertencente a Áureo Filho empresário e político de carreira de Feira de Santana. No ginásio, Joselito Amorim também foi discente, escola que como dito no primeiro capítulo, foi palco das primeiras experiências políticas de João Durval. Muitos dos sujeitos da política de Feira de Santana estudaram neste Ginásio. Retornando a Joselito, este era de uma tradicional família empresarial que tinha também reminiscência na política da cidade, a pomposa família Falcão, investidores do setor comercial, bancário e industrial no município.<sup>216</sup> Experiente vereador, com a destituição de Pinto é eleito pela câmara para o cargo de prefeito, constituindo no município bases para a futura transformação desenvolvimentista que viria no governo de João Durval. Segundo Joselito Amorim, quando o golpe ocorreu “O comando revolucionário aqui pediu às lideranças políticas que apoiavam a Revolução cinco ou seis nomes que pudessem

---

<sup>213</sup> FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, vol.24, n°47, p 29-60. 2004.

<sup>214</sup> FICO, Carlos. **Além do Golpe: Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar**. Rio de Janeiro: Record,2004, 73.

<sup>215</sup> Idem, 82.

<sup>216</sup> Ver: FALCAO, João. **A vida de João Marinho Falcão: vitória do trabalho e da honra**. Brasília: Pax, 1993.

ocupar a Prefeitura”<sup>217</sup>, Joselito diz que não queria ocupar o cargo, pois havia lutado contra a situação dominante, complementa dizendo que não sabia por que foi escolhido.<sup>218</sup> Depois de eleito pela câmara, Joselito teria se dirigido ao comando revolucionário na cidade junto com Áureo Filho onde foi recebido pelo Coronel Humberto Melo para relatar a sua nova condição de Prefeito, porém o coronel havia dito que “a revolução não era para colocar a UDN no poder”<sup>219</sup>. No mesmo dia Joselito Amorim encontrou o General Manoel Pereira para o qual teria feito um discurso sobre a sua eleição democrática, mesmo que por maioria simples na câmara, sendo que esta deveria ser aceita caso contrário seria um tipo de vergonha para a cidade.

A gestão de Joselito Amorim é marcada por debates na câmara que prevêm a solução de problemas estruturais antigos cuja resolução seria importante para a sua para a constituição de um projeto de modernização que teria sua idéia focada na indústria, comércio e urbanização. O tema da Estação Rodoviária é visto constantemente: era necessário uma já que tinha um turismo comercial forte, havia recentemente estradas construídas e asfaltadas, como a Rio - Bahia em 1963, que ligavam Feira a outras regiões, logo a estação rodoviária seria o passo a ser dado pelo governo municipal.

Na gestão de Chico Pinto, Feira havia ganhado seu primeiro órgão de classe dos industriais, a Associação das Indústrias Mecânicas, Metalúrgicas e de Material Elétrico de Feira de Santana (AIMMEFS), fundada em 1963, tendo como disputa principal a construção de um bairro industrial<sup>220</sup> que seria concretizada no governo de João Durval. Em 1965, surge mais um órgão, a Associação das Indústrias de Feira de Santana, presidida pelo filho de João Marinho Falcão, Manoel Falcão, primo de Joselito Amorim. Esse novo órgão, segundo Monteiro, teria maior “grau de capilaridade econômica, política e social”<sup>221</sup> maior que a AIMMEFS, e se propunha, através da articulação do próprio Manuel Falcão, aglutinar o setor produtivo industrial em um único órgão com caráter sindical<sup>222</sup>. Este buscava, inclusive na AIMMEFS, o convencimento dos empresários nessa empreitada<sup>223</sup>. O resultado é a transformação muito rápida da AIFS em Centro das Indústrias de Feira de Santana (CIFS) no mesmo ano de 1965, sendo o

<sup>217</sup> Joselito Amorim: O Prefeito da Revolução. Entrevista. **Revista Panorama de Feira de Santana**, n° 2., Feira de Santana: Bahia Artes Gráficas, 1° de outubro de 1983, p. 19.

<sup>218</sup> Idem, Ibidem, p. 20.

<sup>219</sup> Idem, Ibidem, p.19.

<sup>220</sup> Ver: MONTEIRO, Jhonatas Lima. **Interesses Hegemônicos na Margem da Periferia: ação política de dirigentes industriais em Feira de Santana (1963-1983)**, Feira de Santana, 2009, p. 45. (Dissertação)

<sup>221</sup> Idem, 54.

<sup>222</sup> Manuel Falcão se tornaria o presidente da câmara em 1967.

<sup>223</sup> Idem, Ibidem.

CIFS o maior representante e articulador das demandas em relação à constituição de um centro industrial no município. Toda essa transformação por representação era canalizada pela possibilidade de trazer recursos para investir no setor na cidade foi demandada pelo fenômeno do planejamento, aventado desde a década de 1950, se tornou política de governo e condição prioritária para a captação de apoio financeiro e políticos dos municípios efetivarem seus planos de constituição de parques industriais. Esta política do período de Kubitschek era o “desenvolvimentismo”, espécie de guia prático de ação governamental, impregnado de nacionalismo, otimismo e uma firme vontade de industrializar o país.<sup>224</sup>

Os grupos de classe formados em Feira visavam a representação e definitivamente a luta por projeto político de industrialização do município pressionando a câmara e o executivo. O projeto para ser efetivo seguiu o caminho histórico da sociedade civil para atingir a sociedade política, através de articulações e convencimentos até tornar-se institucional. Numa análise de Gramsci, seria hegemônico, pois assim ganha a dimensão ampla do que é o Estado, e cumpre a função política de consensuar a opinião coletiva salvaguardando a dominação política, o *status quo* de um grupo social<sup>225</sup>. O projeto que ganharia a sociedade política no governo de João Durval recebia as primeiras conformações nessa gestão de Joselito Amorim. A coincidência de fatos entre a fundação desses órgãos e as políticas na breve passagem do prefeito pelo executivo com a conseqüente preparação das bases para transformação da cidade com um centro industrial, nos mostram os primeiros delineamentos de parte, e damos ênfase ao temo “parte”, de um projeto que teria esta industrialização como uma das metas.

O governo Castelo, assim como nosso sincrônico governo Amorim, acompanhava uma tendência histórica posta naquele contexto, à organização de projetos modernizadores para o país, em um momento em que o presidente precisava conter politicamente as oposições, nos primeiros dez anos de ditadura, o regime utilizava muito da força ao invés de mecanismos sutis de um Estado moderno de tipo ocidental como caracteriza Gramsci. Mas essa missão de transição de Castelo levou consigo outras características ressonantes na gestão municipal. O saneamento do executivo e legislativo logo aconteceu, mas era preciso mais e Joselito tinha missão pública de

---

<sup>224</sup> SARMENTO, Walney Moraes. **Problemas de Implantação de Indústrias novas na Bahia**. Salvador: Era Nova, 1969, 15.

<sup>225</sup> Ver: GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

concentrar esforços no combate às oposições. Um ambiente quase saneado propiciou o tom da gestão. Feitos políticos começavam a demarcar os próximos momentos.

Em 1961 o presidente dos Estados Unidos lançara um programa político conhecido como Aliança Para o Progresso, que tinha por objetivo enfrentar a influência que a revolução Cubana poderia exercer sobre o subcontinente americano. E esta aliança previa o investimento em setores estratégicos para consolidação da hegemonia capitalista<sup>226</sup>, dentre estes setores a educação. A principal agência, com atuação em Feira, deste projeto yanque era a United States Agency for International Development (USAID). Em Feira, acordos foram realizados com a articulação do prefeito municipal com os quais recursos para a implementação de políticas públicas seriam conseguidos.

O prefeito Joselito Falcão Amorim, recebeu a visita do Dr. Carlos Silva Lemos diretor do SESP, no Estado da Bahia, e do assistente do coordenador da Aliança para o Progresso, no Brasil, o Dr. Chales Trigg.<sup>227</sup>

O prefeito debatia juntos aos visitantes a ampliação dos serviços de água e a construção de casas populares, e continua a matéria salienta a “mais alta relevância para Feira de Santana, pois demonstra o interesse do programa”<sup>228</sup> no município<sup>229</sup>. Interesse que pode estar diretamente ligado à influência de partidos de oposição na política local, e claramente ao recente governo de Chico Pinto, pois segundo Toledo, esses programas de investimentos da Aliança se destinavam às “ilhas de sanidade”<sup>230</sup> definidas como locais de perigo por demonstrar indícios e evidências de propagação de atividade subversiva. Esta aproximação do executivo municipal com a USAID era prevista pelo plano econômico do governo Castelo Branco, pois

A restrição do balanço de pagamento era diagnosticada como séria limitação ao crescimento. Para superá-la, o PAEG propunha uma política de incentivos à exportação, uma opção pela internacionalização da economia, abrindo-a ao capital estrangeiro, promovendo a integração com centros financeiros internacionais e o explícito alinhamento com o sistema norte-americano da Aliança para o Progresso.<sup>231</sup>

<sup>226</sup> VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. Política exterior e desenvolvimento (1951-1964): o nacionalismo e a política externa independente. **Revista Brasileira de História**, v. 24, n. 3, 1994.

<sup>227</sup> Folha do Norte, 05/09/1964.

<sup>228</sup> Folha do Norte, 05/09/1964.

<sup>229</sup> Em 1965 a indústria feirense Cal Sublime conseguiu empréstimos com a Aliança. A ligação do prefeito com a Aliança o levaria a uma visita aos EUA em 1966 convidado pelo USAID Ver: MONTEIRO, Jhonatas Lima. **Interesses Hegemônicos na Margem da Periferia: ação política de dirigentes industriais em Feira de Santana (1963-1983)**, Feira de Santana, 2009, p. 80. (Dissertação)

<sup>230</sup> TOLEDO, Caio Navarro. **O governo João Goulart**. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 108-109.

<sup>231</sup> Resende, André Lara. **A política brasileira de estabilização: 1963/68**, p. 774. Visto em 25/02/2011 em: <http://www.ppe.ipea.gov.br/index.php/ppp/article/viewFile/395/336>



Um dos objetivos do PAEG era descrito assim:

política de estímulos ao ingresso de capitais estrangeiros e de ativa cooperação técnica e financeira com agências internacionais, com outros governos e, em particular com o sistema multilateral da Aliança para o Progresso...<sup>232</sup>

O prefeito acompanhou de perto essa política, não sabemos ao certo se a vinda da agência para Feira é precedida de um convite formal deste ou se como afirma o jornal, o interesse é do SESP junto a esta agência. O importante é que a partir de então esforços de cooperação são realizados e resultados alcançados.<sup>233</sup> Em 1965, o projeto de lei “oriundo do Executivo”

abriu crédito especial de Cr\$ 60.000.000( sessenta milhões de cruzeiros) para suplementar as verbas pelos convênios USAID, MEC, SUDENE, Govêrno do Estado e Plano Trienal, para construção de prédios escolares”.<sup>234</sup>

A educação foi um dos setores que mais ganhou investimentos do governo municipal. Tema dos acirrados debates e confrontos entre a UDN e os estudantes no ano de 1964, principal ponto da justificativa da acusação de subversão de Chico Pinto, lugar de organização de membros da futura guerrilha armada, a educação foi também alvo de Joselito. Arriscamos dizer, obviamente, que a ênfase dada a este setor nada mais era do que o “saneamento”. “Moralização” e “progresso” equivaliam como binômio<sup>235</sup> do governo, numa cidade que segundo Áureo Filho, tinha o “maior índice de progresso no estado”<sup>236</sup>. O investimento na ampliação de salas de aulas rendeu elogios ao prefeito saneador, como o de Hugo Silva que relatou sobre suas inaugurações principalmente as escolas, como o ginásio: somente com a educação “é possível acabar com a infiltração comunista”.<sup>237</sup> Feitos que não provocavam em Eurico Alves tanto regozijo quanto à arte do prefeito, pois, “calçar ruas, fazer ginásios”, aplicar bem as verbas públicas é “rotina” e “obrigação”, para o autor de *Fidalgos e Vaqueiros*,

<sup>232</sup> Idem, Ibidem.

<sup>233</sup> Nova visita seria feita pela USAID no governo de João Durval para instalação do centro industrial. Folha do Norte, 04/11/1967.

<sup>234</sup> Ata da 22º Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Feira de Santana. 15/06/1965.

<sup>235</sup> Folha do Norte, 16/01/1965. Frase de Helder Alencar.

<sup>236</sup> Folha do Norte, 16/01/1965.

<sup>237</sup> Ata da 11º Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Feira de Santana. 10/05/1965.

O que merece encômio diferente no ex-governo da Comuna não é a construção de um ginásio municipal, nem tampouco a criação de um ginásio industrial, que a teimosia de certo governo veio perturbar e desassossegar com o barulho e fononar de buzinas, que cheguem ou saiam de teimosia e mal colocada Estação Rodoviária.<sup>238</sup>

O que merecia o elogio de Eurico era a higienização da lagoa de São José, que permitiu descanso e sossego ao povo, lazer e paz. Este era o despertar do “sentimento de esteta do prefeito” “artista”.

A breve passagem de Joselito Falcão Amorim pelo executivo municipal traduz-se em transição, assimilação da idéia de progresso e avanço organizativo de órgão de classe e poder institucional para a constituição das bases para a futura gestão de seu correligionário. As bases para o projeto desenvolvimentista e modernizador com industrialização se assentaram na expansão da rede elétrica, no combate ao comunismo, na ampliação do sistema de abastecimento de água, na central telefônica, aumento do funcionalismo público, na chegada do SESI entre outros aspectos que permitiram o avanço futuro<sup>239</sup> junto às articulações de grupos representantes de classe como o AIFS e o CIFS com outros órgãos de representação regional e nacional.

### ***O progresso para cidade e o reino do urbano: Feira de Santana e a inserção compulsória e voluntária (1967-1971).***

O capitalismo é um conjunto articulado de relações sociais e econômicas que se expandiu e compulsoriamente absorveu de forma direta ou indireta até a atualidade, se não todas, ao menos a maioria das cidades do globo. Este só pode ser compreendido na sua condição de sistema ou modo de produção totalizante. Assim Feira de Santana entre 1967 e 1971, só será compreendida observando a totalidade na qual está inserida. Moderniza-se em alguns aspectos, junto ao país, porém, as especificidades do local aparecem como questões importantes a serem analisadas.

Para João Durval constituir seu projeto político para Feira de Santana, teve de desenvolver uma série de táticas e mecanismos para consolidação de novos objetivos para a cidade, articulando o passado comercial e pecuarista em que a cidade vivia com novas perspectivas de higienização, modernização acelerada, com reforma urbana,

<sup>238</sup> Jornal Situação, 05/10/1967.

<sup>239</sup> Ver: Ata da 1º Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Feira de Santana. 12/04/1965.

industrialização e reorganização econômica. Em dissertação, Pacheco<sup>240</sup> defende que a retirada da feira do centro da cidade, através do projeto CABANA envolveu a articulação de João Durval com setores de comerciantes que queriam um centro urbano limpo para exibição de suas vitrines posto que estas estivessem em contraste com o ‘antigo’ representado pela feira que tinha ligações com a zona rural, representando o velho que deveria ganhar novas feições para uma época em que se desejava um futuro mais avançado. Isto demonstra uma idéia constante presente numa mentalidade e num discurso de um grupo social articulado com representação própria.

Assim, para concretizar um projeto de “modernização” local, deveria articular a inserção da cidade no plano nacional de modernização conservadora e descentralização da indústria, que previa o Nordeste como um dos pontos a se beneficiarem de pólos industriais. Na Bahia, o governador do Estado Luis Viana Filho, previa o advento da indústria na capital e no interior, cogitada desde 1966 pela Secretária de Desenvolvimento Econômico;

Realmente, o processo de industrialização do Nordeste está já encaminhado, e a Bahia, como um dos pólos regionais mais importantes, tem se beneficiado muito disso. No entanto é também fato que a ênfase principal tem sido nas inversões de infra-estrutura e no estímulo à grande indústria, concentradora nos grandes centros urbanos, com o conseqüente risco de que o processo gerado, embora aumente a renda da região, não promova a distribuição por toda a população.<sup>241</sup>

A chegada de Durval ao poder municipal marcou o momento de avaliar a primeira fase da “revolução”<sup>242</sup> e refletir sobre os novos governos e o regime militar numa perspectiva progressista. Na consideração feita pelo colunista da Folha do Norte<sup>243</sup>, Adalberto da Costa Dórea, era um governo mais “democrático” para as classes

---

<sup>240</sup> PACHECO, Larissa Penelu Bitencourt. **Trabalho e costumes de feirantes de alimentos:** pequenos comerciantes e regulamentações do mercado em Feira de Santana (1960/1990). Feira de Santana, 2009. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Feira de Santana.

<sup>241</sup> Secretária de Indústria e Comércio. Plano de Fomento à Indústria do Interior. Bahia, 1967.p.19 Apud Santos, 2002, p.52.

<sup>242</sup> Na Bahia é o período de institucionalização do regime civil-militar após o golpe, ou seja, consolidação e adequação das novas forças políticas nas instituições do Estado e re-elaboração e conformação de grupos políticos e novos personagens que surgem na cena política, a exemplo de ACM em Salvador. DANTAS NETO, P. F. **Surf nas ondas do tempo: do carlismo histórico ao carlismo pós-carlista.** Cadernos do CRH, Salvador, v. 39, 2003. p.21. Importante lembrar que aqui reproduzimos o golpe como “revolução” assim como chamado pelos golpistas e adesistas.

<sup>243</sup> Jornal criado no início do século XX, o qual muito circulou discursos sobre ideais de cidade, civilidade e modernidade de setores das elites locais. Os editores e diretores do jornal Folha do Norte tomavam partido de determinados candidatos veiculando apoio entre as décadas de 60 e 70 durante campanhas da UDN e Arena. Ver: OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. **Feira de Santana em Tempos de Modernidade: olhares, imagens e práticas do cotidiano. (1950-1960).** Universidade Federal de

rebeldes, pois; (...) “o dialogo com a classe operaria é maior, também com a estudantil”<sup>244</sup>. Em tempos de ditadura, na cidade o Folha Norte anunciava em textos melhores entendimento entre as classes sociais em conflitos, e entre essas e o governo ‘democrático’, um ponto de chegada, a harmonia social.

A democracia estava presente no discurso das classes dominantes organizadas na ARENA (Aliança Renovadora Nacional). Esta teria sido salva pela “revolução”, e deveria se perpetuar sob comando dos golpistas de 1964. O reflexo desse pensamento aparecia no órgão de imprensa local, Folha do Norte, que defendia e definia a ditadura como a própria salvaguarda da democracia, pois, não fosse a “revolução” de 31 de março, ela, a “democracia”, seria arrancada pelos trabalhadores e o governo sindicalista de Goulart na presidência da república e com Chico Pinto na prefeitura de Feira de Santana.

Neste recorte temporal, as realizações do governo de João Durval começavam a chamar a atenção pelo seu caráter antecipatório, que se evidenciava no planejamento futurista da cidade, precipitando o que seria, segundo previsões de seu grupo e apoiadores, o progresso econômico e social. Os planejamentos desse grupo, associados aos discursos políticos e jornais propagadores desse ideal de progresso posto em prática por Durval, criam em torno da personalidade deste, uma representação de arauto da modernidade.

No seu governo deu-se a implantação do Centro Industrial do Subaé (CIS) e a realização de obras publicas para higienização e reorganização espacial da cidade, como a construção do bairro Cidade Nova<sup>245</sup>, que nas palavras de Raymundo Pinto seria à época “maior que a maioria das cidades baianas”<sup>246</sup>. A implantação das obras foi “devidamente programada”<sup>247</sup>. Isso lhes dava a característica de precipitação e planejamento que não era comum entre prefeitos. Feira de Santana esteve entre os primeiros municípios brasileiros a adotar um Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano<sup>248</sup> o que amplia a noção de caráter antecipatório de Durval a frente da prefeitura.

---

Pernambuco, 2008. No período de governo de João Durval, este [jornal] divulgava textos sobre o projeto de modernização da cidade e, discursos de elogio ao empreendimento alçado e realizações do prefeito.

<sup>244</sup> Jornal Folha do Norte. 29/04/1967.

<sup>245</sup> Jornal Noite e Dia, setembro de 2006, Caderno IV, Comemorativo de oito anos do Jornal Noite e Dia & PINTO, Raymundo A.C. **Pequena historia de Feira de Santana**. Feira de Santana: Sicla, 1971.

<sup>246</sup> PINTO, Raymundo A.C. **Pequena historia de Feira de Santana**. Feira de Santana: Sicla, 1971. p.58.

<sup>247</sup> PINTO, **Pequena História**...ob. cit. p.59.

<sup>248</sup> Ver: FREITAS, Nacelice Barbosa. **Urbanização em Feira de Santana**. Salvador: s.n., 1998. & PINTO, Raymundo A.C. **Pequena historia de Feira de Santana**. Feira de Santana: Sicla, 1971.

As realizações de governo e a conjuntura propiciam certo prestígio e destaque para cidade e ao prefeito no cenário político nacional, que no governo de Durval, passa a receber visitas de prefeitos de outros Estados que se surpreendem com a modernização de Feira e a tomam como exemplo.<sup>249</sup>

O colunista do jornal Folha do Norte e Secretário de Educação Raymundo Pinto escrevia sobre o projeto modernizador em elogio a Durval, caracterizando-o como visionário quanto ao futuro da cidade. Observando-o, nos remetemos a Foucault quando afirma que “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou sistemas de dominação, mas é aquilo pelo qual e com o qual se luta, é o próprio poder de que procuramos nos assenhorear”<sup>250</sup>. Buscava-se a consolidação de uma imagem do governo de Durval e da ditadura, onde conflitos sociais desapareciam do cotidiano para dar lugar a um ideal político já “realizado” e a partir daí, conquistar uma legitimidade dentro do ideal democrático<sup>251</sup>, mesmo governando em um regime ditatorial. Nas palavras de Miranda:

Construía-se uma representação de cidade e de sua memória histórica como fundamentadora de um ideal político e social intermediado pelo presente - por isto a seleção de certos símbolos e omissão de certos aspectos, temas ou fatos.<sup>252</sup>

Porém, as novas forças políticas no campo do poder no governo local, estadual e nacional enfrentavam as oposições. Em Feira a oposição aparecia na forma do MDB dentro do campo político, em grupos que se organizava para a resistência armada, e mesmo a não recepção favorável ao governo de seus programas. O PCB teve a participação de militantes na Associação Feirense de Estudantes Secundaristas e sindicatos da cidade, e o MDB na oposição a ARENA são alguns exemplos<sup>253</sup> das

<sup>249</sup> Ver Folha do Norte 1969-1971.

<sup>250</sup>FOUCAULT, Michael. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciado em 2 de dezembro de 1970. 3.ed. São Paulo: Loyola, 1996. p.1.

<sup>251</sup> João Durval é convidado assumir o poder municipal em 1964, não aceita por haver, segundo este, a necessidade de ser eleito. Jornal Noite e Dia, setembro de 2006, Caderno IV, Comemorativo de oito anos do Jornal Noite e Dia & PINTO (1971).

<sup>252</sup> MIRANDA, Luciana de Oliveira. **Em Busca da Memória: Práticas e Representações do Movimento Estudantil em Feira de Santana (1964-1969)**. Feira de Santana UEFS, 2001. p.10.

<sup>253</sup> Muitos dos relatos da atuação de grupos de esquerda na cidade foram pronunciados numa conversa entre pesquisadores do LABELU e Hosanah Leite, militante do PCB na época e exilado em 1968. Outros depoimentos, inclusive de Hosanah Leite e militantes de esquerda foram colhidos no Seminário: Chico Pinto, ditadura e em Feira e no Brasil, gravados em DVD e disponíveis em acervo do LABELU. É preciso observarmos que esta atuação da esquerda não é objeto desta pesquisa. Ver também: ZACHARIADES, Grimaldo Carneiro. (Org.) Ditadura Militar na Bahia: Novos Olhares, Novos Objetos, Novos Horizontes. Salvador: EDUFA, 2009. Em quase todos os artigos do livro, Feira de Santana aparece como local indicado por militantes de oposição ao regime, como espaço para resistência ou referência dessa.

oposições e enfrentamentos ao qual a ditadura e seus tentáculos locais deveriam concorrer. Além de mais formalizadas ou organizadas, no Jornal Folha do Norte encontramos constantemente textos que são perceptíveis a não aceitação da população em relação às propostas do governo municipal, assim é que visualizamos momentos de críticas por parte de grupos cidadãos e, tentativas de convencimento da comunidade dos benefícios esperados do governo municipal.

Neste ínterim, a disputa de Durval dava-se também contra seu principal opositor, Francisco Pinto e sua “marca” política junto às classes populares da cidade. Pinto havia ganhado popularidade por estabelecer um governo de aproximação com grupos subalternizados da cidade<sup>254</sup>. Durval chegou ao poder em 1967 já na ARENA, como aliado dos militares, e escolhido por setores da classe dominante local<sup>255</sup>, sendo o primeiro prefeito eleito no pós-64, sem disputa com seu maior adversário que havia sido, pouco antes, deposto do poder executivo e não estava na cidade.

O Plano Diretor, Plano de Desenvolvimento Local Integrado (1967), o Projeto Cabana (1968), projetos de Lei aprovados, discursos políticos de Durval, mostram objetivos concretos dele e de seu grupo para cidade, com proposições que transformariam o cotidiano dos feirenses. O governo do Estado também empreendia certa “modernização” e industrializava-se com a criação do pólo industrial de Aratu. Essas medidas, articuladas pelo então governador - e aliado de João Durval - Luis Viana Filho, visavam inserir a Bahia no plano maior do governo federal de industrialização do interior. Luis Viana desde então passa a ser lembrado por João Durval e pelos jornais da época e atuais, como seu principal aliado, aparecendo referências sobre este entrosamento na campanha de Sérgio Carneiro, filho de João Durval, para prefeito em

---

<sup>254</sup> O filme “Pinto vem aí”, demonstra a enorme popularidade que Francisco Pinto havia adquirido, mesmo com a pouca duração de seu governo, demonstrado no seu retorno a cidade em imagens que Olney São Paulo para a campanha de Colbert em 1976, depois de sair da prisão com um discurso crítico sobre Pinochet na posse de Geisel na presidência do país. Outros autores constaram a popularidade adquirida por Francisco Pinto tanto em suas disputas eleitorais como em sua gestão pública no município. Ver: PACHECO, Larissa Penelu Bitencourt. **Trabalho e costumes de feirantes de alimentos:** pequenos comerciantes e regulamentações do mercado em Feira de Santana (1960/1990). Feira de Santana, 2009. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Feira de Santana. CAMPOS, Ricardo da Silva. **O Putsh na Feira:** sujeitos sociais, partidos políticos e política em Feira de Santana, 1959-1967. (Monografia); GOMES, Igor. **Na contramão do sentido:** origens e trajetórias do PT de Feira de Santana. (1979-2000). Niterói: 2007. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense. Seminário: Chico Pinto, ditadura e em Feira e no Brasil. (DVD).

<sup>255</sup> Na documentação usada para esta pesquisa, a exemplo do jornal Folha do Norte, jornal Situação e, ata da câmara municipal, aparece o apoio de grupos e indivíduos pertencentes, ou mesmo representantes de entidades de classe, como a Associação Comercial, a João Durval.

2008, onde o próprio João Durval refere-se a essa aliança como o grande motivo de seu projeto de modernização ter dado certo.<sup>256</sup>

Juntamente com sua articulação com o governo do Estado, que previa também o surgimento de um pólo no interior, João Durval viabilizou seu projeto, conseguido introduzir Feira num plano maior do governo federal de interiorização da indústria.

João Durval deveria por em prática interesses de setores de classe de Feira de Santana, uma cidade cujo prefeito nunca haviam feito planejamentos tão elaborados e que passava agora a planejar seu futuro devido às exigências Estaduais e Federais para urbanização e inserção das cidades interioranas em planos de financiamentos. A cidade passaria a ser um exemplo de desenvolvimento, debatido em um de seus mais importantes planos desenvolvidos, o PDLI, descrevia que;

A cidade consciente de seu papel na região em que se encontra, deve reivindicar a realização, por parte dos governos estadual e nacional, de programas que propiciem o seu desenvolvimento (...) a cidade deve-se munir de condições urbanísticas e infraestruturais capazes de atrair investimentos, de reforçar sua condição de pólo industrial e comercial, além de estimular o desenvolvimento da região em que se situa.<sup>257</sup>

As frações de classe local utilizaram o PDLI de modo a tentar convencer setores empresariais da sociedade civil sobre as vantagens que poderiam obter com a modernização da cidade em relação aos seus investimentos e, para os trabalhadores, o foco principal do texto eram as obras de melhoria nas condições de vida urbana e os sonhados 17.000 empregos. Os principais órgãos de classe publicam textos, participam de reuniões e usam os jornais locais como o Situação, Folha do Norte e Feira Hoje no intuito de divulgar a possibilidades e as conquistas alcançadas que advinham deste processo que eles chamavam de modernização que tinha como um de seus focos prioritários a inserção da cidade em modelo produtivo industrial, com a conversão de investimentos locais e a atração de tantos outros nacionais e internacionais. A realização do projeto deveria enquadrar-se em exigências externas ao município. Modelos técnicos de escrita e preparação de pesquisas que embasassem o projeto foram consolidadas, surgiam novas propostas que de um planejamento urbano, econômico, político e organizacional, qualificadamente mais programático que as nuances surgidas em gestões anteriores, correspondiam, no entanto, a nova condição histórica, que não

---

<sup>256</sup> Esta avaliação foi vista em campanhas televisivas e panfletos distribuídos pelos candidatos.

<sup>257</sup> Plano de Desenvolvimento Local e Integrado. Feira de Santana. 1971, p.144.

necessariamente permitia o local aparecer como prioridade, engessando muitas vezes as realidades municipais em troca da realização de obras com a captação de recursos moderadas pelo governo militar, tecnicista. Um exemplo compreensível são as exigências do Sistema Nacional de Habitação

que durante sua existência impõe determinadas linhas de atuação aos municípios coerentes com as do governo central, onde determinavam, em muitos casos, a sujeição de prefeitos a um planejamento imposto, não correspondendo as verdadeiras necessidades e carências de urbanização das cidades, uma vez que esses tinham que recorrer aos financiamentos, condicionando-se ao enquadramento de diretrizes de desenvolvimento local à do centralismo autoritário.<sup>258</sup>

Através do SNH foram captados recursos para criação de moradias para a cidade como o caso do já citado bairro Cidade Nova, obras que foram utilizadas com muito interesse da gestão de João Durval na legitimação de seu projeto político que divagava sobre um futuro no presente.

A administração de Durval, com sua “modernização”, deveria vencer as resistências populares ao regime e ao seu grupo na cidade. O passado deveria ser renovado instantaneamente por um novo presente. Raymundo Pinto parecia ser quem melhor expressava isso, esse futuro vivido no presente e preparado por João Durval. Em uma de suas previsões escrevia que,

(...) o comercio tende certamente a progredir ainda mais, contanto perder a sua antiga primazia. Com a criação da Universidade, não posso deixar de prever também considerável avanço, nos próximos anos no setor cultural.<sup>259</sup>

A planificação da modernização em Feira pode ser resultado de um ideal que a partir da década de 1950<sup>260</sup> começa a ganhar contornos de prática política, recuperado enquanto método e disputa por uma hegemonia pelos udenistas/arenistas da cidade. Houve um processo de apropriação/ressignificação dessas utopias que partiu para o ato da modernização planejada, desencadeada pelos “velhos mandões udenistas”<sup>261</sup>,

<sup>258</sup> OLIVEIRA, Eliacy Eduarda. O Desigual Combinado na Urbanização em Feira de Santana IN: Conselho Regional de economia, 5. **Reflexões de Economistas Baianos**. Salvador CORECON, 2005. p.104-105.

<sup>259</sup> PINTO, **Pequena História**...ob. cit. p.51.

<sup>260</sup>. Ver Oliveira (2008). Pesquisa que defende a tese de um surto de modernização iniciado na década de 1950 em Feira, onde a cidade era vista, e deveria manter-se, como uma cidade comercial, progressista e moderna.

<sup>261</sup> Ver SODRÉ (1991).



identificada por Moniz Sodré como prática política conservadora com um discurso mordernizante.

A característica moralista e conservadora do exercício político de Durval ocorreu devido a UDN, que na cidade abrigava homens como Áureo Filho, e outros conservadores da política de Feira. Porém, é preciso notar que a UDN não era um partido homogêneo, se configurando localmente, regionalmente e nacionalmente por tendências diferenciadas. Observamos em Feira de Santana, uma forma mais pura no que tange a ala conservadora nacional e sua característica golpista, assim como a ARENA se definiu enquanto grupo heterogêneo. A UDN defendia uma proposta diferenciada de condução do capitalismo, obtendo grande apoio das de grupos dominantes para seu êxito político (...) “no 31 de março de 1964, “quando”, “poderia considerar-se vitoriosa”<sup>262</sup>. Observamos um aspecto peculiar no desenvolvimento histórico das relações sociais de força onde, no pós-64, a UDN se reveste de coerção com militares, porém, inicia-se tarefas, no que refere ao aspecto local em Feira de Santana e principalmente no governo de João Durval, de consensuar os grupos socais sobre projetos políticos.

Ao interpretarmos a histórica passagem de Feira aos ditos “sonhos da industrialização” e “modernização”, percebemos que não podemos nos apegar apenas a um dos aspectos desta relação compulsória, que cria determinantes históricas e impõe a adequação da política local a uma sintonia com definições políticas nacionais, mas também ao fator que faz das histórias locais peculiares, que são as opções voluntárias que são escolhas de adequação a esses ambiente temporais. Nem todas as cidades escolheram, que tiveram opção de escolha igual ou equiparável a de Feira. Condições únicas colocaram essa cidade nessa posição, fatores de organização interna, desenvolvimento local das organizações, articulação com o ex-ministro da casa civil e governador do estado, Luis Vianna Filho, foram aspectos singulares que possibilitaram um resultado. Porém em história não temos equações definidas, então o resultado é variável, os momentos e os lugares são únicos...

### *A cidade técnica.*

---

<sup>262</sup> BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A UDN e o Udenismo: Ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)**. Paz e Terra, 1981. p.91.

*A legibilidade da arquitetura, como qualquer outra legibilidade, tem como eixo este princípio: a oposição cria uma estrutura de significação capaz de imbuir-se de valores contrastantes, cujo caráter é determinado pela história e pela ideologia em vigor.*<sup>263</sup>

Segundo Choay<sup>264</sup>, no século XX há um certo desaparecimento da cidade tradicional<sup>265</sup>, essa perde sua primazia para o pensamento técnico - científico do urbanismo. Com o advento e ação do urbanismo, que “designa uma disciplina nova que se declara autônoma e se quer ciência da concepção das cidades”<sup>266</sup>, este pressupõe sempre a ação planejada que prevê as formas de relacionamentos e solidariedades entre estas.

A partir de 1967, Feira de Santana entra na era do planejamento regularizador urbano, exigido pela nova configuração política nacional. A prefeitura da cidade, para realizar seus projetos, se enquadra nos padrões técnicos exigidos na época, assim conseguirá angariar os recursos e investimentos necessários para concretização destes. No período, o planejamento urbano baseava-se numa concepção do século XX que atribuía ao Estado a função racionalizadora para organização urbana. Como efeito a nível local, a prefeitura deveria concentrar e centralizar esforços para reorganização da cidade. Assim, as ações do governo local passam a ser técnicas, racionais, planejadas, esforçando-se por prever e retirar todas as possibilidades de apropriação da cidade pelo devir<sup>267</sup>.

---

<sup>263</sup> HOLSTON, James. **A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia.** São Paulo, Cia. das Letras, 1993. p.126.

<sup>264</sup> CHOAY, François. O Reino do Urbano e a Morte da Cidade. IN: **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da PUC-SP, n° 18, 1999.**

<sup>265</sup> Segundo os romanos a cidade era a solidariedade existente entre a *urbis* (território físico da cidade) e *civitas* (comunidade de cidadãos que a habitavam). CHOAY, François. O Reino do Urbano e a Morte da Cidade. IN: **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da PUC-SP, n° 18, 1999.**

<sup>266</sup> CHOAY, François. O Reino do Urbano e a Morte da Cidade. IN: **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da PUC-SP, n° 18, 1999.p.70**

<sup>267</sup> Para Michel de Certeau a cidade é um texto que pode ser lido, implicado discursos urbanos de um poder instituído que planeja a cidade, mas também as apropriações feitas pelos cidadãos nas suas ruas. Refiro a este devir que dá significado aos espaços urbanos em contrário aos poderes instituídos, assim há um esforço da prefeitura local, em seus planos, de dar o significado definitivo aos espaços. CERTEAU, Michael de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer.** 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

Na era do “reino do urbano”, antes de racionalizar a cidade, constitui-se espaços de articulação dessa racionalização. Desde então, o município institui esses lugares com ampliação da administração municipal, para tanto cria o Escritório de Planejamento Integrado (EPI), o Setor Jurídico e o Serviço de Relações Públicas<sup>268</sup>, e a Superintendência de Desenvolvimento de Feira de Santana (SURFEIRA), esta, uma autarquia cujo objetivo era realizar as obras públicas.

Todo plano para cidade, desde então, ganha um caráter técnico e científico. É a partir daí que a prefeitura constitui seu grande projeto, o PDLI<sup>269</sup>, que,

(...) corresponde a uma iniciativa do poder público criada no final da década de 1960, com o objetivo de propor ações planejadas, capazes de remover gradativamente os obstáculos a expansão econômica e urbana de Feira de Santana.<sup>270</sup>

É um plano que visa o domínio global da região urbana da cidade, que propõe alianças entre frações de classes em torno do consenso sobre a modernização do município. Este projeto norteia todas as leis aprovadas e outros projetos definidos pelo município, a exemplo do Projeto Cabana e Plano Diretor do Centro Industrial do Subaé.

Apesar de não especificar de forma direta a base da teoria de zoneamento, esta é próxima da teoria de E. W. Burgess<sup>271</sup>; teórico da “ecologia humana” membro da escola de Chicago. A “ecologia humana” concebia a cidade como; “(...) uma constelação de áreas naturais, cada uma delas com seu ambiente característico e a sua função específica no conjunto da economia urbana”.<sup>272</sup> Esta escola era composta por pesquisadores com funções específicas, assim, Burgess, tinha por especialidade estudar e definir um modelo de pesquisa do crescimento, que fosse generalizável para o crescimento de áreas naturais. Burgess, “analisava as diretrizes do crescimento urbano, isto é, a organização física da cidade, aplicando, conceitos como metabolismo, expansão, sucessão extensão, concentração, mobilidade, organização e desorganização”.<sup>273</sup>

Ainda de acordo com Freitas;

<sup>268</sup> Hoje seria a Secretária de Comunicação.

<sup>269</sup> O Plano de Desenvolvimento Local e Integrado é a principal fonte de pesquisa para o entendimento do período do governo de João Durval e suas pretensões e ações junto a grupos dominantes na cidade.

<sup>270</sup> SILVA, Eunice Paranhos. “**Cada macaco no seu galho**: ampliação urbana da região sul/sudeste de Feira de Santana. (1960-2000). UEFS, 2008. p.23.

<sup>271</sup> FREITAS, Nacelice Barbosa. **Urbanização em Feira de Santana**. Salvador: s.n., 1998.

<sup>272</sup> BARROS, José D’Assunção. **Cidade e História**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. p.34.

<sup>273</sup> FREITAS, Nacelice Barbosa. **Urbanização em Feira de Santana**. Salvador: s.n., 1998. p.119.

Na expansão, enquanto crescimento físico a cidade é entendida basicamente através do plano de urbanização e mediante o zoneamento, quando o plano de urbanização constitui-se um dos elementos de controlo do crescimento físico da cidade.<sup>274</sup>

Este apresenta as influencias do modelo progressista de urbanismo de Le Corbusier que, “propõe um objeto urbano pulverizado, cujos elementos padronizados estão distribuídos no espaço segundo uma ordem funcional e geométrica”<sup>275</sup>.

O PDLI apresenta um estudo que concluiu que Feira de Santana estava caótica no uso de seu solo urbano, principalmente no centro da cidade onde se misturam o comercio, indústria e habitação. O PDLI concebe para o desenvolvimento local pela teoria de François Perroux e os “pólos de crescimento”. Segundo este, o desenvolvimento não se expande por todo o país e suas regiões, concentra-se nos “pólos de crescimento”.

Identificando o desenvolvimento enquanto um processo exclusivamente polarizado no econômico, o teórico francês afirma que o desenvolvimento econômico é função de um certo grau de industrialização, sendo esta processada de forma delimitada, polarizada em um espaço geográfico.<sup>276</sup>

Portanto, para o desenvolvimento local integrado, e integrador da economia local à totalidade do país, a indústria teria a função motriz<sup>277</sup>, de associar os setores municipais, sejam o primário, secundário e terciário, integrando-os, também, à economia baiana e nacional. A solução para o município é técnica-racional.

O projeto definia qual a concepção de cidade do governo municipal, propondo um projeto político definidor dos seus rumos. Os texto do PDLI e os discursos do Folha do Norte expressam uma visão onde a velha cidade passaria a ser organizada.

Os conflitos deveriam ser superados pelo esclarecimento do povo. O jornal expressava bem quando no ano de 1968 tentava acordar o povo para a modernização urbana da cidade;

<sup>274</sup> FREITAS, Nacelice Barbosa. **Urbanização em...**op. cit. p.120.

<sup>275</sup> CHOAY, François.O Reino do Urbano e a Morte da Cidade. IN: **Projeto História:** Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da PUC-SP, nº 18, 1999.p.70.

<sup>276</sup> SANTOS, Alane Carvalho. **Feira de Santana nos tempos da modernidade: o sonho da industrialização.** UFBA, 2002. p.35.

<sup>277</sup> Para uma discussão mais aprofundada das teorias que envolvem o PDLI e sua consonância com perspectivas nacionais, ver SANTOS, Alane Carvalho. **Feira de Santana nos tempos da modernidade: o sonho da industrialização.** UFBA, 2002 & FREITAS, Nacelice Barbosa. **Urbanização em Feira de Santana.** Salvador: s.n., 1998.

A falta de divulgação das intenções da URBIS e seu plano de vendas, acrescido da confusão que se estabeleceu nas suas vendas (...) Tem ocasionado várias dúvidas que muitas vezes não estão livres da influência maléfica dos derrotistas, dos que raciocinam como “Jeca Tatu” e dos que pensam diminuir aos olhos do povo uma grande obra com maledicência dos incapazes, dos que julgam tapar o sol com o dedo. O núcleo habitacional terá Igreja, praça, açougue, mercado, e espaço para recreação infantil além de escolas e linhas de transporte.<sup>278</sup>

As oposições, ou melhor, derrotistas, são maléficis por não tratarem a verdade que são os benefícios da URBIS, HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO DA BAHIA, autarquia do governo do estado criada em 1965, e responsável pela construção de núcleos habitacionais como a Cidade Nova. Era presidida pelo ex-prefeito Joselito Amorim.

### ***A cidade racional e a modernização em obras como política de classes.***

Na modernização da cidade, o controle social era um dos focos da administração. Uma higienização que produzisse resultados esperados: o domínio das “classes rebeldes”, e um belo centro urbano que trouxesse divisas para o município e seus empresários, seriam focos do novo empreendimento. Novos padrões morais que não eram tão novos foram reproduzidos no jornal Folha do Norte, que traduzia bem as exigências de setores da sociedade por uma “nova cidade”. A moralização das ruas e dos becos era prevista por uma limpeza urbana que exigia a retirada da prostituição. “A rua do meio outrora centro de baderna desapareceu varrida pelo comércio e vem sendo vencida pelo progresso...”<sup>279</sup>. O progresso venceria tudo o que representasse o velho ou inadequado. O jornal ainda prevenia;

Segundo declaração do delegado Osvaldo Franco, as mulheres de vida airada sofrerão confinamento até as 23 horas e os diversos estabelecimentos existentes em becos e travessas têm o prazo de 30 dias para fechar.<sup>280</sup>

Porém, a principal característica do governo de João Durval é a intensificação de obras públicas. Ampliação de bairros, organização de infra-estrutura para seu projeto

<sup>278</sup> Folha do Norte, 30/11/1968.

<sup>279</sup> Jornal Folha do Norte, 19/08/1967.

<sup>280</sup> Idem.

norteador, que seria a do Centro Industrial do Subaé. Sua articulação com o governo do estado permitiu a construção de uma adutora para trazer água do rio Paraguaçu. Em 1969, a ELETROBRÁS implanta o sistema de abastecimento de energia pela Usina de Paulo Afonso, em 1968 já tinha sido inaugurada a escola do SENAI. A URBIS havia construído até 1971, mais de 1666 casas<sup>281</sup>, a TELEFEIRA havia instalado quase duas mil linhas telefônicas.

A educação também era um ponto previsto no seu projeto, esta deveria ser modernizada e ampliada, por isso a chegada em 1968 da primeira escola superior, e em 1970 a aprovação da lei feita pelo então governador Luis Viana, para criação da Universidade de Feira de Santana, além de reformas de escolas e construção de teatro na cidade.

No período em que esteve na prefeitura, João Durval cultivou a imagem de um prefeito obreiro. Estes atos são questionados aqui, quanto a sua função ideológica. A ampla promessa de novas obras, constantemente relatada, principalmente no Jornal Folha do Norte, em todo seu processo de planejamento e execução, tem uma funcionalidade para amortizar os conflitos existentes e legitimar um modelo econômico, político e social. Em tempos de ditadura onde a população tinha pouco espaço para lutar pelo direcionamento dos investimentos do Estado e municípios, as moradias populares, através do BNH eram usadas “(...) como forma de cooptação da classe trabalhadora, como instrumento político, econômico e ideológico”<sup>282</sup>, pois, “Um dos mecanismos empregados pelo Estado para consubstanciação hegemônica adotada em 64 é a política habitacional”, ”O Estado vê na habitação popular um meio que atende a demanda popular e ao mesmo tempo um meio de amenizar o conflito entre forças produtivas e as relações de produção”<sup>283</sup>. O Estado se afirmou como mediador do conflito social, ou melhor, como instrumento usado neste conflito para favorecer um grupo no poder, sabendo o grupo que dirigia o Estado que não se estabeleceria o domínio político sem a adesão de trabalhadores, sem a cooptação através de programas de beneficiamento destes. Os grupos dirigentes elaboraram estratégias em um Estado ampliado de hegemonia. Compreendemos que

---

<sup>281</sup> FREITAS, Nacelice Barbosa. **Urbanização em...**op. cit. p. 114.

<sup>282</sup> OLIVEIRA, Eliacy Eduarda. O Desigual Combinado na Urbanização em Feira de Santana IN: Conselho Regional de economia, 5. **Reflexões de Economistas Baianos**. Salvador CORECON, 2005. p.104.

<sup>283</sup> PERUZZO, Dilvo. **Habitação: Controle e Espoliação**. São Paulo: Cortez,1984. p.38-39.

O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa; mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica.<sup>284</sup>

Nesta definição que assumimos do estado moderno, podemos identificar nas análises realizadas estas estratégias dentro do campo de atuação políticas de grupos dirigentes, como fundamental para estabelecimento /ou manutenção de uma ordem.

Com os elementos discursivos e as obras relacionadas à urbanização, os grupos locais no poder buscavam a hegemonia, pelo consenso e coerção sob um Estado em ditadura civil/militar, que reprimia qualquer suspeição de oposição por parte dos trabalhadores que ameaçasse as bases das classes dirigentes no país. Como consequência, foram censurados vários mecanismos políticos de participação popular.

João Durval dispunha de aparelhos e organismos de classe para estabelecer uma hegemonia. Valente<sup>285</sup>, referindo-se aos agentes sociais que tiveram por iniciativa a industrialização e a modernização em Feira, demonstra o papel importante do governo e seus mecanismos de poder. Aponta questões pertinentes para compreender a posição central que João Durval tem como um dos articuladores do projeto, com o pedido de montagem de um Plano de Desenvolvimento Local Integrado. Seguindo, faz um recuo temporal na pesquisa, para entender as entidades de classes e os setores sociais que enfrentam a tarefa, e mesmo sem experiência formam um grupo de industriais. À frente disto, João Durval, que nas palavras de Valente “(...) se assemelha ao que Gramsci chama de “político em ato”, aquele que se coloca como “um criador, um suscitador, mas não cria a partir do nada nem se move na vazia agitação dos seus desejos e sonhos”, este “toma como base a realidade efetiva”.<sup>286</sup>

No mesmo texto, Valente traz uma reflexão sobre o Rotary Club e o papel aglutinador para classes dirigentes e, a propagação do americanismo para transformar

<sup>284</sup> GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Vol.3 p. 48.

<sup>285</sup> VALENTE, Andrei de Brito. **Estado e direção de classe**: algumas reflexões sobre o processo de industrialização em Feira de Santana. Comunicação apresentada no I Seminário Anual do Laboratório de História e Memória da Esquerda e das Lutas Sociais. Feira de Santana, UEFS, 2006. p.7.

<sup>286</sup> VALENTE, Andrei de Brito. **Estado e direção de classe**: algumas reflexões sobre o processo de industrialização em Feira de Santana. Comunicação apresentada no I Seminário Anual do Laboratório de História e Memória da Esquerda e das Lutas Sociais. Feira de Santana, UEFS, 2006. p.7.

Feira em uma cidade industrial, pois, segundo Gramsci um órgão de (...) “difusão de um novo espírito capitalista (...)”.<sup>287</sup>

O “americanismo” torna-se manifesto ao fim do governo Joselito Amorim. Em 1967, antes da chegada de Durval ao poder executivo, Feira passava a ser enunciada em discursos como cidade imponente e grandiosa que mereceria reconhecimento. Um dos primeiros textos do ano de 1967 do jornal Folha do Norte mostra os caminhos das representações criadas sobre a cidade “capital do interior” baiano. Durante a visita de uma americana do departamento de Estado dos EUA, lê-se no Folha do Norte: “Importante visitante que vem conhecer e prestigiar **a maior obra administrativa do interior brasileiro**”<sup>288</sup>. Vem a Feira Miss Reulah Confer, a convite de Juracy Magalhães e do prefeito. Com um sentimento de uma cidade que se quer fazer grande como uma metrópole e importante como uma capital, o jornal reivindica. O texto revela apreço pela importância de tal visita, demonstrando, de certa forma, a nova referência de ideal de civismo do colunista feirense, baseado na maneira norte americana de governo, sociedade e economia, contrariando o ideal comunista que tinha como referência a ex-União Soviética, o que pode nos indicar um anseio de um grupo da elite local. Só não descreveu detalhadamente qual grande obra era esta. Suspeitamos que se tratasse de um discurso que é produzido em meio a um novo modelo nacional ao qual Feira se adequa e, também, uma maneira de formar bases de apoio a esse novo momento. Não conseguimos identificar nesta pesquisa se este americanismo é parte do mecanismo de hegemonia, mas por outro lado, está sempre presente em discursos que visam respaldar a ordem estabelecida.

João Durval é o “intelectual orgânico” de uma modernização, procura dar coesão às classes nos seus projetos à frente da prefeitura, a coesão no plano político e social. Pacheco<sup>289</sup> faz um estudo sobre os projetos modernizadores e higienizadores que pressupunham a retirada da tradicional feira do centro da cidade para transferi-la para um centro de abastecimento.

No período de Durval, desde 1967, se intensificam os discursos de higienização do centro da cidade sobre a necessidade da transferência da feira que representava algo velho, “(...) representantes de entidades de classes e representantes dos poderes

<sup>287</sup> GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976. p.176.

<sup>288</sup> Jornal Folha do Norte. 14. 01.1967(Grifo Meu)

<sup>289</sup> PACHECO, Larissa Penelu Bitencourt. **A feira e a nova Feira: tradição, costume e conflito em Feira de Santana-BA 1967-1977**. Monografia apresentada no curso de especialização em História da Bahia, Feira de Santana UEFS, 2007.



municipais e intelectuais com certo poder de voz na cidade (...)”<sup>290</sup>, reclamavam da feira. Pacheco afirma que esta higienização sintetizada no projeto CABANA (1968), estava atrelada à necessidade dos comerciantes de terem suas vitrines limpas e expostas para atrair a clientela. A Associação Comercial<sup>291</sup> demonstrava o novo caminho do comércio que se relaciona com os espaços urbanos, como em 1968:

enviou a Associação Comercial de Feira de Santana ofício de apoio ao deputado estadual Oscar Marques por este haver indicado a Mesa da Assembléia do Estado a construção de prédios apropriados para a localização dos serviços policiais bem como da Cadeia Pública.<sup>292</sup>

Em 1969, o Folha do Norte reconhecia esforços do prefeito para solucionar a questão; “ao que parece está procurando dar uma solução ao problema”<sup>293</sup>. Os espaços deveriam ser definidos por grupos sociais, é assim que o PDLI define lugares de trabalhadores, comerciantes e etc.

O projeto CABANA demonstra como João Durval era um articulador e porta voz no Estado, não somente para a classe industrial emergente, mas para um setor de comerciantes, cumprindo um papel de intelectual intra-classe dominante, ou seja, representando e articulando vários setores, mesmo com um papel mais central no projeto industrial.

Os jornais falavam muito da necessidade de transformação da cidade, de uma série de elementos que a modernizariam. Antes da vinda da Faculdade, o Folha do Norte trazia muitos discursos de como Feira para atingir o padrão que merecia precisava do ensino superior, necessidade expressa na coluna de Raymundo Pinto.<sup>294</sup> O projeto de Durval precisaria ser acolhedor para vários setores das classes dominantes e dominadas, o consenso deveria ser buscado entre esses setores para a modernização na Feira de Santana. A cidade é pensada a partir de concepções que dentro das relações sociais de força, representam os setores dominantes, pois, “o desenvolvimento atinge a todos, tanto os que comandam a expansão (o Estado e a classe empresarial) como os que cooperam com ela (a população em geral) e os que são posteriormente por elas

<sup>290</sup> Idem, p.14.

<sup>291</sup> Em 1962, é fundada a CDL (Câmara de Dirigentes Lojistas).

<sup>292</sup> OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. **Feira de Santana em Tempos de Modernidade: olhares, imagens e práticas do cotidiano. (1950-1960)**. Universidade Federal de Pernambuco, 2008. p.177. A Cadeia Pública se localizava no centro comercial da cidade.

<sup>293</sup> Folha do Norte, maio de 1969 apud OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. **Feira de Santana...**p.177.

<sup>294</sup> Jornal Folha do Norte 13/05/1967 na coluna Educação e Cultura, Raymundo Pinto elogia o pedido de Fernando Pinto de uma Faculdade de Filosofia, em 20/05/1967 faz outro pedido de Faculdade.

incorporados (a população desempregada e marginalizada)”.<sup>295</sup> O Plano de Desenvolvimento Local e Integrado entra em cena como meio de conseguir a hegemonia, domínio político, para frações das classes locais. “O PDLI instituiu normas técnicas e jurídicas para sua implementação, obrigando não apenas os particulares, mas também o poder público”<sup>296</sup>. Assim procuramos

“desmascarar” a verdadeira função do planejamento, entendido que através do intervencionismo e do regulacionismo estatal, segundo vários autores, tinha o intuito de tentar manter na cidade as necessidades do capitalismo, ou seja, manter condições favoráveis, seja a longo ou médio prazo, o *status quo* capitalista.<sup>297</sup>

---

<sup>295</sup> SANTOS, Alane Carvalho. **Feira de Santana nos tempos da modernidade: o sonho da industrialização**. UFBA, 2002. p.108.

<sup>296</sup> CAMARA, MARCOS PARAGUASSU A; FRANK, HAROLDO; SEMINARIO SOBRE O DESENVOLVIMENTO DE FEIRA DE SANTANA; (1; 1984; Feira de Santana). **Legislação urbanística em Feira de Santana**. Salvador: 1985. INTERURB,

<sup>297</sup> OLIVEIRA, Eliacy Eduarda. O Desigual Combinado na Urbanização em Feira de Santana IN: Conselho Regional de economia, 5. **Reflexões de Economistas Baianos**. Salvador CORECON, 2005. p.70.

## CAPITULO 3

### *O futuro do passado*

A memória é a vida, sempre guardada pelos grupos vivos em seu nome, ela está em permanente evolução, aberta a dialética da lembrança e do esquecimento, inconscientes de suas deformações sucessivas e de súbitas revitalizações.<sup>298</sup>

### *O trabalho de enquadramento da memória pós-64.*

Momentos atrás pontuamos a importância de um mecanismo de busca de hegemonia articulado pela UDN/ARENA tendo como um de seus grandes alvos como a competição com a memória da gestão de Francisco Pinto. Esse mecanismo foi o “trabalho de enquadramento”<sup>299</sup> da memória de uma referência positiva da gestão de Joselito Amorim e João Durval. A memória também é vítima de tecnologias de poder, objeto importantíssimo para estabelecimento de qualquer dominação política, pois ela tem por função a construção e manutenção de identidades, pertencimentos a grupos sociais e é fundamental para assentar as bases das identidades nacionais e locais.

A memória é compreendida como a interação dialética entre a lembrança e o esquecimento e, nesta interação é que mecanismos de enquadramento são constituídos com finalidades políticas que podem ser identificadas pela análise adequada, como afirma Pollak:

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações e etc.<sup>300</sup>

---

<sup>298</sup> Decca, Edgar de. Memória e Cidadania. IN: **O direito da memória: patrimônio histórico e cidadania.** DPH, SP, 1992, p. 130-131

<sup>299</sup> POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos.** Vol. 02, n. 03, 1989.

<sup>300</sup> Idem, p. 08.

Era função de governo garantir um lugar positivo na memória coletiva local contra aquela alusão de gestão municipal que seria sua maior opositora. Estamos nos referindo ao governo de Chico Pinto. A sua aproximação com a população através da criação de meios para gestão participativa gerou expressiva popularidade que já mencionamos no primeiro capítulo. Essa popularidade seria, possivelmente, um dos motivos que levaria a ARENA perder a eleição municipal para prefeito em 1976 para o MDB, que governaria a cidade daí em diante até o ano de 1982.

Francisco Pinto representava o mal a ser combatido e era o principal opositor de João Durval, sua base aliada ligada aos movimentos sociais na cidade faziam de si uma liderança popular. É preciso lembrar que o trabalho de enquadramento da memória era necessário não somente para definição de disputas locais, mas também regionais e nacionais. O novo regime deveria estabelecer suas referências, e localmente a resolução deste conflito da memória deveria ser realizada conjuntamente com a base aliada, apoiadores do golpe, principalmente a velha UDN.

Diversas são as defesas realizadas pelo regime, através dos adesistas locais, do processo revolucionário de restabelecimento da segurança do país e da cidade contra o perigo vermelho. São vários os sujeitos que sustentam a versão otimista do golpe e do novo regime, sujeitos que atuam na esfera do debate público e muitas vezes da perseguição generalizada daqueles que potencialmente, para eles, seriam inimigos da nova ordem. Assim notamos alguns colunistas que como Hugo Silva, também vereador, assumiu para si o papel de defensor da nova ordem. Outros podem ser discriminados pelo seu importantíssimo papel como Helder Alencar e o colunista social do Folha do Norte, Emme Portugal.<sup>301</sup> Helder ainda se afirmava comunista até quando o partidão (PCB) acolhe a decisão de apoiar nas eleições para prefeito em Salvador em 1962, Osório Vilas Boas ao invés de Virgildásio Sena.<sup>302</sup> O que sabemos é que Helder Foi responsável por uma coluna anticomunista no Folha do Norte.

O jornal Folha do Norte, o Jornal Situação e o Feira Hoje, eram fornecedores de quadros e pontos de referências dessa busca de enquadramento de uma memória positivada do golpe e das gestões pós-golpe da UDN/ARENA.

---

<sup>301</sup> Há algumas especulações midiáticas que diziam que os textos de Emme Portugal eram, na verdade, escritos pela esposa de João Durval, Yeda Barradas Carneiro. Entrevista com Helder Alencar, <http://www.blogdafeira.com.br/noticia.asp?id=5184> visto em 18 de agosto de 2010.

<sup>302</sup> DIAS, José Alves. **Rumo ao Palácio: as estratégias de dominação dos espaços políticos na Bahia durante a ditadura (1966-1982)**. UFRJ, 2009, p.18. (Tese).

Um dos mais vigorosos momentos de enquadramento de memória aconteceu com o tema do Ginásio Municipal. Já descrevemos como a disputa por educação pública gerou conflitos entre sujeitos subalternizados organizado na sociedade civil. Apoiado na gestão de Chico Pinto, grupos sociais disputaram a construção do Ginásio Municipal, provocando a resistência da parte da oposição udenista no início da década de 1960 para aprovação do projeto. Segundo Ana Maria Fontes

Para fazer silenciar a memória incômoda, elaboram-se e reelaboram-se estigmas e símbolos de maior efeito persuasivo. A primeira iniciativa para apagar a gênese do Ginásio Municipal da história da cidade e, ao mesmo tempo, o projeto político que lhe tornara possível, ocorreu em 1966, com a ampliação das suas instalações.<sup>303</sup>

A proposta de ampliação viria do próprio executivo municipal, porém, a sugestão de nomeação de Ginásio Municipal Professor Joselito Amorim<sup>304</sup>, partiria do vereador Godofredo Filho, um edil que encontramos poucas vezes em grandes debates ou mesmo propondo projetos, mas famoso por suas poesias.

(...) em 1966, é “homenageado” com o nome de um dos políticos enfileirados no partido político União Democrática Nacional (UDN) que, no momento imediatamente anterior, assumiram a posição de combatentes contrários àquelas lutas na preservação de interesses privados, na área da educação, em benefício de aliados políticos.<sup>305</sup>

Ana Maria chama atenção para o monopólio privado do acesso à educação, neste caso o dono do ginásio privado era Áureo Filho, também filiado a UDN. Em 1968 ainda vemos a disputa no trabalho de enquadramento em sua tentativa de efetivação de resultados, Hélio Barbosa, que no período de 1968 é colunista do Folha do Norte, espaço repleto de textos em oposição clara os movimentos sociais, publica um escrito descrevendo a sua versão sobre a fundação do Ginásio Municipal, enaltecendo os professores e militares e a autoridade na educação. Destacando alguns ambientes físicos disciplinares da escola, como a sala da repressão, ressalta o colunista que “obedecendo se aprende mandar”.<sup>306</sup>

<sup>303</sup> SANTOS, Ana Maria Fontes dos. O ginásio municipal no centro das lutas populares em Feira de Santana (1963-1964). *Revista Sitientibus*, nº 24, Feira de Santana, UEFS, 2001, p. 32.

<sup>304</sup> Projeto de Resolução nº 66/66. Ata da 1º Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Feira de Santana. 12/04/1966.

<sup>305</sup> Idem, *Ibidem*, p.33.

<sup>306</sup> Folha do Norte, 17/08/1968.

O Ginásio Municipal é apenas um dos temas em que se ocuparam o adesistas do golpe e do projeto de modernização local. Frequentemente tiveram oportunidade de exaltar as realizações da gestão de Joselito Amorim, mesmo que tenham se esforçado menos do que em relação à gestão posterior. O jornal Situação, fundado em 1967 e que tinha como Superintendente Antônio José Laranjeira, também Diretor de Turismo do Governo de João Durval, elogiava a gestão de Amorim pronunciando, neste mesmo ano, que “os trabalhos executados na gestão do Prefeito Joselito Amorim, já é{SIC} comentado nos altos círculos governamentais do país”.<sup>307</sup> O prefeito recebeu elogios de outras formas, em discursos de vereadores e etc. O proferido diálogo com a classe operária e estudantil, estimado pelo Folha do Norte são exemplos de trabalho de enquadramento de memória. Enquanto o jornal pronunciava este discurso, militantes eram presos e acusações de subversão eram feitas. Segundo o Pollak:

Esse trabalho de enquadramento da memória tem seus atores profissionalizados, profissionais da **história**<sup>308</sup> das diferentes organizações de que são membros, clubes e células de reflexão.<sup>309</sup>

Na cidade conseguimos identificar um representante destes profissionais da História. Raymundo Pinto, Secretário de Educação do governo de João Durval e também colunista do Folha do Norte. Em 1971 ele publicou um livro intitulado “Pequena História de Feira de Santana”. Obra que resumidamente trata, principalmente, da experiência política institucional da cidade na segunda república. Trata-se de uma análise sintética do autor sobre a gestão de prefeitos e interventores do município até o ano de lançamento do texto, documento privilegiado para reconhecermos o ambiente cultural de busca de um consenso sobre a ditadura e a gestão no executivo municipal entre 1967 e 1971. A estratégia textual é um diálogo realizado entre o autor e uma personagem, Zé, sobre a História política do município. O texto de fácil entendimento parecia ser voltado para um público em idade escolar, talvez um livro didático, bastante apelativo.

Em seus capítulos um chama atenção para nosso estudo, o que analisa a história do tempo presente do autor. Raymundo Pinto nos oferece uma reflexão tendenciosa

---

<sup>307</sup> Situação, 02/03/1967.

<sup>308</sup> Grifos meus. Desconfiei que talvez o termo fosse História, referindo-se a produtores de textos. Pode haver um erro de tradução.

<sup>309</sup> POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**. Vol. 02, n. 03, 1989.p. 09.

sobre a ditadura de 1945 e a “revolução” de 1964. Getúlio Vargas recebe referências mais incisivas seu papel enquanto ditador que os presidentes militares pós-golpe.<sup>310</sup>

O texto é bastante educativo, composto por concepções de honestidade e referência ao progresso da cidade, esta sempre sendo mencionada em acordo com a importância que lhe era dada pelos jornais, governos e grupos civis, como na passagem em que fala sobre o exército, “vale registrar que, também em 1968, o Exército Brasileiro, reconhecendo a importância da nossa cidade, instalou aqui um Batalhão de Infantaria, o 35º BI”<sup>311</sup>, coincidentemente o ano de lançamento do Ato Institucional nº 5, momento de intensificação das perseguições do regime que tem seus efeitos sentidos na região.

Os capítulos que tratam respectivamente do governo de Chico Pinto e Joselito Amorim, são bastante breves sem contar muitas realizações dos prefeitos, por outro lado a gestão do jovem João Durval é muito bem tratada; “Duvido que um velho tivesse feito mais que ele”<sup>312</sup>. O argumento é sempre usado em forma de comparação, João Durval era o futuro, todos os outros, mesmo que aliados, pertenciam ao passado da cidade, pois, a cidade havia crescido de “1960 a 1970” “cerca de 100%”<sup>313</sup>, porém toda essa explosão de amadurecimento foi concentrada principalmente no governo de João Durval. O prefeito havia inaugurado o tão procurado Sistema de Abastecimento de água do Paraguassu, “Uma grande obra que resultou, todavia, dos esforços do Prefeito anterior e o apoio decisivo do ex-governador Luis Viana”.<sup>314</sup>

São várias as realizações de João Durval citadas em capítulo sobre sua gestão, como a construção de casas populares, a sanção da lei, por parte do governador do Estado, que criava a Universidade de Feira de Santana, a Faculdade de Educação que já funcionavam os cursos de Letras e Estudos Sociais desde 1968 dentre outras obras. São bem pontuados como mais importante em sua gestão, o planejamento, a indústria e o crescimento do comércio. Sobre a penúltima dizia que “Um município pode ser grande e ter muita terra inaproveitada. Enquanto um bem pequeno, se tiver muitas indústrias, por exemplo, será várias vezes mais importante”<sup>315</sup>.

---

<sup>310</sup> Ver: PINTO, Raymundo A.C. **Pequena história de Feira de Santana**. Feira de Santana: Sicla, 1971, p.64 e 70. Ver também a introdução da obra.

<sup>311</sup> Idem, Ibidem, p. 60.

<sup>312</sup> Idem, Ibidem, p.63.

<sup>313</sup> Idem, Ibidem, p.98.

<sup>314</sup> Idem Ibidem, p. 57.

<sup>315</sup> Idem, Ibidem, p.47.

Conseguimos concluir nestas análises que havia um critério fundamental para o enquadramento de uma memória local sobre o golpe e seus governos conseqüentes na esfera local principalmente, a exaltação da gestão principalmente de João Durval em oposição crítica a de Chico Pinto, tendo como meio o emudecimento de projetos que eram opositores da UDN/ARENA, assim é que são silenciadas as perseguições, prisões, torturas e qualquer forma de expressão cultural que os deixassem, os dominantes, em posição de ameaça. A estratégia discursiva sempre passava pela afirmação do progresso efetivo que ocorria no município contra o silenciamento de oposições<sup>316</sup>.

### ***O endurecimento do regime: testemunho de acusações e o ataque as oposições.***

Em 1968 há um endurecimento do regime militar/civil no país.<sup>317</sup> Com fim do governo Castelo Branco e sucessão de Costa e Silva o regime ganha novas orientações sobre a questão da perseguição política e torturas. É um momento onde vários grupos de oposição ao regime, optam pela luta armada, tomando para si a tarefa de enfrentar o sistema com a vida. Neste ínterim é que o regime demonstra também reações mais duras, que segundo Carlos Fico não podem ser justificadas como sendo uma contra-reação à oposição,

Havia, desde o início do regime militar, a vontade, por parte dos setores mencionados da linha dura, de constituição de um aparato global de controle da sociedade, tanto quanto, aliás, a opção de parte da esquerda pela “luta armada” antecedeu o próprio golpe de 1964.<sup>318</sup>

Concordamos com Fico, o regime endurece sobre a influência de frações que sendo parte deste conseguem alinhar seu projeto dentro da formalidade legal. A

---

<sup>316</sup> Para ler sobre oposições ao regime e ao governo da UDN/ARENA em Feira de Santana ver: SANTOS, Claudiana Ferreira. **O golpe Civil/Militar de 1964 em Feira de Santana: Visões e Versões de Militantes.**, Feira de Santana, 2009. (monografia) & MIRANDA, Luciana de Oliveira. **Em Busca da Memória: Práticas e Representações do Movimento Estudantil em Feira de Santana (1964-1969).** Feira de Santana UEFS, 2001. (monografia)

<sup>317</sup> São exemplos: GASPARI, Elio. **A Ditadura escancarada.** Vol. 2, São Paulo: Companhia das Letras, 2003. & FICO, Carlos. **Além do Golpe: Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar.** Rio de Janeiro: Record, 2004.

<sup>318</sup> FICO, Carlos. **Além do Golpe: Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar.** Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 81-82.



“Operação Bandeirantes” (OBAN) surge neste momento com a intenção clara de ter maior autonomia legal em relação às torturas e a perseguição dos ditos opositores. O documentário “Cidadão Boilesen”<sup>319</sup> conta a história de administrador dinamarquês naturalizado brasileiro que se torna presidente da empresa “Ultragaz”, e de seu envolvimento com os militares e a tortura no país.

No vídeo citado, aparece depoimento de ex-militares como do Coronel Erasmo Dias que confirma a associação entre militares e setores privados empresariais que arrecadavam recursos financeiros para a manutenção das atividades da OBAN. O vídeo defende tese da participação de Boilesen como caixeiro, homem que atuavam diretamente no contato entre militares e empresários para arrecadação de fundos, chamando a atenção o perfil psicológico de alguém que tinha como prática a visitação a torturas de acusados de subversão.

O mais importante, é a referência a associação necessária entre militares e civis para o combate às oposições ao regime. Em Feira de Santana o regime instalado em 64, volta sua atenção para o potencial de subversão social que a cidade demonstrava ter. O governo Chico Pinto e seus aliados são as primeiras vítimas da nova política, sendo que o regime em seu nível nacional e de seus dirigentes máximos (militares), necessitavam de adesistas que sustentassem o modelo. Assim na criação do modelo CODI-DOI entram as polícias Estaduais junto com a estrutura militar do país. Antes mesmo disso temos a experiência do Serviço Nacional de Informação que contava com elementos da sociedade civil para seu pleno funcionamento.

Sempre foi necessário, para consolidação da ditadura o esforço civil para gerir o regime. A deposição de Chico Pinto e sua base aliada na cidade, estão intimamente ligadas à solicitação da Câmara de Vereadores e a influência do exército. Nessa conjuntura, Hugo Navarro desenvolveu papel impar quando recomenda a deposição do prefeito articulado a justificativa de perigo a ordem nacional e local, diga-se perigo a manutenção da ordem capitalista, eles foram acusados de comunismo, que em tese é a superação do sistema capitalista.

Durante todo o regime militar a cidade é tida como suspeita devido a sua herança perturbadora que tem continuidade com sujeitos que passam a ocupar papéis importantes em movimentos de vanguarda armada. “Tratando-se de VAR-Palmares, as bases desta no interior espalhavam-se pelas cidades de Cruz das Almas, Feira de

---

<sup>319</sup> **Cidadão Boilesen** (Brasil/ 2009, 92 min.) - Documentário. Direção de Chaim Litewski.

Santana, Vitória da Conquista...”<sup>320</sup>, também são encontradas na cidade membros do MR-8, como Luis Antônio Santa Bárbara morto em 1871 quando encorpava as forças guerrilheiras do Capitão Carlos Lamarca, “A cidade de Feira de Santana foi a principal base do MR-8, além da capital baiana”.<sup>321</sup>

O município de Feira está cheio de exemplos que solidificam as suspeitas militares, mas nos interessa neste momento o apoio recebido por estes para o ataque às oposições. Apoio que gera uma relação de troca muito clara para nós, a delação de suspeitos e sua posterior perseguição, prisão e/ou tortura, tinha como resultado local a diminuição das atividades contrárias a gestão e, ao mesmo tempo, a criação de uma relação de proximidade entre militares e civis na cidade que não podemos neste momento avaliar.

No ano de 1968 começam a ser realizadas agitações políticas por parte de estudantes no município que coincidem com o assassinato do estudante Edson Luis. Além da denúncia, são incorporados outros pontos pautados por alunos do Colégio Estadual. No dia 24 de julho os estudantes haviam parado para reivindicar “laboratório para aulas práticas de Física, Química e Biologia, atualização salarial de tarefeiros e alguns professores e ainda substituição de professôres que apontavam como incapazes”.<sup>322</sup> A testemunha era a diretora da escola que delatava que esse tipo de atividade acontecia desde 1964 quando esta ainda não ocupava o cargo referido, e que inclusive no ano de 1969 realizaram uma assembléia geral dirigida por um professor de Biologia, a qual foi convidada a participar, porém ela provocou a sua dissolução.<sup>323</sup> Dentre os nomes que podemos citar nas acusações de subversão aparecem o do vereador pelo MDB, Luciano Ribeiro, e o do estudante Luis Antonio Santa Bárbara. Um fato chama atenção para compor nosso argumento principal desta dissertação, a ligação da ex-diretora do colégio estadual com a gestão da ARENA na cidade. Ela já havia ocupado o cargo de vereadora em 1966, quando assumiu em suplência de Hugo Navarro

---

<sup>320</sup> SOUZA, Sandra Regina Barbosa da Silva. Bandeira vermelha: aspectos da resistência armada na Bahia. IN: ZACHARIADES, Grimaldo Carneiro. (Org.) **Ditadura Militar na Bahia: Novos Olhares, Novos Objetos, Novos Horizontes**. Salvador: EDUFA, 2009, p. 137.

<sup>321</sup> Idem, Ibidem, p.143.

<sup>322</sup> Ofício enviado da Diretora do Colégio Estadual ao Sr. Major Encarregado do IPM. Feira de Santana – Bahia, 11 de abril de 1969. Arquivo Edgard Leuenroth, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFICH.Fundo Brasil Nunca Mais no processo numero 307-BNM – UNICAMP.

<sup>323</sup> Ofício enviado da Diretora do Colégio Estadual ao Sr. Major Encarregado do IPM. Feira de Santana – Bahia, 11 de abril de 1969. Arquivo Edgard Leuenroth, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFICH.Fundo Brasil Nunca Mais no processo numero 307-BNM – UNICAMP.

que solicitou sua exoneração para ocupar outro cargo público. Foi a primeira vereadora do município. Pertencente à ARENA, desenvolve durante o governo João Durval o papel de testemunha e delatora de atividades subversivas praticadas pela oposição. Situação interessante ocorreu quando ela foi interrogada sobre a ligação de Luciano Ribeiro com o ex-prefeito Francisco Pinto, se este era porta voz dele, ela “respondeu que não pode afirmar, mas sabe que existe ligação entre ambos, por ser o ex-prefeito deposto, presidente do (partido)”.<sup>324</sup>

O caso de processo mais emblemático para nossa pesquisa foi o de Luciano Ribeiro, que à época era vereador e estudante. Na posse de João Durval, Ribeiro realiza um discurso que foi considerado subversivo. Segundo o relato da condenação final deste, ele ainda,

deixou as suas obrigações de Edil para, utilizando sua experiência política e a sua condição de estudante da Faculdade Estadual de Educação, incitar a SUBVERSÃO DA ORDEM POLÍTICA, no meio estudantil.<sup>325</sup>

O discurso na posse de João Durval foi encontrado nos autos do processo como prova de suas atividades. Neste discurso Luciano reconhece a entrada democrática de João Durval no executivo, “eleito pelo voto direto do povo deste município”<sup>326</sup>, porém, ressalva que isso não queria dizer que ocupava uma função “em nome da maioria”<sup>327</sup>, pois a maioria se quer votava na cidade e no país. Muitos tinham essa atitude de não o fazer assim para demonstrar sua indiferença ou mesmo discordância com o regime e mais aqueles que não votavam pela imposição do regime de “exceção” segundo o mesmo.

Luciano demarcava seu lugar de oposição em relação à nova gestão e seu antecessor, disse que sua eleição para vereador, diferente da ARENA,

---

<sup>324</sup> Aqui o documento fica ilegível, mas supomos que o termo seguinte seria MDB, que era presidido por ele naquele momento. Ofício enviado da Diretora do Colégio Estadual ao Sr. Major Encarregado do IPM. Feira de Santana – Bahia, 11 de abril de 1969. Arquivo Edgard Leuenroth, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFICH. Fundo Brasil Nunca Mais no processo número 307-BNM – UNICAMP.

<sup>325</sup> AUDITORIA DA 6ª REGIÃO MILITAR. EXÉRCITO, MARINHA E AERONÁUTICA. PROCURADORIA MILITAR, Fl. 5, Salvador, 03 de novembro de 1969. Arquivo Edgard Leuenroth, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFICH. Fundo Brasil Nunca Mais no processo número 307-BNM – UNICAMP.

<sup>326</sup> Discurso de Luciano Ribeiro na posse do prefeito João Durval Carneiro, 07 de abril de 1967. Arquivo Edgard Leuenroth, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFICH. Fundo Brasil Nunca Mais no processo número 307-BNM – UNICAMP, p.01.

<sup>327</sup> Discurso de Luciano Ribeiro na posse do prefeito João Durval Carneiro, 07 de abril de 1967. Arquivo Edgard Leuenroth, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFICH. Fundo Brasil Nunca Mais no processo número 307-BNM – UNICAMP, p. 01. Em 1968 Luciano afirmou que a eleição foi fraudulenta. Ver: Ata da 8ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Vereadores. 09/05/1968.

serviu para assinalar e representar a vontade abafada dos brasileiros deste município, tolhida já por força do regime em que vivemos agravada com o movimento político militar, de abril de 1964. A nossa eleição foi um protesto contra aqueles que distorceram de tal maneira as coisas, que ser patriota e defender honestamente os interesses do país, passou a ser crime. A nossa eleição foi um protesto contra aqueles que prenderam os estudantes porque estudavam o nosso país, e prenderam os professores porque ensinavam a mar o Brasil.<sup>328</sup>

Dando continuidade a crítica ao regime, o Edil é mais enfático e diz que,

Substituiu-se o amor entre homens de uma mesma Pátria pela delação. Substituiu-se as cátedras pelos tribunais militares. Substituiu-se a nossa tentativa para tornarmos um país soberano pela subserviência total a grupos estrangeiros que traçam nossa política econômica a sua maneira.<sup>329</sup>

O tom se torna cada vez mais agressivo contra o regime. Luciano reconhece que fora derrotado, porém compreende que é uma fase histórica a ser superada, que todos os regimes ditatoriais são assim e que o povo já entende desta forma. A luta era desonesta, porque “Os detentores do poder, tomado à base de tanques de guerra e fuzil, procuravam destruir de toda a maneira nosso diálogo com o povo”.<sup>330</sup> Continua falando sobre o Brasil ter sido transformado em quartel militar e informa ao prefeito que contribuirão (MDB) para seu governo em tudo aquilo que seja de interesse do povo, com honestidade, porém “Não seremos “bons” e “prudente” nos termos que a nós se referiram”, “Pois ser bonzinhos é concordar em fazer conchavos com as classe dominantes contra o povo, se ser bonzinhos é concordar com o regime de exceção que aí ainda está. É renunciar a luta pela liberdade econômica e política do nosso país, confessamos que não seremos”.<sup>331</sup>

O discurso de Luciano Ribeiro chamou atenção, e foi aí que começou a perseguição deste que, como consequência foi indiciado pelo ato de incitação a subversão na câmara e outras acusações. Testemunhou contra Luciano um funcionário

<sup>328</sup> Discurso de Luciano Ribeiro na posse do prefeito João Durval Carneiro, 07 de abril de 1967. Arquivo Edgard Leuenroth, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFICH.Fundo Brasil Nunca Mais no processo número 307-BNM – UNICAMP, p.01.

<sup>329</sup> Discurso de Luciano Ribeiro na posse do prefeito João Durval Carneiro, 07 de abril de 1967. Arquivo Edgard Leuenroth, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFICH.Fundo Brasil Nunca Mais no processo número 307-BNM – UNICAMP, p.02. Obs.: Todos os termos citados não foram alterados.

<sup>330</sup> Discurso de Luciano Ribeiro na posse do prefeito João Durval Carneiro, 07 de abril de 1967. Arquivo Edgard Leuenroth, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFICH.Fundo Brasil Nunca Mais no processo número 307-BNM – UNICAMP, p.02.

<sup>331</sup> Discurso de Luciano Ribeiro na posse do prefeito João Durval Carneiro, 07 de abril de 1967. Arquivo Edgard Leuenroth, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFICH.Fundo Brasil Nunca Mais no processo número 307-BNM – UNICAMP, p.03.

da Câmara Municipal de Feira de Santana que, quando perguntado se exercia naquele ou em outro momento atividades políticas, e respondeu que participou de um comitê estudantil em 1962, pró-candidatura de João Durval Carneiro, sendo que se afastou deste tipo de atividade quando em 1963 assumiu o cargo municipal, continuando até o ano de 1969 participando como militante de atividades políticas estudantis.<sup>332</sup> Foi ouvido ainda o Oficial de Gabinete do Prefeito de Feira de Santana, que não esteve presente na sessão da câmara, mas disse “que tais discursos segundo os comentários ouvidos tinham caráter subversivo”<sup>333</sup>. Em entrevista, Luciano Ribeiro afirmou que na passagem da ditadura, ele e seus companheiros queriam “lutar contra o exército e contra todos com uma maquina de escrever e um mimeografo”,<sup>334</sup> continua dizendo que estes não usavam armas, a opção de seu grupo não era pela luta armada.

O mais importante destes processos é que podemos identificar oposições ao governo e resistência ao regime, perseguições antidemocráticas e sujeitos que prestam testemunhos ligados diretamente ao governo de João Durval e a ARENA. Mas algo mais chamou nossa atenção no discurso de Luciano Ribeiro. Foi o trato dado à modernização da cidade, a necessidade de infra-estrutura para preparar o município para a industrialização, o elogio às organizações privadas de frações de classe como a do comércio e indústria, tudo isso media para nós como mesmo aquele que traz à tona a alocação mais radical de oposição ao governo de João Durval, não diverja de seu principal empreendimento enquanto gestor público, e ressalta que trabalhará para esta modernização da cidade, é neste momento onde o tom do discurso se torna mais ameno.

Mais do que isso, identificamos nessa base do governo que testemunha e denuncia atos subversivos, os indícios de ligações entre civis e militares em Feira, a condenação destes sujeitos, eliminam as oposições mais emergente em prol de um projeto que se quer hegemônico e só pode ser efetivado em consonância com os gestores maiores do país.<sup>335</sup>

---

<sup>332</sup> 30º SESSÃO DO CONSELHO PERMANENTE DE JUSTIÇA PARA EXÉRCITO REFERENTE AO 2º TRIMESTRE DO ANO DE 1970. PROCESSO Nº 22/69. Arquivo Edgard Leuenroth, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFICH.Fundo Brasil Nunca Mais no processo número 307-BNM – UNICAMP, p.V.

<sup>333</sup> Inquirição de Testemunhas. 24 de abril de 1970. Arquivo Edgard Leuenroth, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFICH.Fundo Brasil Nunca Mais no processo número 307-BNM – UNICAMP.

<sup>334</sup> Depoimento de Luciano Ribeiro, colhido em 22/11/1995. Disponível no CEDOC, UEFS. Classificado 44.

<sup>335</sup> Há uma lista bem maior de acusados de subversão, decidimos aqui preservá-la neste momento. Também decidimos não citar nomes em consonância com as orientações legais sobre uso de processos crimes e também optamos por não usar as iniciais de testemunhas de acusação. Alguns nomes que aparecem sendo acusados são em razão de já ser público o conhecimento do caso e seus nomes.

### *A sociedade civil e o projeto de modernização da cidade.*

Ora, se na concepção do curso da história separarmos as idéias da classe dominante da própria classe dominante e as tornarmos autônomas, se permanecermos no plano da afirmação de que numa época dominaram estas ou aquelas, sem nos preocuparmos com as condições da produção nem com os produtores dessas idéias, se portanto, desconsiderarmos os indivíduos e as condições mundiais que se constituem o fundamento dessas idéias, então poderemos dizer, por exemplo, que durante o tempo em que a aristocracia dominou dominaram os conceitos de honra, fidelidade e etc., enquanto durante o domínio da burguesia dominaram os conceitos de liberdade, igualdade e etc.<sup>336</sup>

Para Antonio Gramsci, a sociedade civil e seu desenvolvimento na sociedade ocidental tiveram como consequência histórica uma reformulação do Estado em seu sentido puramente coercitivo. A sociedade civil comporta organizações que difundem pensamentos, ideologias, nela encontramos grupos, frações de classe, organizados para disputar idéias, avançar em posições no que tange a perspectivas de incorporação no conjunto do Estado moderno ocidental (sociedade civil e política) luta por sua direção política, intelectual e moral através do consenso. Marx diz;

A sociedade civil abarca o conjunto do intercambio dos indivíduos no interior de um estágio determinado das forças produtivas. Ela abarca o conjunto da vida comercial e industrial de um estágio e, nessa medida, ultrapassa o Estado e a nação, apesar de, por outro lado, ela ter de se afirmar ante o exterior como nacionalidade e se articula no interior como Estado.<sup>337</sup>

O Estado em seu sentido puro é revertido de coerção, dirigido pela classe dominante, é onde esta tem os mecanismos reunidos para monopolizar a repressão e violência, este Estado é controlado por um sistema burocrático. Para alguns<sup>338</sup>, este é manifestação do poder político que acaba a guerra, porém,

<sup>336</sup> MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.p. 48.

<sup>337</sup> Idem, Ibidem, p. 74.

<sup>338</sup> Ver: HOBBS DE MALMESBURY, Thomas. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. & ROUSSEAU, Jean Jacques. **O contrato social: princípios de direito político**. 18. ed Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.

(...) se é verdade que o poder político acaba a guerra, tenta impor a paz na sociedade civil, não é para suspender os feitos da guerra ou neutralizar os desequilíbrios que se manifestaram na batalha final, mas para reinscrever perpetuamente estas relações de força, através de uma espécie de guerra silenciosa, nas instituições e nas desigualdades econômicas, na linguagem e até no corpo dos indivíduos. A política é a sanção e a reprodução do desequilíbrio das forças manifestadas na guerra. Em segundo lugar, quer dizer que, no interior desta “paz civil”, as lutas políticas, os confrontos a respeito do poder e pelo poder, as modificações das relações de força em um sistema político, tudo isto deve ser interpretado apenas como continuações da guerra, como episódios, fragmentos, deslocamentos da própria guerra.<sup>339</sup>

### O Estado é no capitalismo um instrumento segundo Marx;

é a forma na qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns e que sintetiza a sociedade civil inteira de uma época, segue-se que todas as instituições coletivas são mediadas pelo Estado, adquirem por meio dele uma forma política.<sup>340</sup>

Já situamos, em outro momento do texto, o surgimento de grupos que tinham por objetivo a promoção da industrialização da cidade. O mais importante foi o CIFS, grupo que melhor expressou seu desejo de forma organizada e conseqüentemente obteve maior influência sobre o preparo de um projeto de industrialização local. A possibilidade deste projeto de industrialização deveria ser consensuado na sociedade civil e política e esteve diretamente ligado às oportunidades e interesses encontrados em órgão regionais e nacionais para interiorização da indústria.

A Fundação para o Desenvolvimento Industrial do Nordeste (FUNDINOR) foi um órgão prioritário para a construção do projeto. Na presidência de Ulisses Barbosa (1967-1968) que já havia sido representante do órgão na Bahia, começa a cruzada pela industrialização do interior. Isto permitiu o encontro dos interesses do CIFS com a FUNDINOR, ampliando as relações institucionais e mais, a conjunção de uma fração de classe em formação na cidade, com frações que tinham um movimento em escala nacional.<sup>341</sup> A FUNDINOR tinha o predomínio de grupos do Centro-Sul do país e

<sup>339</sup> FOUCAULT, Michel; MACHADO, Roberto, Org. **Microfísica do poder**. 21. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2005, 176.

<sup>340</sup> MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.p. 76.

<sup>341</sup> Os escritos que aqui serão expostos neste tópico, estão baseados principalmente nos textos de: MONTEIRO, Jhonatas Lima. **Interesses Hegemônicos na Margem da Periferia: ação política de dirigentes industriais em Feira de Santana (1963-1983)**, Feira de Santana, 2009. (Dissertação) & SANTOS, Alane Carvalho. **Feira de Santana nos tempos da modernidade: o sonho da industrialização**. UFBA, 2002. (Dissertação)

buscava através de caravanas para mobilização de frações da classe dominante local, a adesão de grupos para expansão econômica das regiões ligando-se aos interesses do Centro-Sul, sendo que a primeira caravana do interior da Bahia visitou Feira de Santana, convocando de lideranças de grupos como o Lyons Club, o Rotary Club, Associação Comercial entre outros.<sup>342</sup>

Foi criado na cidade o primeiro comitê baiano para fomento da indústria, a Promotora de Desenvolvimento Econômico de Feira de Santana (PRODEFESA), transformando, segundo Monteiro, a antiga reivindicação de um “bairro industrial” em um projeto que visava “dirigir os rumos do conjunto da cidade” ampliando o “raio de ação do CIFS”<sup>343</sup>. O argumento local para a implantação da industrialização baseava-se no risco de perda do ritmo de progresso que poderia ser ocasionada pelo isolamento, pois segundo o CIFS e a FUNDINOR, as benesses da localização de entroncamento rodoviário eram instáveis, a cidade precisava consolidar uma capitalização dos empreendimentos aproveitando as políticas de financiamentos e incentivos fiscais. Mas havia mais que isso, a idéia era promover o crescimento do empresariado local, e as possibilidades externas colocadas pelos grupos do nordeste da Bahia, coadunados pelo antigo projeto da SUDENE, alavancavam as frações locais. Em 1967 veio a calhar o I Encontro de Comitês de Fomento Industrial da Bahia em Vitória da Conquista<sup>344</sup> objetivando a formulação de um modelo político de desenvolvimento industrial para o Estado, combinando as iniciativas privadas com a do setor público, integrando os esforços da SUDENE, governo estadual e Federação das Indústrias da Bahia.<sup>345</sup>

A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) foi criada com intuito de diminuir as diferenças econômicas regionais entre o Centro-Sul do país e o nordeste. O órgão compreendia que os poderes dos latifundiários da região prejudicavam o desenvolvimento e a modernização do Nordeste. Sob orientação de Celso Furtado como Secretário Executivo, e com a autonomia que lhe fora concedida enquanto autarquia, este desenvolveu as estratégias de atuação da Superintendência,

---

<sup>342</sup> MONTEIRO, Jhonatas Lima. **Interesses Hegemônicos na Margem da Periferia:** ação política de dirigentes industriais em Feira de Santana (1963-1983), Feira de Santana, 2009, p. 62-64. (Dissertação)

<sup>343</sup> Idem, Ibidem, p.64.

<sup>344</sup> Já havia ocorrido no ano de 1965 um encontro para empresários do Centro-Sul do país para debater a importância da iniciativa privada no desenvolvimento do nordeste. SANTOS, Alane Carvalho. **Feira de Santana nos tempos da modernidade: o sonho da industrialização.** UFBA, 2002, p. 47.

<sup>345</sup> Idem, Ibidem, p. 67.



sendo modificada com a ditadura a partir de 64. A SUDENE foi uma iniciativa influenciada pelas teses Cepalinas<sup>346</sup> sendo que

A industrialização preconizada pela CEPAL, enquanto estratégia de desenvolvimento, absorveria o excedente de mão-de-obra não empregado nas atividades primárias e seria responsável principalmente em substituir inúmeros produtos da pauta de importações. Essa “substituição de importações” não deveria se restringir apenas aos artigos de consumo, mas se estender até à produção de máquinas e equipamentos (bens de capital). Dessa forma, o desenvolvimento local (tão almejado) seria internalizado sem estar sujeito a determinações das economias externas de outros países.<sup>347</sup>

No mesmo ano de 1967, Luis Viana havia lançado o Programa de Industrialização do Interior (PROINTER), e a cidade recebia o seu I Encontro para o Desenvolvimento de Feira de Santana patrocinado pelo poder público, CIFS, ACFS entre outros.<sup>348</sup>

A cogitação da industrialização do interior prevista desde 1966 seria realizada com capitais diversos, internacional, estatal e nacional, pois com isso havia a possibilidade de completar o parque industrial da capital subsidiando-o, e aliviar as tensões sociais<sup>349</sup>. Crescer e conter se juntava com interesses locais que ganhavam caráter organizado, no conjunto do Estado ampliado, ARENA no executivo e na câmara e os agrupamentos na sociedade civil.

A importância da leitura destas movimentações na sociedade civil nos ajuda a firmarmos cada vez mais próximos de uma explicação convincente dos motivos que levaram à consolidação de um projeto de modernização da cidade. Os grupos, frações de classe, surgidos em Feira que se moveram na busca do consentimento com esse projeto, sabiam de suas limitações estratégicas<sup>350</sup>. Foi necessário incorporar ao plano, objetivos que favorecessem outras frações da sociedade, comerciantes, setor agrário e mesmo trabalhadores deveriam ter certas benesses. O CIFS disputa constantemente a sociedade civil e pressiona a política para definir as bases para industrialização, para captação de recurso e planejamentos necessários para consolidação desta. Os jornais

<sup>346</sup> A Comissão Econômica para o Planejamento da América Latina (CEPAL) foi criada em 1949, abrangendo intelectuais como Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso. Esta produzia análise sobre o desenvolvimento capitalista da América Latina a partir da concepção de desenvolvimento desigual e combinado e propunha soluções para questões econômicas do continente.

<sup>347</sup> SANTOS, Alane Carvalho. **Feira de Santana nos tempos da modernidade: o sonho da industrialização**. UFBA, 2002, p. 21.

<sup>348</sup> Idem, Ibidem, p. 68.

<sup>349</sup> Idem, Ibidem, p. 53.

<sup>350</sup> Quando é fundado a AIFS, a Câmara de Vereadores passa receber seus boletins. Ver Atas da Câmara Municipal de Vereadores. 1965.

locais demonstram a busca contínua do convencimento projeto e em 1967, Manoel Falcão assume o cargo de vereador, posição estratégica para a disputa que mostra a ascensão de um representante direto da industrialização atuando agora na sociedade política. Em 1968 na inauguração do Centro de Educação Profissional do SENAI, que foi inaugurado por João Durval, Manoel e Ulisses Barbosa Filho, presidente da FIEB e o governador Luis Vinana, Ulisses disse ser uma “apenas uma inauguração de centro profissional”. Parte de um programa entusiasta para a Bahia em que pesava o papel de Manoel como preponderante pelo seu “dinamismo” na presidência da PRODEFESA.<sup>351</sup> Depois de articulados os representantes na sociedade civil deste projeto, era o momento de institucionalizar as pretensões na forma política, escolhia-se o porta-vozes do projeto e definia-se o mecanismos necessários para efetivação deste. Era o período da vontade coletiva nascida das frações classe atingir um caráter mais amplo na sociedade política.

### *A Associação Comercial de Feira de Santana.*

O comércio de Feira de Santana desde seus primórdios foi fator preponderante para seu crescimento político, econômico e social, o dito “progresso” da cidade sempre esteve associado à expansão das relações comerciais estabelecidas principalmente no centro urbano do município.<sup>352</sup> No período estudado ainda havia o predomínio das atividades comerciais como as que mais cresciam, no PDLI elas apareciam com crescimento acima de 100% no período entre 1950 e 1960. Segundo Guilherme Lopes, os comerciantes sempre associaram o “desenvolvimento do comércio ao progresso da cidade, fortalecendo assim a sua posição dominante”.<sup>353</sup>

A ACFS surgiu em 1945 um momento quando

---

<sup>351</sup> MONTEIRO, Jhonatas Lima. **Interesses Hegemônicos na Margem da Periferia: ação política de dirigentes industriais em Feira de Santana (1963-1983)**, Feira de Santana, 2009, p. 71.

<sup>352</sup> Ver: OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. **Feira de Santana em Tempos de Modernidade: olhares, imagens e práticas do cotidiano. (1950-1960)**. Universidade Federal de Pernambuco, 2008. (Tese de Doutorado), OLIVEIRA, Clóvis Frederico Ramaiana. **De Empório á Princesa do Sertão: utopias civilizadoras em Feira de Santana (1893-1937)**. (Dissertação), PACHECO, Larissa Penelu. Trabalho e costume de feirantes de alimentos (1960-1990). Feira de Santana: 2009. Dissertação (Dissertação), SILVA, Aldo Jose Morais. **Natureza sã, civilidade e comercio em Feira de Santana: elementos para o estudo da construção de identidade social no interior da Bahia (1833-1937)**. Salvador, BA, 2000. (Dissertação), ANDRADE, Celeste Maria Pacheco. **Origens do povoamento de Feira de Santana um estudo de historia colonial**. 1990. (Dissertação).

<sup>353</sup> LOPES, Guilherme Augusto Almeida Santos. **A Permanência de uma hegemonia: comerciários e comerciantes varejistas em Feira de Santana entre 1970 e 1992**. Feira de Santana: UEFS, 2006. (mimeo)

Os comerciantes feirenses estavam atentos às mudanças em curso e preocupados em caminhar “*pari passu*” com era das transformações, decidiram se organizar enquanto classes produtoras visando contribuir para o progresso da cidade e o desenvolvimento do comércio através da defesa dos seus interesses mediante a criação de uma entidade de classe.<sup>354</sup>

A autora se refere ao processo de crescimento da produção e consumo de bens domésticos, aparelhos elétricos, artigos têxteis, enlatados e etc, que são importados e revendidos em Feira. O nascimento da ACFS nasce com a participação de personagens como Arnold Silva e João Marinho Falcão, articula interesses particulares dos comerciantes e projeta comerciantes para a disputa em torno de projetos políticos. Em 1970-71, ganha o título de Utilidade Pública Municipal.<sup>355</sup>

Foi possível compreender durante a pesquisa a participação direta da ACFS nos rumos políticos da cidade, interferindo em decisões através de formulações de proposições e pressão no executivo e legislativo, com representantes do setor que ocupavam cargos eleitorais e mesmo o envio de sugestões à câmara. Protegendo seus objetivos de; “defender, orientar, coligar e instruir as classes” em parceria com outros órgãos “representativos de classe” da Bahia e do país”, “indicando aos poderes competentes soluções práticas” para problemas de quaisquer assuntos relacionados aos seus interesses de classes “tendo em vista o bem coletivo”<sup>356</sup>, a Associação realizou cursos, palestras, seminários, encaminhamentos e solicitações aos poderes locais, federais e estaduais e estabeleceu parcerias com diversas entidades “em especial a Associação Comercial da Bahia”<sup>357</sup> e também participou de vários conselhos da cidade.

No governo de João Durval foi coadjuvante da solicitação ao Estado para constituição do sistema de abastecimento de água para o município.<sup>358</sup> Interferiu diretamente na contenda pela pavimentação de rodovias, como na participação de mobilizações em Santo Amaro para asfaltamento da ligação de Feira com esta cidade.

---

<sup>354</sup> OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos (Org.). **HISTÓRIA E MEMÓRIA DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE FEIRA DE SANTANA 1945-2005**. Feira de Santana, 2005, p.13. (mimeo) Com a reforma da sala do arquivo da Associação Comercial de Feira de Santana para posterior organização de seu acervo, não tivemos acesso aos arquivos, porém nos foi cedida uma cópia do livro citado acima que foi fundamental para pensarmos a relação desta com a cidade.

<sup>355</sup> Idem, Ibidem.

<sup>356</sup> Idem, Ibidem, p. 42.

<sup>357</sup> Idem, Ibidem, p. 42. A associação Comercial da Bahia foi segundo Dias, um canal de propagação do anticomunismo no Estado. Ver: DIAS, José Alves. **Rumo ao Palácio: as estratégias de dominação dos espaços políticos na Bahia durante a ditadura (1966-1982)**. UFRJ, 2009, p.44. (Tese).

<sup>358</sup> OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos (Org.). **HISTÓRIA E MEMÓRIA DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE FEIRA DE SANTANA 1945-2005**. Feira de Santana, 2005, p.47. (mimeo)

A Associação Comercial desenvolveu papel importantíssimo para organização do projeto de modernização da cidade. Desde seu nascimento ela defendeu a idéia de progresso da cidade e de sua modernização através da reorganização do espaço urbano, melhores investimentos em reurbanização, controle do trânsito no centro da cidade e outros temas de interesses direto. Mesmo antes da criação de órgão de defesa da industrialização, esta já debatia a modernização da cidade e falava em industrializar o município. Chegou a tentar a fusão entre ela e o CIFS, aprovada<sup>359</sup> em 1968 pelos comerciantes, o que pode ser compreendida pela defesa dos próprios comerciantes da possibilidade e estabilidade econômica por meio da indústria, diferente da de localização enquanto entroncamento<sup>360</sup>. Foi pensada também a união com o Sindicato Rural. A ACFS acompanhou debates importantes na Câmara e sempre participou de reuniões do CIFS. Sua direção foi lugar comum de passagem de vários políticos antes, durante, ou mesmo depois da chegada a cargos eletivos ou por comissão. Entre 1961 e 1971, ocupou cargos na ACFS, Áureo Filho (Junta Deliberativa entre 1961 e 1963), importante para constituição do projeto de modernização da cidade com deputado e líder da Assembléia Legislativa do Estado no período de Lomanto Junior (1963-1967), quando tinha como “bandeira a educação”<sup>361</sup>. Foi um dos fundadores da Universidade Estadual de Feira de Santana, segundo João Durval, que se posiciona como admirador seu<sup>362</sup>. Em 1963, Áureo

procurou reviver com o Projeto de Lei por ele apresentado, a Lei 1802, de 25 de outubro de 1962, que criava a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras em Feira de Santana, Ilhéus, Jequié, Caitité e Vitória da Conquista”<sup>363</sup>

tendo como promessa do governador à composição de uma comissão para encaminhar o assunto, o que não vingou. Ele conseguiria resultados definitivos em seu empenho e com apoio do governador Luis Viana com a Lei 27884/. Além do desempenho para a fundação de uma Universidade, Áureo, também teve papel na busca da “regularização da energia para a cidade”<sup>364</sup> e foi um dos fundadores do Rotary Club de Feira onde também ocupou o cargo de presidente. As ligações da ACFS com o projeto de

<sup>359</sup> MONTEIRO, Jhonatas Lima. **Interesses Hegemônicos na Margem da Periferia: ação política de dirigentes industriais em Feira de Santana (1963-1983)**, Feira de Santana, 2009, p. 75.

<sup>360</sup> Idem, Ibidem.

<sup>361</sup> JUNIOR, Lomanto. Áureo, o Líder. In: AMORIN, Joselito Falcão (Org.). **Áureo de Oliveira Filho (1902-1976)**. Feira de Santana, 2002, p. 17.

<sup>362</sup> Idem, Ibidem, p. 69.

<sup>363</sup> Idem, Ibidem, p. 35.

<sup>364</sup> Idem, Ibidem, p. 144.

modernização da cidade ficam mais compreensíveis quando identificamos seus interesses compondo o texto do PDLI, o Código de Posturas Municipal e o projeto Cabana.

Já foi citado o estudo do caso da transferência da feira do centro da cidade. As mudanças do PDLI tinham por meta principal modificações na “produção econômica”<sup>365</sup> do município. É muito objetivo no que refere à pretensão maior de integração econômica dos setores produtivos; comercial, agrário e pecuário e industrial, diz;

(...) as perspectivas regionais de crescimento econômico e das relações destas com a cidade sejam coerentes e se compatibilizem entre si, e, segundo, promover o aumento da renda urbana, através do crescimento das atividades econômicas e de ocupação para mão de obra...<sup>366</sup>

O texto defende que esta seria a solução para o combate à desocupação, desemprego crescente que também preocupava a gestão. Os interesses do comércio aparecem expressos nas formulações principalmente do projeto Cabana e a mudança da feira e nos ajustes realizados pelo novo código de posturas que tinham suas orientações formuladas no PDLI. O Código de posturas tentava organizar os aspectos da produção de alimentos, gado, comércio no centro da cidade, divertimentos públicos e etc. Chamou-nos a atenção que o centro é o principal alvo das orientações juntamente com o perímetro urbano são os focos das reorganizações orientadas pelo código: proibições de circulação de animais e criação deste na cidade, andar de patins em logradouros não destinados a tal fim, manutenção da ordem social nos bares por responsabilidade de seus proprietários, trajes adequados em cinemas e teatros e etc.<sup>367</sup>

A atenção dedicada aos impedimentos do Código, atingiam diretamente as populações pobres vindas da zona rural em favor da concorrência de grandes comerciantes que, por meio desse código e dos projetos, tornavam seus desejos práticas políticas do governo municipal. A proibição de buzinas, alto falantes, impedia o uso costumeiro destes que as usavam para chamar atenção para seus produtos. A decretação de ilegalidade da produção de hortaliças nos quintais no perímetro urbano jogava a margem trabalhadores que viviam pela venda desses produtos nas feiras.

---

<sup>365</sup> PACHECO, Larissa Penelu Bitencourt. **Trabalho e costumes de feirantes de alimentos:** pequenos comerciantes e regulamentações do mercado em Feira de Santana (1960/1990). Feira de Santana, 2009, p 121. (Dissertação).

<sup>366</sup> PDLI. Prefeitura Municipal de Feira de Santana, 1969.

<sup>367</sup> Código de Posturas. Feira de Santana, 1967.

O projeto Cabana nitidamente estava vinculado aos grupos comerciais dominantes, estava contido nele o plano de construção de grande galpões para comercialização de produtos da feira no centro de abastecimento. Estes galpões seriam especializados, “baseado agora na distribuição em grande porte dos produtos alimentícios”<sup>368</sup> o que mudava as orientações do governo de Chico Pinto e sua relação com o mercado de alimentos e sua priorização dos grupos mais pobres, mesmo que existisse no projeto espaços para pequenos produtores. Como já dito, sua pretensão maior eram as mudanças da feira para limpeza do centro em favor dos grandes comerciantes do atacado e varejo.

Vimos no conjunto da pesquisa a influência da ACFS no município transformando suas vontades em desejos comuns através da imprensa eventos, da eleição de emissários, cartas, ofícios e etc. Sua influência certamente se prolongou na sociedade política pelo seu poder eletivo e o arranjo da UDN/ARENA por vários de seus componentes. Importante afirmar que na participação de órgãos de classe na construção do projeto de modernização da cidade não foi encontrado nenhum órgão que representasse os trabalhadores, com a exceção do Sindicato Rural que também representava trabalhadores, segundo os jornais locais.

### *Um Príncipe moderno feirense*

Tarefa educativa do Estado, cujo fim é sempre o de criar novos e mais elevados tipos de civilização, de adequar a “civilização” e a moralidade das mais amplas massas populares às necessidades do continuo desenvolvimento do aparelho econômico de produção e, portanto, de elaborar também fisicamente tipos novos de humanidade.<sup>369</sup>

Neste texto analisamos a UDN e a ARENA em Feira de Santana atentando para sua característica de partido organizador de um discurso do progresso e modernização da cidade no recorte entre 1954 a 1971. O discurso da modernização da cidade ganha

---

<sup>368</sup> PACHECO, Larissa Penelu Bitencourt. **Trabalho e costumes de feirantes de alimentos:** pequenos comerciantes e regulamentações do mercado em Feira de Santana (1960/1990). Feira de Santana, 2009, p 129. (Dissertação).

<sup>369</sup> GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2000, Vol.3 p. 23.

força quando transformado em projeto/plano de modernização local empreendido no governo João Durval Carneiro (1967-1971) na prefeitura. Este agrupamento se torna representante e porta voz de um projeto de busca por dominação política, direção intelectual e moral da sociedade local, portanto, um príncipe moderno na cidade.

A bibliografia mais recente sobre a ARENA<sup>370</sup>, traz novas possibilidades interpretativas sobre o partido, dando-nos novos referenciais para a pesquisa. A grande questão elaborada por Lúcia Grimberg se refere à interpretação sobre a ARENA ser apenas um bode expiatório para a ditadura ou se essa se conformou enquanto partido político.

A fundação da ARENA surgiu pela necessidade do regime manter um sistema institucional que garantisse a sua sobrevivência. Era sabido dos militares no poder que não bastava a força e o jugo das forças armadas para sustentação de um regime, principalmente um em que o processo de surgimento foi pela tomada do Estado em nome da defesa da democracia. O regime precisava de sustentação, a transição de Castelo para Costa e Silva deveria ocorrer com tranquilidade e apoio que não fosse somente o<sup>371</sup> militar. O AI-2 era em parte expressão/ resultado de conjunturas. Castelo precisou encontrar alternativas para os rumos do país, pois a existência do pluripartidarismo e de certa liberdade de expressão inviabilizava a sustentação do regime, já que oposição através de denúncias, votações contrárias aos militares tornavam o clima inseguro para o ditador e seus aliados. Alguns grupos levaram a instituição do ato como o ajuste legal da eleição indireta para presidente, maior autonomia para perseguição através de condenações que viriam da investidura do Ato à Justiça Militar no julgamento de civis que cometessem crimes contra a segurança nacional.

A eleição de 1965 que deu a antigos apoiadores de JK cargos eletivos havia preocupado os militares e seria sem dúvida um motivo para reação com o AI-2, porém, “Trata-se de um conjunto de medidas de alcance muito maior, que na verdade, ensejaram a retomada da “operação limpeza”, tal como desejava a linha dura”<sup>372</sup>. Nesta ocasião a linha dura mostrava a sua força de delinear os caminhos que posteriormente levariam ao AI-5. A linha dura reclamava no governo Castelo uma série de coisas e

---

<sup>370</sup> GRIMBERG, Lúcia. **Partido Político ou bode expiatório**: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional ARENA (1965-1979). Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

<sup>371</sup> Idem, Ibidem, p. 85.

<sup>372</sup> FICO, Carlos. **Além do Golpe: Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004, 74.

propunha soluções sistemáticas, assim enumerou Carlos Fico sobre os fatores e exigências que levou este grupo ao AI-2:

ampliação do número de punições; pedido de prorrogação do Ato Institucional no que se refere às punições sumarias; boatos de sobre a decretação iminente de estado de sitio quando da aproximação da data-limite de 15 de junho de 1964; demanda por uma lei de inelegibilidade que afastasse candidatos indesejados; insubordinações militares; declarações sobre a perda de rumos da “Revolução”<sup>373</sup>.

Para nós, um fator importante depois da publicação do ato foram as manchetes de jornais que destacavam o silêncio da UDN sobre a extinção de partidos<sup>374</sup>. A UDN aglutinou diversos setores da sociedade brasileira em torno de seu ideal anticomunista,

caberia à UDN o papel ostensivo na divulgação das teses de “guerra revolucionária” Inspiradas pela Escola Superior de Guerra que se constituíram em arcabouço ideológico para congregação de todas as forças de centro e de direita( empresários, políticos, militares, imprensa, famílias, Igreja contra a “ameaça comunista”<sup>375</sup>

o partido e a base da ARENA, que na cidade de Feira tem quase que a mesma composição. O AI-2 pouco alterou a UDN que na cidade que se converteu em ARENA, recenbendo em suas fileiras alguns políticos que estavam ligados a partidos de base da UDN ou mesmo do PSD, assim como membros do PSD que em sua maioria, aqueles que não foram cassados, fundaram o MDB local.

A ARENA não seria simplesmente um bode expiatório. Se o fosse seriam pouco profundas as possibilidades dadas por nosso texto já que, seria razoável *a priori*, supor que os fatores que levaram à formulação e consolidação de um projeto de modernização estavam no exterior, exógenos à cidade, e seríamos tolos ao supor que este poderia ser interpretado como um projeto de hegemonia. Seria..., se não ocorresse a movimentação da sociedade civil local em torno de suas demandas e que a participação da UDN/ARENA não fosse fundamental na representação e apresentação pública do projeto como seu. A ARENA foi mais que bode expiatório, localmente ela formulou, disputou e realmente se articulou com os militares, pois foram eles que deram a possibilidade de sua volta ao poder.

<sup>373</sup> Idem, Ibidem, p. 75.

<sup>374</sup> GRIMBERG, Lúcia. **Partido Político ou bode expiatório**: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional ARENA (1965-1979). Rio de Janeiro: Mauad X, 2009, p. 60.

<sup>375</sup> BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A UDN e o Udenismo**: Ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965). Paz e Terra, 1981. p. 124.



Lucia Grimberg ofereceu uma nova possibilidade para entender o partido da ARENA através do entendimento do que a fazia ser um partido. Contrariando as análises que retiravam a possibilidade de existência real enquanto partido pelo que ela não realizava, não tinha para tal, a autora insere para compreensão aquilo que ela tinha. A ARENA pode organizar suas demandas internas e de interesses diversos em relação à ditadura, mesmo que fosse um período de intensa participação dos militares e sua intervenção na política, retirando o monopólio deste campo dos políticos profissionais, que viviam de e para a política.

Podemos encontrar na ARENA, mesmo sem negar a sua condição primária de sustentação do sistema, formulações autônomas e mesmo contrárias ao regime, continuidades da UDN:

Ao investigarmos as circunstâncias de extinção dos partidos, o que encontramos foi o esforço de várias lideranças para preservar as características de seus partidos nas novas organizações que seriam criadas, o que evidentemente, aponta para a importância dos mesmos,<sup>376</sup>

Podemos observar que em Feira houve a continuidade do discurso udenista além de suas lideranças e representações, e a ARENA foi escolhida em 1966 como porta voz de seu maior empreendimento. ARENA como partido inspirou-se naquilo que dava coerência e unidade nacional à própria UDN, o anticomunismo, sendo que na sua seção regional se apoiou mais em seu “grande” projeto que estava sendo levado à frente.

Gramsci adverte:

Deve-se sublinhar a importância e o significado que têm os partidos políticos, no mundo moderno, na elaboração e difusão das concepções de mundo, na medida em que elaboram essencialmente a ética e a política adequadas a elas.<sup>377</sup>

A ARENA tem por função na cidade dar a forma e consolidar o projeto de modernização, atentando para um fator que era a seleção da massa atuante e de ser porta voz e articulador do projeto que deveria ser da sociedade política. Afinal era exatamente os contornos que este projeto atingia, a proporção política que ele ganhava que poderia torná-lo efetivo. João Durval foi à “bola da vez”, referência na cidade como vereador e

---

<sup>376</sup> GRIMBERG, Lúcia. **Partido Político ou bode expiatório**: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional ARENA (1965-1979). Rio de Janeiro: Mauad X, 2009, p. 62.

<sup>377</sup> GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2002, Vol.1 p. 105.

pela acirrada disputa com Pinto em uma eleição que teve várias urnas impugnadas<sup>378</sup> e uma derrota por pequena margem de votos. Ele tinha as características necessárias que o colocavam em sincronia com as exigências da ARENA para as eleições de 1966 listadas:

a) Dispor de bom trânsito nos meios políticos e revolucionários; b) Ser filiado à ARENA; c) Não ter antagonismos frontais com o presidente da República e o governador do estado nem, de modo geral, com a orientação administrativa de nenhum deles; d) Não ser elemento de posições radicalizadas, nem ter comprometimento com erros e vícios do passado, notadamente com corrupção e a subversão; e) Poder reunir em torno de seu nome a maioria dos representantes da ARENA na Assembléia Legislativa; f) Permitir por sua formação moral, plena confiança quanto a manutenção dos compromissos com o atual esquema político da ARENA ou do partido em que ela se transformar e bem assim com o presidente da República a ser eleito pela ARENA.<sup>379</sup>

João Durval se encaixava em todas as orientações dispostas pelo partido e, exerceria uma função específica para o projeto assumido pelo grupo. Ele seria o *político em ato*, que “é um criador, um suscitador, mas não cria a partir do nada nem se move na vazia agitação dos seus desejos e sonhos. Toma como base a realidade efetiva...”.<sup>380</sup> A realidade efetiva é compreendida como as relações de forças existentes, o *político em ato* se move nela fortalecendo as forças que se consideram progressistas para criação de um novo equilíbrio, movimento que Gramsci diz estar dentro da realidade efetiva para dominá-la e superá-la, ou contribuir para isso. O *político em ato* se ocupa com o “dever ser”, paixões e posições. Através de atos realizados por João Durval, pensando a industrialização, desde sua vereança quando prometia esta, encontramos a sua pretensão de criar novas relações com seu projeto e assim visualizou e tentou concretizar o que “deveria ser” a cidade.

O político em ação foi escolhido entre muitos outros que poderiam ser representantes do projeto. Mesmo Joselito Amorim que é o primeiro no executivo a falar da industrialização da cidade não consegue ser o “porta voz” do projeto. João Durval se tornaria em seu mandato o arauto da modernização da cidade. Articulador do projeto para todas as classes e suas frações.

<sup>378</sup> Jornal Noite e Dia, setembro de 2006, Caderno IV, Comemorativo de oito anos do Jornal Noite e Dia.

<sup>379</sup> ALZIRA, Abreu (coord.). Juracy Magalhães: minhas memórias provisórias. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972. Apud DIAS, José Alves. **Rumo ao Palácio**: as estratégias de dominação dos espaços políticos na Bahia durante a ditadura (1966-1982). UFRJ, 2009, p.25. (Tese).

<sup>380</sup> GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2000, Vol.3 p. 35.

Para a constituição de sua imagem como arauto deste projeto foi preciso estabelecer um discurso comum na mídia local que fortalecesse sua imagem enquanto tal. Os jornais impressos cumpriram bem a função, Folha do Norte, Feira Hoje e Situação foram os responsáveis pela opinião pública<sup>381</sup>.

Este último acompanha prontamente a gestão de João Durval e disputa a opinião. Após a polêmica posse do prefeito o jornal publica um texto sobre ser prefeito que reproduzimos abaixo.

Vivemos em uma estrutura política em que se baseiam os nossos partidos, já superada. O que o povo quer não é mais homens que apenas preencham vagas de outros políticos de visão ultrapassada. O que o povo exige é que os políticos novos que surgem, tragam em si esta independência necessária aos bons governantes justamente com idéias novas, capaz de sepultar tudo que a própria evolução superou.<sup>382</sup>

Seguindo, o Jornal diz que João Durval “Tomou para si a grande responsabilidade de resolver o problema da Universidade, água e esgoto de Feira de Santana”, e continua, no mesmo número, promovendo uma leitura sobre a posse e o discurso de Luciano Ribeiro. Segundo o referido jornal, João Durval não teria oposição na câmara, pois segundo o vereador arenista José Ferreira Pinto, Luciano Ribeiro, Nóide Cerqueira e José Falcão da Silva do MDB, entraram em acordo com o prefeito de lutar pelo bem coletivo, o prefeito era “a esperança de um povo”. Não era exatamente este o teor do discurso dos edis, porém já pudemos ver o que gerou esse dia na Câmara.

Em julho de 1967 os esforços da industrialização e modernização começavam a demonstrar seus caminhos. Foi a primeira visita de Rubens Costa Superintendente do Banco do Nordeste e ex da SUDENE no governo Castelo Branco, recebido pelo prefeito para falar das potencialidades para indústria observando o seu crescimento e discutir possíveis investimentos de recursos do Banco aqui. No Jornal Situação, este aparece numa foto ao lado do prefeito, acompanhada de um texto que diz que Rubens Costa “comprometeu-se moralmente”<sup>383</sup> a ajudar o movimento industrializante no que fosse possível. Em 15 de junho Ângelo Sá, Secretário de Indústria e Comercio da Bahia

---

<sup>381</sup> Tínhamos a rádio Sociedade de Feira no período, mas não encontramos pautas de programas ou qualquer documentação que nos ajudasse na pesquisa, porém nos jornais muitas vezes eram publicados debates que começavam na rádio. O teor do que é encontrado em jornais sobre rádios em Feira não é nada diferenciado dos textos dos jornais.

<sup>382</sup> Jornal Situação, 07/04/1967.

<sup>383</sup> Jornal Situação, 16/06/1967.

havia dito que a “industrialização de Feira é minha meta”<sup>384</sup>, e no dia 23 o governador do estado Luis Viana garantiu; “ Nossa Feira terá Água do Paraguassu em meu governo”<sup>385</sup> no momento em que o prefeito o entregou dois relatórios com cerca de 30 mil assinaturas apoiando a vinda da água do Paraguaçu. O prefeito ainda é provocado por Ulisses Barbosa, que realizou contatos também com Manoel Falcão presidente do CIFS, a doar um terreno para o SESI para construção de um centro social para os operários, próximo ao estádio. O centro, que leva o nome de João Marinho Falcão. está em pleno funcionamento até a atualidade.

Estamos falando aqui do primeiro ano de governo de JD e seus compromissos firmados para a modernização do município. Vários contatos são estabelecidos e há um intenso esforço do executivo para captação de recursos e trazer novas empresas, após o primeiro ano de governo este avaliava sua gestão;

Levamos para o Govêrno da Feira de Santana a convicção plena de que o progresso da nossa terra estava necessitando de obras de infra-estrutura, que alicerçasse em têrmos concretos, o seu futuro. Construir o presente, mas com o pensamento voltado para o futuro, tem sido a constante da nossa administração, certo de que olhando o futuro estamos realizando o mais proveitoso para a Feira de Santana. Procuramos, nestes doze meses, conduzir a Feira de Santana dentro de um clima de paz, tranqüilidade e harmonia, que possibilite ao seu povo condições de trabalhar e produzir, entrelaçando a fôrça do público com a fôrça da iniciativa privada. A Feira de Santana atravessa um momento difícil da sua História. Necessita, urgente, de desenvolver-se, de maneira considerável, no setor econômico, para que possa realizar as grandes obras de que precisa. Este é o momento da arrancada definitiva da Feira de Santana para o seu magnífico destino. E, para isso, ela convoca todos os seus filhos e habitantes, todos os que aqui empregam os seus esforços. O desenvolvimento da Feira de Santana é fator preponderante para a vida do Município. A sua significação é tão grande que êle não pode ficar restrito a partidos, a grupos, a classes. Ele deve ser de todo um povo, um povo conscientizado, que tem a missão maravilhosa de lutar pelo bem e pela felicidade das gerações do porvir. E a meta primordial do nosso Govêrno é esta: a promoção do desenvolvimento em benefício do futuro.<sup>386</sup>

No Folha do Norte as colunas de Emme Portugal acompanhavam as solenidades que demonstram passos para a modernização da cidade, doação de terras, termos para asfaltamento junto ao DERBA, entre outros. Emme foi um colunista bastante conhecido na cidade, foi organizador da “marcha com Deus” em Feira em adesão ao golpe de 1964, fato importante que demonstra como os militares haviam conseguido apoio popular de alguns setores da comunidade. Em agosto de 1968 Emme avisa à

<sup>384</sup> Jornal Situação, 15/06/1967.

<sup>385</sup> Jornal Situação, 23/06/1967.

<sup>386</sup> Jornal Folha do Norte, 20/04/1968.

comunidade em sua coluna dizendo “O Prefeito João Durval, desapropriou esta semana, mais uma área de 70 mil metros destinada a expansão industrial. Vamos industrializar a Feira”<sup>387</sup>. Uma constante foram esse textos comunicando as homenagens e visitas que o prefeito recebia, as empresas que vinham trazer suas instalações para cidade e principalmente os eventos sociais e culturais freqüentados por grupos de elite da cidade.

Na equipe administrativa do executivo que contava com os jornais em pleno vapor apoiando a meta da modernização com foco principal na indústria, tem cargos importantes são ocupados por pessoas estratégicas, na URBIS o ex-prefeito Joselito Amorim, e na assistência direta do prefeito Helder Alencar também colunista do Folha do Norte. Todos os jornais tiveram membros de sua equipes editoriais ocupando cargos comissionados na gestão do então prefeito.

Para ser convincente e não dividir os grupos dominantes dos setores econômicos da cidade, o prefeito articulou no PDLI um discurso de unidade política para crescimento econômico dos setores mais ricos do município, assim que o PDLI informa:

Tudo leva a crer que estê venha a ser o mais importante passo para o desenvolvimento da cidade. A indústria poderá induzir o crescimento dos demais setores por seu poder dinâmico de aumentar a demanda de bens agrícolas, e de serviços. Assim seu crescimento geraria novos empregos diretos e indiretos, e faria crescer a renda da comunidade.<sup>388</sup>

Em seu segundo ano de gestão o prefeito assinou convênio com a Secretaria Estadual de Agricultura para construção de mais um pavilhão para o Parque de Exposição, local do comércio de gado e derivados da agricultura que atendia aos anseios de produtores rurais. O prefeito compreendia a importância do setor: em 1969 na II Exposição de Animais e Produtos Derivados, o prefeito reconheceu a importância do setor, do comercio e etc. falando sobre a possibilidade da indústria trazer maiores benefícios econômicos para o crescimento deste.<sup>389</sup> O emprego aparece como prioridade, pois a cidade viva o crescimento do número de desempregados, o que preocupava os empresários e o executivo. A mendicância demonstrava um pouco da situação da falta de trabalho e possíveis soluções eram encaminhadas pelo prefeito

---

<sup>387</sup> Folha do Norte, 24/08/1968.

<sup>388</sup> FEIRA DE SANTANA, Prefeitura Municipal de. **Plano de Desenvolvimento Local Integrado de Feira de Santana**. Feira de Santana: COPLAN, 1968, p.154.

<sup>389</sup> MONTEIRO, Jhonatas Lima. **Interesses Hegemônicos na Margem da Periferia: ação política de dirigentes industriais em Feira de Santana (1963-1983)**, Feira de Santana, 2009, p. 94.

como doação as campanhas de cobertor de Emme Portugal e a através de obras de amparo da Secretaria de Assistência Social, como sua solicitação de verba no valor de 100 milhões de cruzeiros à Câmara para um Centro de Recuperação de Mendigos.<sup>390</sup> A educação também era foco de investimentos, ampliações de prédios escolares, aumento do número de estudantes no ensino gratuito, contratação de muitos professores e aumento da verba da Residência Universitária Feirense, contando segundo Mattos, com a “experiência, dinamismo e ampla visão de sua esposa **Yêda Barradas Carneiro**, então à frente da Secretaria de Educação e Cultura do Município”<sup>391</sup>, além do maior feito, a criação junto com Luis Viana, da Universidade de Feira de Santana.

O PDLI foi à síntese do projeto de hegemonia e ao mesmo tempo o instrumento de resultante de sua busca. Projeto de hegemonia que aqui estudamos o seu surgimento, e não a sua efetivação enquanto objetivo de consenso e através da atuação dos grupos dominantes na forma de frações de classes na esfera do que é o Estado ampliado no pós 1971. Segundo o Folha do Norte;

Esse planejamento definiu, perante o Brasil, com repercussões internacionais, a nova Feira em que estamos começando a viver, construída pelo igual espírito de compreensão do seu Governo, – Executivo e Legislativo – e do seu povo. São os resultados dessa política de compreensão e planejamento que trazemos hoje à apreciação desta Colenda Câmara. E começamos pela industrialização. Nossa comunidade, prestes a deixar de ser aquêle <<pôrto rodoviário>> obrigatório, a que se referem os estudiosos de geografia econômica, percebeu em tempo a necessidade de iniciar, sem delongas, um nôvo ciclo de sua economia. O caminho escolhido não poderia ser outro que não o de transformar-se o centro pecuário comercial, já de avantajadas proporções, também, num parque industrial capaz de atender aos nossos mais justos anseios desenvolvimentistas.<sup>392</sup>

Sabemos que João Durval e seu grupo tiveram como projeto de modernização local a busca da direção moral, uma nova forma dita moderna de comportamento civil e político, o domínio político nos campos de poder executivo e legislativo e direção intelectual exercida pelos grandes figurões da intelectualidade formal e orgânica da cidade como a dos jovens editores do Feira Hoje, que se assumira como fruto da novas necessidades da modernização da cidade.

<sup>390</sup> Jornal Situação, 16/06/1967.

<sup>391</sup> MATTOS, José Batista. **Um Sertanejo no Governo**. 3º Edição. S/E, S/L, 1983, p.24. (Negrito do autor)

<sup>392</sup> Jornal Folha do Norte. 11 de abril de 1970.

Todos indagam: por que não temos um – ou mais de um – jornal à altura do progresso de Feira de Santana? Um grupo de jovens, incomodado de tanto ouvir essa pergunta, resolveu tomá-la como desafio. O resultado está aí em suas mãos. Desejamos ter uma ativa e constante participação política, equidistante, todavia, das paixões políticas, das lutas partidárias e de interesses outros que não reflitam os mais elevados anseios da comunidade. Também não seremos governistas bajuladores, nem opositores sistemáticos. Um objetivo nos apaixona e nos obrigará sempre a ficar na primeira linha de ataque: o desenvolvimento de Feira de Santana – município e região – em todos os sentidos, seja econômico, social, político ou cultural.<sup>393</sup>

Na tentativa de encontramos as razões os sentidos do projeto no conjunto globalizante, de intervenção em todos os setores da economia e integração desta entre si e com a economia externa ao município, percebemos que os planejamentos/projetos foram os principais instrumentos para captação de recursos, convencimento dos sujeitos e ao mesmo tempo, que foram o principal fator de articulação das frações de classe local e com órgãos do governo fora da Bahia. Percebemos as ligações de frações de classes de Feira com de outras regiões, a sua organização para a consolidação do projeto de modernização local através de seu “porta voz” público, João Durval. A institucionalização de um anseio particular pelo poder público demonstrou que as organizações de classes conseguiram atingir objetivos, a vontade coletiva de grupos tornou-se vontade maior e foram usados mecanismos para que ela se virasse de todos, “O PDLI instituiu formas técnicas e jurídicas para sua implementação, obrigando não apenas os particulares, mas também o poder público”<sup>394</sup>, o plano “definiu as diretrizes do desenvolvimento e outorga poderes ao Escritório de planejamento Integrado para executá-lo”<sup>395</sup>. O projeto teve João Durval como personagem central para a compreensão do momento pelo papel exercido de articulador, escolhido pelos grupos locais para efetivação do desejo de modernização. Um príncipe moderno (partido) local foi encontrado na UDN e na sua continuidade histórica local como ARENA, única agremiação que desde a década de 1950, reunia grandes empresários do diversos setores e que se organizou para tornar a idéia de modernização e industrialização da cidade um projeto concreto.

---

<sup>393</sup> Jornal Feira Hoje, 1971.

<sup>394</sup> 1º **Seminário Sobre o Desenvolvimento de Feira de Santana**. Caderno Feirense nº 07. P.14. Este documento encontra-se na Biblioteca Central Julieta Carteadó, Universidade Estadual de Feira de Santana.

<sup>395</sup> Idem, Ibidem.

## CONCLUSÃO

### *O presente, o passado e o futuro.*

Passou o primeiro momento da pesquisa, dizemos isso por que chegamos à conclusão que há muito por se fazer para melhorar o desenvolvimento do tema. Buscamos realizar um estudo que pudesse ser capaz de compreender como surge e ganha força um projeto de modernização da cidade enquanto um projeto de hegemonia política. Sabemos de parte de nossas deficiências e desde o início especulávamos que o tempo seria curto para avançarmos mais, o que será realizado mais para frente, como pesquisadores que já se sentem mais maduros depois desta fase.

Feira de Santana, no primeiro momento do golpe, foi tida como “cidade vermelha”, enquadrada no esquema de segurança nacional. Em 1964 os militares juntamente com a maioria dos vereadores, depuseram Francisco Pinto, apesar de caracterizar, pelo jornal Folha do Norte, como uma renúncia, para substituí-lo por Joselito Amorim, prefeito biônico, que faz um governo transição.

No momento político da ditadura civil/militar buscava-se um estado de “**paz social**”, estado ideal que impunha como estratégia a consolidação de uma imagem onde conflitos sociais desapareciam dos jornais para dar lugar a um ideal político já realizado e conquistar uma legitimidade dentro do ideal democrático, mesmo governando em um regime ditatorial.

Combatendo a memória e popularidade de “Pinto” e as utopias de esquerda, Durval criou junto aos grupos dominantes da cidade sua própria utopia, um planejamento global da cidade para uma modernização acelerada. O projeto organizou o ideal de frações de classe local diretamente ligado a projetos nacionais com vistas a estabelecer uma relação de hegemonia sobre o os sujeitos do município.

O projeto foi alimentado por uma forte publicidade, um discurso político intenso no Folha do Norte, imbuído de sentidos ideológicos de busca de legitimidade. A forma de governar de Durval era algo novo para a cidade, que nunca tinha visto crescimento tão intenso e rápido, nem um projeto de modernização desta envergadura que atingiria Feira quase como um todo, ao menos na área urbana. O “futuro” era a grande promessa. O rompimento com o velho e a preparação para um novo presente.



O que não ocorreria no presente, certamente estaria por vir no futuro, este foi o estilo marcante nos jornais e em debates entre os vereadores no período. Planejar para executar, mesmo que o executor não fosse este, característica não muito comum entre prefeitos na execução de demandas de frações de classe na cidade. A cidade deveria progredir por fatores simultaneamente endógenos e exógenos, ou seja, a articulação local dos setores econômicos para sua integração, junto a articulação com programas de financiamentos e grupos externos ao município para conseguir trazer os benefícios necessários à consolidação do projeto. Chamamos a atenção também para o fato importante de programas federais e estaduais que previam a industrialização do interior.

Quanto à hegemonia, chegamos a uma conclusão, diferente de Jhonatas Monteiro, de que não se tratava de um projeto de industrialização apenas, mas de um projeto de intervenção global no município, que articulava interesses de várias frações de classes da cidade. O projeto previa a integração da economia local em todos os seus setores e entre si e, ao mesmo tempo, a integração dessa economia local ao padrão de crescimento regional e nacional apoiado em programas de desenvolvimento do nordeste. Na verdade, atualizamos e aprofundamos mais, aquilo que Andrei Valente sugeriu em seu texto: João Durval cumpriu o papel de arauto da modernização, *um político em ato*.

Contribuímos para compreensão do Estado e sua ampliação no município. Pudemos analisar momentos em que a sociedade civil torna-se agente e protagonista do Estado (em sentido estrito). Feira de Santana vive avanços históricos com seus grupos organizados em frações de classe na disputa pelo Estado de hegemonia (sociedade civil e política).

A atuação de João Durval como representante de grupos sociais dominantes e organizados em frações de classe em Feira de Santana, legou a cidade mecanismos de construção e manutenção de hegemonia forjadas no período do regime civil/militar entre 1964-1984. Dentre as heranças, a prática de governos municipais sucessórios que se baseiam em discursos que colocam a cidade como referencia de modernização e “futuro” e o desenvolvimento urbano como lugar de expressão da dominação política, da hegemonia.

A sociedade civil é um espaço importante para definirmos as continuidades das frações dominantes locais como detentoras da hegemonia. Organismos de classe ainda usufruem do espaço de disputa conquistado, como é o caso do Centro das Indústrias de Feira de Santana e da Associação Comercial de Feira de Santana. Espaços importantes

de memória coletiva foram objetos de políticas de esquecimento, como o governo de Chico Pinto em decorrência da valorização de um governo “modernizador” de João Durval. Mas, como era de se esperar, Pinto também tem herdeiros que disputam o pertencimento filial e político do projeto desenvolvido em seu governo entre 1967 e 1971.

João Durval exerceu papel importante para a articulação local do bloco político conservador renovado, articulado a setores nacionais que produziam uma reacomodação das forças políticas a partir do golpe de 1964. Ele se coloca como condutor e defensor político de um projeto local de modernização que estivesse articulado às novas configurações das relações sociais de força e política nacional. Deste modo é que representando setores das classes dominantes locais no campo político feirense, este organizou as bases do novo modelo hegemônico da classe capitalista nacional e local na cidade.

Importante configuração política atual também se refere aos tempos da disputas entre a ARENA e o MDB. Herdeiros e militantes diretos, tanto da oposição como da situação na época, se mantém na ocupação dos cargos públicos eletivos. Assim é que a identificação dos sujeitos do período estudado permite traçar alguns importantes momentos de suas trajetórias, transformações, e mais importante definir as estruturas e a transformações dessas no campo político local.

Estudando o projeto de modernização (hegemonia) conseguimos identificar interesses e grupos que estavam por trás e aqueles que foram atraídos, o poder de barganha desses em relação ao poder público estatizado, num Estado que se ampliava cada vez mais. As pressões de frações de classes pela incorporação de projetos na sociedade política, nos evidenciou esta compreensão. Podemos, agora, nos posicionarmos em relação a este passado!

## **FONTES**

- Atas da Câmara de Vereadores 1954-1971. (Câmara de Vereadores)
- Leis e Projetos de Lei – 1954 e 1971. (Câmara de Vereadores)
- Projetos e Leis do Vereador João Durval Carneiro – UND. (Câmara de Vereadores)
- Relação dos Projetos de Leis Vereador Dr. Francisco José Pinto dos Santos – PSD. (Câmara de Vereadores)
- Depoimento de Luciano Ribeiro, colhido em 22/11/1995. Disponível no CEDOC, UEFS. Classificado 44.
- Código Municipal de Postura 1967. (Labelu)
- Jornal Gazeta do Povo 1959-1960. (Labelu)
- MATTOS, José Batista. **Um Sertanejo no Governo**. 3ª Edição. S/E, S/L.1983. (Labelu)
- PAULO, Olney São. **Pinto vem aí**. Documentário, 1976. (Labelu)
- PEQUENA HISTÓRIA DE UMA ÉPOCA**. (Labelu)
- Jornal Feira Hoje 1971. (Museu Casa do Sertão)
- Jornal Folha do Norte 1954-1971 (Museu Casa do Sertão/ Biblioteca Municipal Arnold Silva)
- Jornal Situação 1967. (Museu Casa do Sertão).
- Revista Panorama de Feira de Santana**, nº 2. Feira de Santana: Bahia Artes Gráficas, 1º de outubro de 1983. (Museu Casa do Sertão)
- PINTO, Raymundo A.C. **Pequena historia de Feira de Santana**. Feira de Santana: Sicla, 1971. (Biblioteca Central Julieta Carteadó/ UEFS)
- 1º Seminário Sobre o Desenvolvimento de Feira de Santana**. Caderno Feirense nº 07. P.14. Este documento encontra-se na Biblioteca Central Julieta Carteadó, Universidade Estadual de Feira de Santana.
- 30º SESSÃO DO CONSELHO PERMANENTE DE JUSTIÇA PARA EXÉRCITO REFERENTE AO 2º TRIMESTRE DO ANO DE 1970. PROCESSO Nº 22/69. Arquivo Edgard Leuenroth, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFICH.Fundo Brasil Nunca Mais no processo numero 307-BNM – UNICAMP
- AUDITORIA DA 6ª REGIÃO MILITAR. EXÉRCITO, MARINHA E AERONAUTICA. PROCURADORIA MILITAR, Fl. 5, Salvador, 03 de novembro de 1969. Arquivo Edgard Leuenroth, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFICH. Fundo Brasil Nunca Mais no processo número 307-BNM – UNICAMP.

Discurso de Luciano Ribeiro na posse do prefeito João Durval Carneiro, 07 de abril de 1967. Arquivo Edgard Leuenroth, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFICH. Fundo Brasil Nunca Mais no processo número 307-BNM – UNICAMP.

Ofício enviado da Diretora do Colégio Estadual ao Sr. Major Encarregado do IPM. Feira de Santana – Bahia, 11 de abril de 1969. Arquivo Edgard Leuenroth, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFICH. Fundo Brasil Nunca Mais no processo número 307-BNM – UNICAMP.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. 3 ed., Petrópolis: Vozes, 1985.
- BADARÓ, Marcelo. **Os trabalhadores e o golpe de 1964 um balanço da historiografia**. REVISTA História & Luta de Classes. Nº 1 - Abril – 2005
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A UDN e o Udenismo: Ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)**. Paz e Terra, 1981.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **O Governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961**. 3. ed Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- BENEVIDES, Maria Victoria. **A União Democrática Nacional**. In: FLEISHER, David V. **Os partidos políticos no Brasil**. Brasília: EDUNB, 1981.
- BOURDIEU, Pierre. A representação política. Elementos para uma teoria do campo político. In: \_\_\_\_\_ **O Poder Simbólico**. 11º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- BRITO, Charlene José de. **Presença Protestante Progressista em Feira de Santana: um Trabalho Ecumênico de Ação Social (1970-1990)**. Feira de Santana, UEFS, 2008. (Monografia)
- CAMPOS, Ricardo da Silva. **O Putsh na Feira: sujeitos sociais, partidos políticos e política em Feira de Santana, 1959-1967**. (Monografia)
- CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930-1970**. 2. ed. rev. e aum Campinas: Universidade de Campinas, 1998.
- CERQUEIRA, João Batista de. **Assistência e caridade: a história da Santa Casa de Misericórdia de Feira de Santana**. Feira de Santana-BA, 2007.
- COSTA, Egberto Tavares. **Caminhando e servindo: 60 anos do Rotary Clube de Feira de Santana**. Feira de Santana: Radami, 2001.
- DANTAS NETO, P. F. **Tradição, autocracia e carisma: a política de Antonio Carlos Magalhães na modernização da Bahia (1954-1974)**. 1. ed. Belo Horizonte: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.
- DANTAS NETO, P. F. **Surf nas ondas do tempo: do carlismo histórico ao carlismo pós-carlista**. Cadernos do CRH, Salvador, v. 39, p. 213-255, 2003.
- DANTAS, Paulo Fábio. **Quebra da casca do ovo: A elite baiana e a obra do golpe 1964**. [http://www.fundaj.gov.br/licitacao/observa\\_bahia\\_01.pdf](http://www.fundaj.gov.br/licitacao/observa_bahia_01.pdf), acesso em 08/04/2008.

DIAS, José Alves. **Rumo ao Palácio:** as estratégias de dominação dos espaços políticos na Bahia durante a ditadura (1966-1982). UFRJ, 2009, p.18. (Tese).

DREIFUSS, René Armand. **1964:** a conquista do estado: ação política, poder e golpe de classe. 4. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador:** formação do estado e Civilização, V 2. 2. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1993.

FALCAO, João. **A vida de João Marinho Falcão:** vitória do trabalho e da honra.

Brasília: Pax, 1993.

FERREIRA, Jorge. **A estratégia do confronto:** a Frente de Mobilização Popular. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, nº 47, p.181-212 – 2004.

FERREIRA, Jorge.; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil Republicano:** livro 4 : o tempo da ditadura : regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Muniz Gonçalves. **O Golpe de Estado de 1964 na Bahia.** [http://www.fundaj.gov.br/licitacao/observa\\_bahia\\_02.pdf](http://www.fundaj.gov.br/licitacao/observa_bahia_02.pdf). Visto no dia 31/08/2008.

FICO, Carlos. **Além do Golpe:** Versões e controvérsias sobre a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FICO, Carlos. **O grande Irmão:** da operação brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2008.

FICO, Carlos. **O regime militar no Brasil (1964-1985).** 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo:** ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil (1969-1977). Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

FIGUEIREDO, A. C. **Democracia ou Reformas?** Alternativas democráticas a crise política: 1961-1964. São Paulo: Paz e Terra. 1993.

FLEISHER, David V. **Os partidos políticos no Brasil.** Brasília: EDUNB, 1981.

FOUCAULT, Michael. **A ordem do discurso:** aula inaugural no Collège de France, pronunciado em 2 de dezembro de 1970. 3ª. Ed. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel; MACHADO, Roberto (Org.) **Microfísica do poder.** 13. Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998. p. 137-138.

FREITAS, Nacelice Barbosa. **Urbanização em Feira de Santana.** Salvador: s.n., 1998. (Dissertação de Mestrado).

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOMES, Ângela Maria de Castro. **A invenção do Trabalhismo.** 3. ed. Rio de Janeiro: FGV Ed., 2005.

GOMES, Igor. **Na contramão do sentido:** origens e trajetórias do PT de Feira de Santana. (1979-2000). Niterói: 2007. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas, a esquerda brasileira:** das ilusões perdidas a luta armada. 4. Ed São Paulo: Ática, 1990.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere.** Volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GRAMSCI, Antonio; DE FELICE, Franco; PARLATO, Valentino. **A questão meridional.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **A formação e a crise da hegemonia burguesa na Bahia (1930 - 1964).** Salvador: 1982. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia.

HIPPOLITO, Lúcia. **De Raposas e Reformistas:** o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

LAFER, Betty Mindlin. **Planejamento no Brasil.** 5. ed São Paulo: Perspectiva, 1987.

LEONY, Yolanda Cruz Barreto. **Experiência de Organização de trabalhadores Urbanos em Feira de Santana (1945-1964).** UEFS, 2009.

MATTOS, José Batista. **Um Sertanejo no Governo.** 3ª Edição. S/E, S/L, 1983.

MIRANDA, Luciana de Oliveira. **Em Busca da Memória:** Práticas e Representações do Movimento Estudantil em Feira de Santana (1964-1969). Monografia apresentada no

curso de especialização em Teoria e Metodologia da História. Feira de Santana UEFS, 2001.

MOTEIRO, Jhonatas Lima. **Interesses Hegemônicos na Margem da Periferia: Ação política de dirigentes industriais em Feira de Santana. (1963-1983).** UEFS, 2009. (Dissertação de Mestrado)

NADER, Ana Beatriz. **Autênticos do MDB: semeadores da democracia: história oral de vida política.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. **Feira de Santana em Tempos de Modernidade: olhares, imagens e práticas do cotidiano. (1950-1960).** Universidade Federal de Pernambuco, 2008. (Tese de Doutorado).

OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos (Org.). **HISTÓRIA E MEÓRIA DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE FEIRA DE SANTANA 1945-2005.** Feira de Santana, 2005. (mimeo)

OLIVEIRA, Clóvis Frederico Ramaiana. **De Empório á Princesa do Sertão: utopias civilizadoras em Feira de Santana (1893-1937).** Dissertação. (Mestrado em História) – UFBA, Salvador, 2000

OLIVEIRA, Francisco de. **A economia da dependência imperfeita.** 4.ed Rio de Janeiro: Graal, 1984.

OLIVEIRA, Francisco. **Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste; planejamento e conflito de classes.** 6. ed Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PACHECO, Larissa Penelu Bitencourt. **Trabalho e costumes de feirantes de alimentos: pequenos comerciantes e regulamentações do mercado em Feira de Santana (1960/1990).** Feira de Santana, 2009. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Feira de Santana.

PACHECO, Larissa Penelu Bitencourt. **A feira e a nova Feira: tradição, costume e conflito em Feira de Santana-BA 1967-1977.** Feira de Santana UEFS, 2007. (Monografia)

PAES, Maria Helena Simões. **A década de 60: Rebelião, contestação e repressão política.** São Paulo, ed. Ática, 2ª edição, 1993.



- PARISSE, Tandja Andréa. **A sociedade civil no contexto da ditadura militar: A experiência do MOC na região de Feira de Santana no período de 1968 a 1979.** UEFS, Feira de Santana, 2001. (Monografia de Especialização).
- PINTO, Raymundo A. C. **Pequena historia de Feira de Santana.** Feira de Santana: Sicla1971.
- POPPINO, Rollie E. **Feira de Santana.** Salvador: Ed. Itapuã, 1968.
- POULANTZAS, Nicos Ar. **Poder político e classes sociais.** São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- RAMAIANA, Clóvis Frederico. **Do Empório a Princesa do sertão: utopias civilizadoras em Feira de Santana.** Salvador: FFCH UFBA, 1996. (Dissertação de Mestrado).
- SADER, Emir (org.) **GRAMSCI: sobre poder, política e partido.** 2. ed. São Paulo: Editôra Brasiliense, 1992.
- SANTOS, Alane Carvalho. **Feira de Santana nos tempos da modernidade: o sonho da industrialização.** UFBA, 2002. (Dissertação de Mestrado)
- SANTOS, Ana Maria Fontes dos. O ginásio municipal no centro das lutas populares em Feira de Santana (1963-1964). **Revista Sitientibus**, nº 24, p31-44, Feira de Santana, UEFS, 2001.
- SANTOS, Claudiana Ferreira. **O golpe Civil/Militar de 1964 em Feira de Santa: Visões e Versões de Militantes.** UEFS,2009. ( Monografia).
- SOARES. G. A. D., CASTRO. C. (Org.). **Visões do Golpe.** A memória sobre 1964. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- SODRÉ, Muniz. **O bicho que chegou a Feira.** Rio de Janeiro. Francisco Alves, 1994.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **Vida e morte da ditadura: vinte anos de autoritarismo no Brasil.** 2. ed. Petropolis: Editora Vozes, 1984.
- SOUZA, Eronize Lima. **Prosas da Valentia: Violência e Modernidade na Princesa do Sertão(1930-1950).** UFBA, 2008. (Dissertação de Mestrado)
- TAVARES, Luis Henrique Dias. **Historia da Bahia.** 10. ed. Sao Paulo: UNESP, Salvador, BA: EDUFBA, 2001.
- TOLEDO, Caio Navarro de (org.). **1964: Visões críticas do golpe: Democracia e Reformas no populismo.** SP. Editora da Unicamp, 1997.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. In: **Revista Brasileira de História**. Vol. 24. N° 47. São Paulo, 2004

TOLEDO, Caio Navarro de. **O governo Goulart e o golpe de 64**. 16 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

VALENTE, Andrei de Brito. **Estado e direção de classe: algumas reflexões sobre o processo de industrialização em Feira de Santana**. Comunicação apresentada no I Seminário Anual do Laboratório de História e Memória da Esquerda e das Lutas Sociais. Feira de Santana, UEFS, 2006. (no prelo)

ZACHARIADES, Grimaldo Carneiro. (Org.) **Ditadura Militar na Bahia: Novos Olhares, Novos Objetos, Novos Horizontes**. Salvador: EDUFA, 2009.

HOBBS DE MALMESBURY, Thomas. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **O contrato social: princípios de direito político**. 18. ed Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.